

RTP

Rádio
e Televisão
de Portugal

**RELATÓRIO
e CONTAS**

**20
25**

8
K
2/2

NFL

RTP Rádio
e Televisão
de Portugal

**RELATÓRIO
e CONTAS**

**20
25**

**20
25** RELATÓRIO
e CONTAS

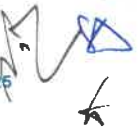
Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Índice

Mensagem do Conselho de Administração	5
Impacto da RTP na Sociedade	8
I. RELATÓRIO de GESTÃO	21
1. A RTP como REFERENCIAL de RIGOR INFORMATIVO	23
2. CONTEÚDOS INOVADORES e de QUALIDADE	29
2.1 Jovens	30
2.2 Imagem, comunicação e marketing	33
2.3 Conteúdos	35
3. ORGANIZAÇÃO e PROCESSOS para DISTRIBUIÇÃO MULTIPLATAFORMA	49
3.1 Tecnologia	50
3.2 Organização multiplataforma	54
4. CONTEÚDOS para a LITERACIA MEDIÁTICA, FORMAÇÃO CRÍTICA e CONHECIMENTO	57
5. PROXIMIDADE e ABERTURA à SOCIEDADE e ao MUNDO	61
5.1 Presença local	62
5.2 Presença mundial	64
5.3 Diversidade e inclusão	67
6. GESTÃO RESPONSÁVEL e ORIENTADA para os OBJETIVOS do SERVIÇO PÚBLICO	71
6.1 Recursos e competências	72
6.2 Sustentabilidade ambiental e social	75
6.3 Eficiência e transparência	77
II. PERSPETIVAS FUTURAS	79
III. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	85
1. Situação económico-financeira	87
2. Proposta de aplicação de resultados	94
3. Código das sociedades comerciais – Artigo 35.º	95
IV. CUMPRIMENTO das ORIENTAÇÕES do ACIONISTA e DISPOSIÇÕES LEGAIS	97
1. Execução do plano de atividades e orçamento	99
2. Eficiência operacional e gastos operacionais	101
3. Recursos humanos e massa salarial	103
4. Plano de investimentos	105
5. Contratualização de serviço público	107
6. Gestão do risco financeiro	109
7. Limite de crescimento do endividamento	110
8. Princípio da unidade de tesouraria do estado	111
9. Prazo médio de pagamento (PMP) e “Arrears”	112
10. Estatuto do Gestor Público (EGP)	114
11. Contratação pública	116
12. Informação complementar	117
13. Quadro-síntese do cumprimento das orientações	120
V. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e ANEXOS	123
1. Demonstrações financeiras	125
2. Anexo às demonstrações financeiras	129
3. Demonstrações financeiras em SNC-AP	170
4. Despachos/DUE’S	174
5. Declaração de conformidade da informação reportada no SISEE	178
6. Certificação legal de contas	179
7. Relatório do auditor externo	181
8. Relatório e parecer do conselho fiscal	184
Abreviaturas	188

210





MENSAGEM do CONSELHO de ADMINISTRAÇÃO

Um ano de grandes mudanças.

O ano de 2025 marcou um conjunto de mudanças imperiosas na RTP, para fazer face aos numerosos desafios que o setor de media enfrenta em toda a Europa e a outros que são específicos da empresa pública de media. No quadro atual, com mudanças acentuadas e rápidas na forma dos públicos consumirem os conteúdos produzidos pela rádio e televisão lineares e com a concorrência brutal dos grandes operadores tecnológicos e das plataformas de *streaming*, o serviço público necessita de uma estrutura mais leve e flexível, de cobrir melhor o território nacional, de manter os seus valores na informação e no entretenimento e de ser inovador e irreverente, sem deixar de se manter rigoroso, agregador, inclusivo e diversificado, afirmando com a mesma clareza a sua missão de serviço público, produzindo conteúdos específicos para os públicos mais jovens sem descuidar os outros e de os fazer chegar a todos os grupos sociais através das mais diversas plataformas tecnológicas.

Para isso, é fundamental fazer a transição de um operador de rádio e televisão para um grupo de media, assegurando que essa evolução reforça – e não dilui – a missão de serviço público, o que implica novas formas de organização e de produção, novos equipamentos, novas tecnologias e novas estruturas, tendo como objetivo final reforçar e consolidar a RTP como a marca familiar em que os portugueses confiam, independentemente das plataformas onde veem, ouvem e leem os conteúdos informativos, nacionais, regionais e locais, de entretenimento, culturais, educativos, desportivos e infantojuvenis que todos os dias produzimos.

Nesse sentido, a RTP procedeu em 2025 a uma importante reorganização da sua estrutura, reduzindo em mais de 20% as suas direções; a essa redução correspondeu também a agregação de funções e responsabilidades de uma forma mais racional para esta nova fase da vida da empresa, mais ágil, colaborativa e orientada para projetos transversais; as mudanças foram igualmente acompanhadas pela ascensão de novos quadros a funções de responsabilidade; e o incentivo e a disponibilidade para as diferentes áreas trabalharem em conjunto está a mudar a organização por silos que existia até agora para uma outra mais horizontal e sem tantas estruturas intermédias.

Estas alterações vão a par das mudanças tecnológicas que estão a acontecer a um ritmo alucinante no setor. As empresas de media são atualmente e cada vez mais unidades de grande complexidade tecnológica, onde a componente da engenharia, dos novos equipamentos e da inteligência artificial tem um papel decisivo, a par de infraestruturas modernas, inovadoras e adequadas às formas de produção multimédia. E é precisamente por isso que a RTP está a fazer no triénio 2024-2026 o maior investimento deste século, com a renovação dos seus estúdios em Lisboa e no Porto e com o projeto da Casa das Notícias, que passa a oferecer uma visão integrada e multiplataforma de todos os conteúdos que criamos.

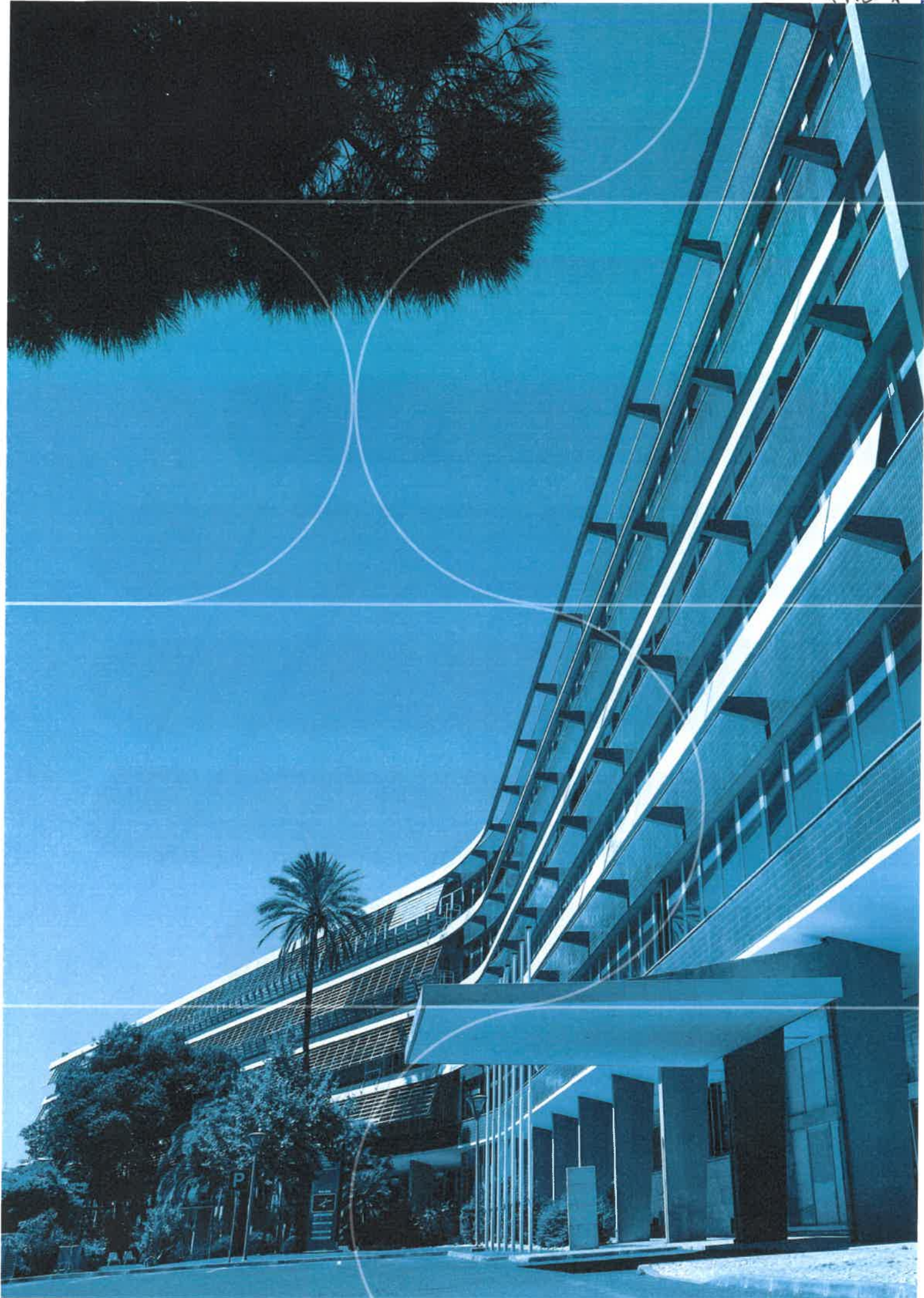
Contudo, a sustentação e o sucesso deste movimento não se fazem sem pessoas talentosas, competentes e apaixonadas pela nova fase que vive o operador público de média. A empresa precisa de um novo perfil profissional dos seus trabalhadores, o que pode ser conseguido através de ações de formação, requalificação de competências e pela contratação de novos profissionais. Para concretizar esse desiderato foi posto em prática um Plano de Saídas Voluntárias, que teve uma significativa adesão por parte de mais de uma centena de pessoas que deram o seu melhor à empresa durante muitos anos.

Infelizmente, depois de 15 anos a anunciar resultados positivos, a RTP registará em 2025 um prejuízo de 3,9 milhões de euros. A explicação assenta em dois vetores: receitas truncadas desde 2016 e aumento geral de todo o tipo de encargos nesse período, num contexto em que a sustentabilidade financeira é condição para assegurar a missão de serviço público. E se durante vários anos a inflação muito baixa permitiu acomodar estas duas tendências, a subida acentuada dos encargos nos últimos três anos, devido ao aumento dos preços, conduziu inevitavelmente a que as contas entrassem no vermelho, apesar da empresa ter feito um enorme esforço de contenção e de ter beneficiado em particular com o facto de ter reduzido fortemente a sua estrutura.

É claro que o Plano de Saídas Voluntárias pesou também neste resultado; e é verdade que ele não ocorreria se os investimentos em curso se reduzissem drasticamente. Isso seria, contudo, hipotecar o futuro da RTP, porque parte importante destes investimentos não são uma opção, mas uma obrigação imperiosa, sob pena da operação poder colapsar; e há outra parte que, não sendo tão dramaticamente decisiva, é fundamental para a empresa concretizar a transição digital, sem a qual se atrasará irremediavelmente face aos concorrentes nacionais e estrangeiros.

"Nunca choraremos bastante quando vemos o gesto criador ser impedido", escreveu Sophia de Mello Breyner. Em 2025, a RTP continuou a criar, a inovar, a contribuir para a coesão nacional e para a defesa dos valores em que assenta a nossa sociedade, a combater a desinformação, a manipulação, a xenofobia, o racismo, a intolerância, o ódio, a violência, através dos seus oito serviços de programas de televisão e sete serviços de programas de rádio, das suas plataformas digitais, do seu apoio à produção independente e ao ensino, à cultura e ao desporto, fazendo o que nenhum outro operador faz. "Nunca choraremos bastante quando vemos que quem ousa lutar é destruído", acrescentou Sophia. A RTP vai continuar a lutar pelas suas ambições - e essa luta é fundamental para o país. ■

011 * 8



IMPACTO DA RTP NA SOCIEDADE

 RTP1

 RTP2

RTP notícias...

 RTP MEMÓRIA

 RTP INTERNACIONAL

 RTP ÁFRICA

 RTP AÇORES

 RTP MADEIRA

 RDP INTERNACIONAL

 ANTENA 1

 ANTENA 2

 ANTENA 3

 RDP ÁFRICA

 RDP AÇORES

 RDP MADEIRA

RTPPLAY ▶ RTP.PT



PRESENÇA NO MUNDO

Presença Nacional



Presença Internacional



Handwritten initials and a logo in the top left corner.

CRIAÇÃO DE VALOR 360°



RTP
20
25

1

RIGOR INFORMATIVO

PRÉMIOS

19

anos

Marca de confiança
das seleções
do Reader's Digest

8

anos

Ranking de confiança
nas notícias

Reuters Institute

RTP líder

15

prémios

de jornalismo e documentário

ESTUDO DO CUMPRIMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO 2025

"A RTP1 é escolhida
fundamentalmente
pela Confiança
e pela qualidade
dos seus jornalistas,
posicionando-se
como o porto seguro
da credibilidade."

NOVO SERVIÇO DE PROGRAMAS INFORMATIVO (REBRANDING)

Novos Estúdios

Nova Imagem
e Grafismo

Logo RTP Notícias
com assinatura
"Todos. Pela Verdade
dos factos"



2 QUALIDADE E INOVAÇÃO Conteúdos

CONSULTAS DE CONTEÚDOS PROJETOS APROVADOS

- 23 audiovisuais
- 15 cinematográficos
- 7 multimédia

DESPORTO CANAIS RTP PLAY

518
transmissões
18 modalidades

DESPORTO RTP ARENA

10
transmissões
Seleção Nacional A de Futebol

4
transmissões
Liga Betclíc de basquetebol

ESTREIAS DE FICÇÃO NACIONAL E COPRODUÇÕES

48 +56%
15 séries de televisão
23 filmes
6 telefilmes
4 séries nativas digitais RTPLAB

PODCAST RÁDIO E TELEVISÃO

45
novos títulos

DESPORTO COMPETIÇÕES FEMININAS

39 horas +9hs
RTP1

91 horas +59hs
RTP2

172
transmissões
12 modalidades
RTP1 + RTP2 + RTP Play

ESTUDO DO CUMPRIMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO 2025

"Aumento da perceção de cumprimento do serviço público nas dimensões de "Excelência" e "Inovação" em 2025 (...)"



2

QUALIDADE
E INOVAÇÃO
Impacto da RTP
na indústria
do audiovisual

SÉRIES
TELEFILMES
CINEMA
DOCUMENTÁRIOS

113 produtores
independentes

231 conteúdos

15.9 Milhões €
valor investimento

1.5 Milhões €
apoio em campanhas de publicidade



2

QUALIDADE E INOVAÇÃO

Foco nos jovens

RTP ENSINA

2.3

Milhões
visitantes

+5 mil
artigos disponíveis
300 em 2025

317
explicadores

#ESTUDO EM CASA

359 mil
visitantes

ZIG ZAG

202 mil

visitantes

6
novas séries
nacionais

436 mil €
investimento

23
séries
Dobragens Infantis

184 mil €
investimento

CONTEÚDOS NO SÍTIO RTP

96 animações e imagem real

56 documentários e magazines

40 filmes e especiais de televisão

83 áudios

RTP ARENA

503 mil

visitantes

348
transmissões
em direto
2000 horas



3

DISTRIBUIÇÃO
MULTIPLATAFORMA
ACESSO
UNIVERSAL
E GRATUITO

RTP

31 Milhões

visitantes
1/3 fora
de Portugal

**RTP
NOTÍCIAS**

15 Milhões

visitantes

RTP PLAY

10 Milhões

visitantes

**RTP
ARQUIVOS**

1.5 Milhões

visitantes

**RTP PLAY
DESPORTO**

172 mil

visitantes

RTP PALCO

148 mil

visitantes

171 mil
conteúdos disponíveis
(+18 mil)



4 LITERACIA MEDIÁTICA, FORMAÇÃO CRÍTICA E CONHECIMENTO

PROMOÇÃO DA LITERACIA MEDIÁTICA

Programas

Segredo do Algoritmo

Programa Cautelar

Plataformas digitais

RTP Ensina

ENTR

Parcerias

GILM - Grupo Informal sobre Literacia Mediática
Operação

7 Dias com os Media 2025

VII Congresso, Literacia Media e Cidadania

Património Cultural 360®

Digitalização do património | Arquivos RTP

<https://makingof360.patrimoniocultural.gov.pt/>

5

PROXIMIDADE
E ABERTURA
À SOCIEDADE
E AO MUNDO

IMPACTO DA RTP NA ECONOMIA

A RTP FORA DE PORTAS

389 n.º de exteriores

12.1 Milhões €
investimento

ACESSIBILIDADES

28 mil
horas de conteúdos
com acessibilidades

10.6 mil
horas
Teletexto

197
horas
Audiodescrição

17.1 mil
horas (linear + duplo ecrã)
Língua Gestual

FICÇÃO NACIONAL GRAVADA FORA DE LISBOA

9 séries

14 documentários

22 localidades

RTP NO MUNDO DISTRIBUIÇÃO POR OPERADORES LOCAIS

86 países
RTP Internacional

22 países
RTP Notícias

49 países
RTP África

2 países
RTP Açores

Universal Tv e Rádio
por satélite e RTP Play (web)
<https://media.rtp.pt/empresa/mais-rtp/rede-de-satellites-3/>

INTERNACIONAÇÃO DE CONTEÚDOS DE FICÇÃO NACIONAL

17 vendas
produção independente

8 ficção

9 documentários

278 mil €
Valor (RTP + Produtores)

COOPERAÇÃO COM PALOP'S

Coproduções
de Televisão e Rádio

RTP.NET

PLATAFORMA DE PARTILHA DE
REPORTAGENS E ENTREVISTAS
ENTRE PALOP'S

12 mil visualizações

mil conteúdos partilhados

400 downloads de conteúdos

Manutenção da rede de emissores

Formação e apoio técnico

6

GESTÃO RESPONSÁVEL

RESULTADOS ECONÓMICOS

526 mil €
resultados operacionais (EBIT)

-3.9 Milhões €
resultados líquidos

12.2 Milhões €
investimento

EMPRESAS PARCEIRAS DA RTP

967
fornecedores

41 Milhões €
volume de negócios

UNIVERSO RTP RECURSOS HUMANOS

1752 trabalhadores

26 regiões nacionais e internacionais

1499 continente

241 ilhas

12 correspondentes

FORMAÇÃO

345 ações

805 trabalhadores

FORMAÇÃO EM IA

203 trabalhadores

66 estagiários

SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA

1272 painéis fotovoltaicos

565 MWh consumo

18% frota elétrica

30% frota híbrida

APOIO RTP À CULTURA E À SOCIEDADE

CULTURA TELEVISÃO E RÁDIO

1.708 campanhas

19.2 Milhões
valor em publicidade

RESPONSABILIDADE SOCIAL TELEVISÃO E RÁDIO

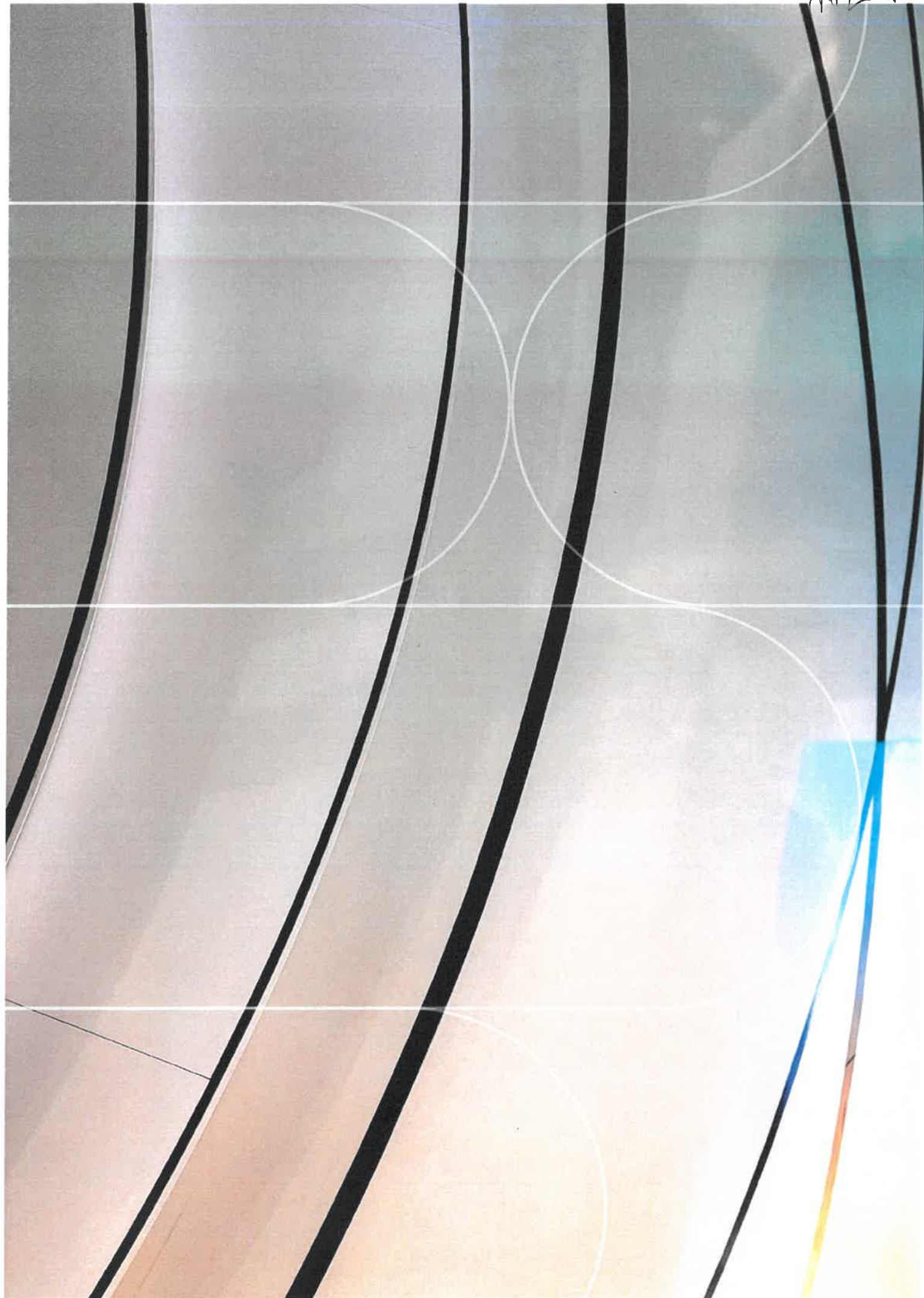
156 campanhas

3.3 Milhões
valor em publicidade

LIVROS RTP

7 títulos

117 k s



K 112



RELATÓRIO
e CONTAS

RTP Rádio
e Televisão
de Portugal

20
25

I.
**RELATÓRIO
de GESTÃO**

*SK
Nº2*

RTP

Rádio
e Televisão
de Portugal

20
25

RELATÓRIO
e CONTAS

1

A RTP como REFERENCIAL de RIGOR INFORMATIVO

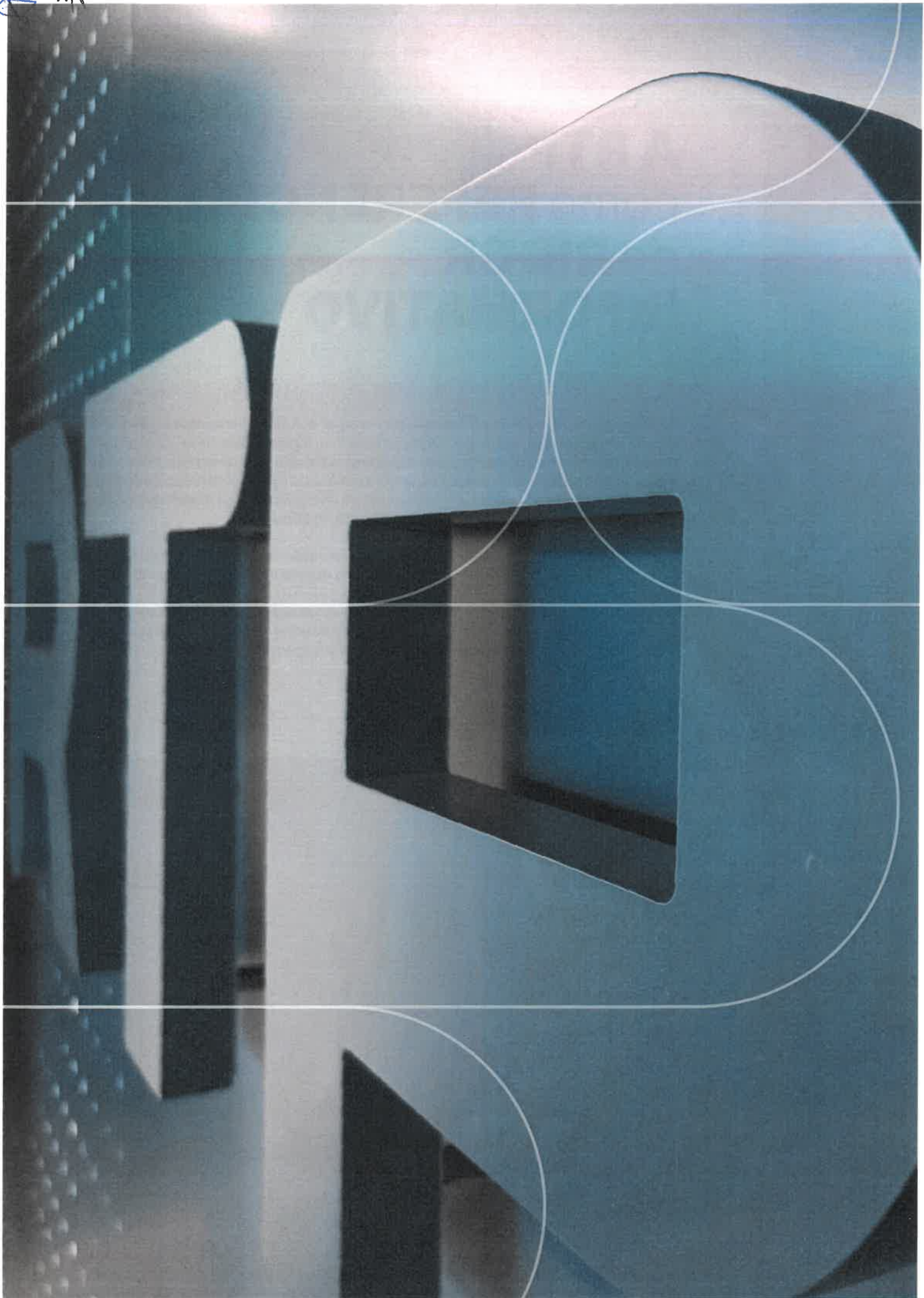
Ao longo de 2025, a Rádio e Televisão de Portugal, S.A (RTP) desenvolveu diversas iniciativas destinadas a reforçar o rigor informativo, a modernizar os processos editoriais e técnicos e a consolidar o seu papel enquanto operador de serviço público de média. A RTP garantiu a prestação do serviço público na estrita observância dos princípios da universalidade e da coesão nacional, da diversificação, da qualidade, do pluralismo e do rigor, da isenção e da independência da informação.

O ano de 2025 foi um marco importante para a informação da RTP, reforçando a missão de serviço público e aproximando os cidadãos do debate dos temas da atualidade.

Ao reconhecido rigor informativo e pluralismo associados ao jornalismo da RTP somaram-se, em 2025, uma nova imagem, novos métodos de trabalho orientados para a produção multiplataforma e uma presença reforçada da informação local e regional.



KNIL



ORGANIZAÇÃO INTERNA

Neste contexto, foi criado, em junho de 2025, o Comité Editorial de Informação, com reuniões semanais, e que envolve as Direções de Informação de Televisão e Rádio Linear e Digital. Esta estrutura permitiu aprofundar a articulação entre as direções com uma abordagem integrada e sinérgica na produção de conteúdos informativos para todas as plataformas e desenvolver soluções que garantem, simultaneamente, coerência transversal e valorização das especificidades de cada meio.

Paralelamente, foi iniciado um processo de diálogo continuado entre direções, reforçado pelo *benchmark* realizado a operadores de serviço público europeus no âmbito da União Europeia de Radiodifusão/ European Broadcasting Union (UER/EBU).

A aproximação entre as redações de rádio, televisão e digital constituiu igualmente uma prioridade, tendo sido desenvolvidos diversos esforços no sentido de criar sinergias editoriais, promover práticas de trabalho colaborativo e otimizar recursos, sendo já visíveis resultados concretos em várias regiões do país. Na informação nacional, destacam-se trabalhos conjuntos como a reportagem dedicada aos “50 anos da Independência de Angola” ou a preparação da cobertura do “Campeonato Europeu de Futsal”, assegurados por equipas que trabalham de forma integrada para as diferentes plataformas. Nos Açores, múltiplos conteúdos foram produzidos de forma integrada pelas diferentes equipas de rádio, televisão e digital, incluindo a cobertura de eventos nacionais e internacionais, a produção de debates eleitorais e conteúdos desportivos emitidos em simultâneo. Também na Madeira se verificou um reforço do trabalho multiplataforma, sobretudo em deslocações ao Porto Santo. ■

NOVA IMAGEM

Em outubro, os estúdios e régies de informação em Lisboa e no Porto foram renovados, passando a apresentar, pela primeira vez na história da RTP, uma configuração uniforme, ao nível da componente plástica, dos métodos de trabalho e da tecnologia de suporte, uma solução que, embora implementada, não é ainda definitiva. Numa segunda fase, seguiu-se a criação do novo Centro de Notícias Multimédia, acompanhada de uma revisão transversal dos processos de produção no âmbito do Comité Diretivo da Casa das Notícias, articulando as áreas de Produção, Informação, Rádio, Imagem, Engenharia, Infraestruturas e Recursos Humanos para operar num modelo integrado, multiplataforma e multidisciplinar.

A modernização da linha gráfica do serviço de programas informativo, em outubro, integrou a renovação da identidade visual da RTP3 e a reformulação da marca que passou a designar-se RTP Notícias, reforçando o posicionamento editorial e a coerência da marca informativa. Esta modernização estendeu-se a diversos programas, tendo contribuído também para atualizações gráficas e cenográficas ao nível das emissões regionais. ■

PLURALISMO E IGUALDADE DE GÉNERO

De forma a dar voz a novas opiniões, o painel de comentadores e analistas foi redesenhado, ampliando a presença de especialistas e privilegiando perfis relevantes para televisão e plataformas digitais. Procurou-se também aumentar a presença de especialistas na descodificação, análise e debate de temas, garantindo uma leitura mais informada e rigorosa da atualidade. A igualdade de género e a diversidade foram também valorizadas na seleção e escolha de apresentadores e comentadores, assegurando equipas equilibradas e promovendo uma representação mais inclusiva de diferentes origens. ■



1

JORNALISMO DE INVESTIGAÇÃO

No domínio do jornalismo de investigação, a RTP continuou a desenvolver conteúdos tanto na esfera diária quanto não diária, com especial destaque para o programa "Prova dos Factos", espaço de investigação que aprofundou o tratamento rigoroso dos factos e prestou esclarecimento à opinião pública, tendo aprofundando temas com forte impacto social e político, como a saúde mental nas escolas, burla imobiliária, ou a exaustão e depressão - alunos de arquitetura em rutura. Também o programa "Linha da Frente" retratou realidades diferentes, com a ambição de mostrar e contar mais histórias do mundo sem esquecer o seu foco português, ou o "Outras Histórias", que retratou protagonistas que venceram uma adversidade ou uma batalha extraordinária na sua vida, ou alguém que fez a diferença na comunidade ou que obteve reconhecimento nacional ou internacional, aprofundando assim diferentes temas da atualidade portuguesa.

Na rádio as investigações foram publicadas em forma de grande reportagem no programa "A1_Doc", destacando-se "Anocas, Amor em Movimento", a luta diária de uma jovem e da mãe contra uma doença rara e um sistema que muitas vezes falha, "Angola, Meio Século de Vida", trabalho sobre o passado e o futuro de um país que se tornou independente há 50 anos e "Tempo é cérebro", o Acidente Vascular Cerebral (AVC) nas ilhas açorianas sem hospitais. ■

PROGRAMAS DE DESTAQUE ALGUNS TEMAS

- | | |
|----------------------------------|--|
| <p>"Prova dos Factos"</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Saúde mental, burla imobiliária |
| <p>"Linha da Frente"</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Realidades portuguesas e internacionais |
| <p>"Outras Histórias"</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Superação, impacto social |
| <p>"A1_Doc"</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Doença rara, independência de Angola, AVC nos Açores |

DEBATE E ENTREVISTA

Os debates estiveram presentes na RTP, através das eleições Presidenciais, Legislativas e Autárquicas. Os debates contaram com a presença dos representantes dos partidos com assento parlamentar e também com todos os restantes candidatos, quer na rádio quer na televisão, assegurando assim uma cobertura plural da informação.

O debate esteve presente, na televisão, também com os novos programas "Jogo Político", três partidos em debate diário, num confronto de ideias, ou com "Choque Ideológico", a análise semanal de debate político. Manteve-se o "Eurodeputados", em debate semanal, sobre os grandes temas que preocupam os cidadãos europeus, com os diferentes partidos políticos representados no Parlamento Europeu.

Na rádio, o debate passou em "Entre Políticos", da esquerda à direita, os protagonistas políticos debateram a atualidade, ou em "Contraditório", quatro jornalistas debateram os grandes temas da semana e elegeram as figuras que a marcaram.

As entrevistas estiveram presentes, na televisão, em "Grande Entrevista", todas as semanas, teve presente um protagonista da vida portuguesa, em "Tudo é Economia", semanalmente as entrevistas com os protagonistas que marcaram a atualidade económica, ou em "Primeira Pessoa", com a abordagem distinta e plural de diferentes figuras da nossa sociedade, ou na rádio, em "Política com Assinatura", a entrevista política, semanalmente com um protagonista diferente. ■

INFORMAÇÃO LOCAL E REGIONAL

A RTP aprofundou a presença da informação local e regional no seu serviço de programas informativo, mantendo o foco nos temas que marcaram a atualidade regional nas regiões do país, incluído as regiões autónomas. Os Centros Regionais dos Açores e da Madeira con-

tribuíram de forma regular para as emissões nacionais através dos seus conteúdos informativos, reforçado pela rede de correspondentes que garantem a presença e valorização da informação local. A nível nacional, a estreia do “Portugal em Rede” assumiu um papel determinante na valorização das comunidades locais e regionais, este programa de informação regional percorreu o país, dando visibilidade à atualidade, às tradições e aos desafios das diferentes comunidades locais. Destaca-se também a série de reportagens “O que me vai no interior” que explorou o quotidiano, as tradições e trouxe novos olhares sobre a vida nas diferentes comunidades rurais, disponível também na plataforma RTP Play.

A promoção de espaços de reflexão pública, assegurou-se através de uma agenda mediática ampla, plural e diversificada, com programas como o “Prova dos Factos” e “Linha da Frente” que reforçaram o aprofundamento dos temas e a introdução de novas perspetivas, enquanto nos Açores e na Madeira continuou a apostar-se em formatos dedicados ao debate e à análise setorial. ■

DESINFORMAÇÃO E CONTEÚDOS MULTIPLATAFORMA

No âmbito do reforço e garantia do rigor informativo, foram desenvolvidos novos mecanismos de verificação de conteúdos, incluindo trabalhos relacionados com o grupo Coalition for Content Provenance and Authenticity (C2PA) da UER/EBU e com o desenvolvimento de requisitos para os futuros sistemas de gestão e autenticação de conteúdos digitais.

O combate à desinformação, foi desenvolvido também através da cooperação institucional, estabelecendo parcerias com órgãos de comunicação social e instituições académicas, entre as quais o jornal Público e o MediaLab do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).

Na televisão, destaca-se o lançamento do programa “Segredo do Algoritmo” (uma parceria com o MediaLab do ISCTE e o jornal Público) em formato semanal, com o objetivo de clarificar e contextualizar grandes temas da atualidade, especialmente no ambiente digital, nomeadamente o impacto do que se publica nas redes sociais nas notícias que marcam a semana. No contexto eleitoral, este programa teve emissão diária, “Rede Presidencial – Segredo do Algoritmo”.

O programa “Madeira em Números”, com particular destaque para os dados estatísticos da Madeira, da economia e do setor primário, passou a integrar conteúdos de descodificação estatística.

Os serviços de programas de rádio da RTP, no que respeita a conteúdos informativos, desenvolveram diversos projetos originais, com destaque para as seguintes iniciativas com uma oferta de conteúdos para plataformas de *streaming* e *podcast* como prioridade: “Fora da Cacha”, reflexão sobre os media, uma conversa com os protagonistas do mundo da comunicação, sobre a dinâmica que molda a realidade que chega aos cidadãos, “Política com Assinatura”, entrevista política semanal, “Mesa de Voto”, explicador sobre atos eleitorais, “Conversas Para Ler”, o que leem escritores, livreiros ou estudantes, quais os géneros, como o fazem e o que preferem, “Todos Ouvidos”, uma discussão sobre a sociedade portuguesa e o seu modelo de desenvolvimento, procurando contribuir para opções que qualifiquem o país e melhorem a vida coletiva, “Fisioterapia do Ser”, espiritualidade e conhecimento com personalidades das mais diversas áreas do conhecimento, “+ Cidadania”, explicador sobre os assuntos da disciplina, “Porque Vivo Aqui”, as políticas de proximidade, as lideranças autárquicas, os afetos, as empresas, a arquitetura, a mobilidade, a educação, a natureza, o que prende as pessoas aos lugares. ■



87 K 012

33

40



2

CONTEÚDOS INOVADORES e de QUALIDADE

O desafio de manter o serviço público de media relevante passou por organizar a empresa de acordo com as tendências de mercado no consumo de conteúdos, através do desenvolvimento de conteúdos audiovisuais, que têm responsabilidade multiplataforma, através de novas abordagens, novos processos e formas de trabalho.

Em 2025, a RTP consolidou uma estratégia integrada para o público jovem com forte segmentação editorial, reforço da oferta digital e crescimento sustentado. Neste campo, destacaram-se o fortalecimento do "Zig Zag", a dinamização do Hub de séries, a afirmação da RTP Arena no universo digital e o alargamento da missão educativa através do RTP Ensina.



2.1 Jovens

A RTP, em 2025, consolidou a estratégia dirigida ao público jovem, prossequindo a implementação do modelo organizacional definido em 2024. Os conteúdos para público jovem foram estruturados em torno de cinco áreas: Infantil, Adolescentes e Jovens Adultos, Atualidade Jovem, Ensina e RTP Lab, assegurando uma segmentação adequada às diferentes necessidades editoriais. No domínio da produção e distribuição, organizada por blocos etários, registaram-se avanços significativos. O “Zig Zag” reforçou a estratégia de proximidade e de envolvimento direto do público infantil, promovendo a sua participação na criação de conteúdos áudio e vídeo, na presença em programas e na dinamização de sessões em festivais de cinema, eventos de animação e teatros municipais. A segmentação editorial foi consolidada por três faixas etárias (3–5, 6–8 e 9–12 anos), conferindo maior clareza aos objetivos específicos de cada formato, para crianças, pais e educadores. Em destaque esteve a “Agenda Zigzaguear”, que se afirmou como um conteúdo transmedia de referência na divulgação de atividades culturais e lúdicas para famílias. O “Zig Zag” na RTP Play, cresceu pelo 2.º ano consecutivo conseguindo 159 mil visitantes (+2% face a 2024) e conseguiu 1,1 % de share junto da faixa 4-14 anos.

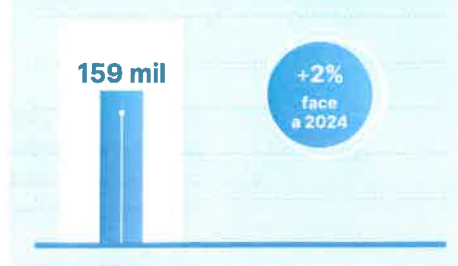
ÁREAS DOS CONTEÚDOS

Público Jovem

- Infantil
- Adolescentes e Jovens Adultos
- Atualidade Jovem
- Ensina
- RTP Lab

VISITANTES DO ZIG ZAG

RTP Play, 2025



No segmento dos adolescentes e jovens adultos, o lançamento do Hub de séries na RTP Play, ponto central de agregação e organização de conteúdos disponíveis na plataforma, confirmou a eficácia da estratégia de produção e aquisição. As séries nacionais “Situações Delicadas” e “Porta Premium” posicionaram-se entre os conteúdos mais vistos na plataforma, enquanto as aquisições internacionais “Pessoas Normais” e “Bump” lideraram as preferências entre as séries estrangeiras, reforçando a atratividade da oferta dirigida a estas audiências.

ORIGEM DA SÉRIE

SÉRIES COM DESTAQUE

Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • “Situações Delicadas” • “Porta Premium”
Internacional	<ul style="list-style-type: none"> • “Pessoas Normais” • “Bump”

O RTP Lab assegurou o acompanhamento das séries selecionadas na Consulta de Conteúdos Multimédia 2024, incluindo o início das produções e a promoção de estreias na RTP Play e em eventos institucionais. Durante o ano, estrearam na RTP Play as séries “Lugar 54” e “Três Tristes Tigres”, reforçando a missão do RTP Lab na promoção de novos talentos e na dinamização de formatos inovadores. Paralelamente,

Nº 2 f 84

avançou-se com o desenvolvimento do novo sítio e a definição de novos protocolos com instituições do ensino superior.

A RTP Arena consolidou-se como uma das marcas digitais mais robustas da RTP, com mais de trezentos e quarenta e oito transmissões e cerca de duas mil horas em direto, sustentadas por parcerias com entidades internacionais de referência no campo dos desportos eletrónicos, bem como pela continuidade da aposta em desporto tradicional e pelo lançamento do *videocast* "O Resto é Bola", que obteve resultados muito positivos. O RTP Arena atingiu o melhor resultado de sempre (+11% face a 2024), perto de 35 milhões de visualizações.

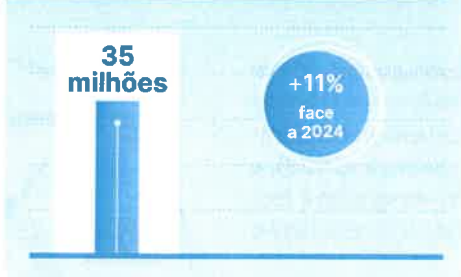
RESULTADOS

RTP Arena

- **348 transmissões**
- **2.000 horas em direto**

VISUALIZAÇÕES

RTP Arena, 2025



O RTP Ensina reforçou a sua oferta educativa com a publicação de mais de trezentos novos conteúdos, sobretudo nas áreas de Português, História e Cidadania, incluindo conteúdos ligados à literacia mediática, à desinformação e ao funcionamento das redes sociais, em linha com as metas estabelecidas para o serviço público. Destacam-se a reestruturação da área de Cidadania, em alinhamento com as orientações do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, o alargamento da diversidade linguística com conteúdos em mirandês e a preparação de novas séries para lançamento

em 2026. O portal RTP Ensina atingiu 2,3 milhões de visitantes em 2025.

RESULTADOS

RTP Ensina

- **300 novos conteúdos**
- **Áreas predominantes: Português, História, Cidadania**
- **2,3 milhões de visitantes em 2025**

2

As redes sociais atuaram como extensão editorial das plataformas, reforçando a visibilidade dos conteúdos e fornecendo indicadores como alcance, interações e crescimento de seguidores, que permitiram ajustar de forma contínua a estratégia de promoção e comunicação. Nomeadamente, na RTP Arena consolidou-se a eficácia dos formatos em vídeo vertical (9:16), determinantes para o crescimento nas plataformas digitais, nomeadamente através do "RTP Arena Flash" e do aproveitamento de momentos de transmissão em lógica de consumo rápido. Este modelo resultou num aumento expressivo de visualizações no YouTube e no Instagram, confirmando o alinhamento da oferta com os hábitos de consumo dos públicos jovens. No "Radar XS" manteve-se a estratégia de produção nativa para Instagram, TikTok e YouTube, assegurou-se a produção de conteúdos adaptados ao respetivo público-alvo e aos contextos de mediação adulta. O projeto ENTR expandiu a sua presença, com especial impacto no Instagram, através da produção de conteúdos originais e na adaptação de vídeos produzidos pelo consórcio internacional.



Ainda no campo das redes sociais, foram desenvolvidas séries temáticas dedicadas à Cibersegurança, em parceria com o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), e projetos relacionados com emigração e tendências sociais, ampliando a diversidade e atualidade editorial.

A gestão editorial e de produto nas plataformas digitais da RTP recorreu, para além da análise dos estudos quantitativos e da análise da monitorização regular dos dados lineares e digitais, ao recurso a ferramentas de *web analytics* em tempo real e a relatórios consolidados de consumo. Esta metodologia permitiu tomar decisões editoriais, de curadoria e de promoção mais informadas e responsivas, ajustando conteúdos e prioridades de acordo com os comportamentos reais dos públicos. A monitorização contínua permitiu ajustar rapidamente prioridades editoriais e melhorar a qualidade do consumo informativo, que sustentaram as decisões.



No universo infantojuvenil, a RTP esteve presente nos principais festivais nacionais, "IndieJúnior", "Monstra" e "Play", e nos encontros internacionais mais relevantes, "Prémios Quirino", "Festival de Annecy", "Cartoon Forum" e "Cinekid", promovendo a visibilidade do "Zig Zag" e da produção infantil portuguesa. ■



2_2 Imagem, comunicação e marketing

2

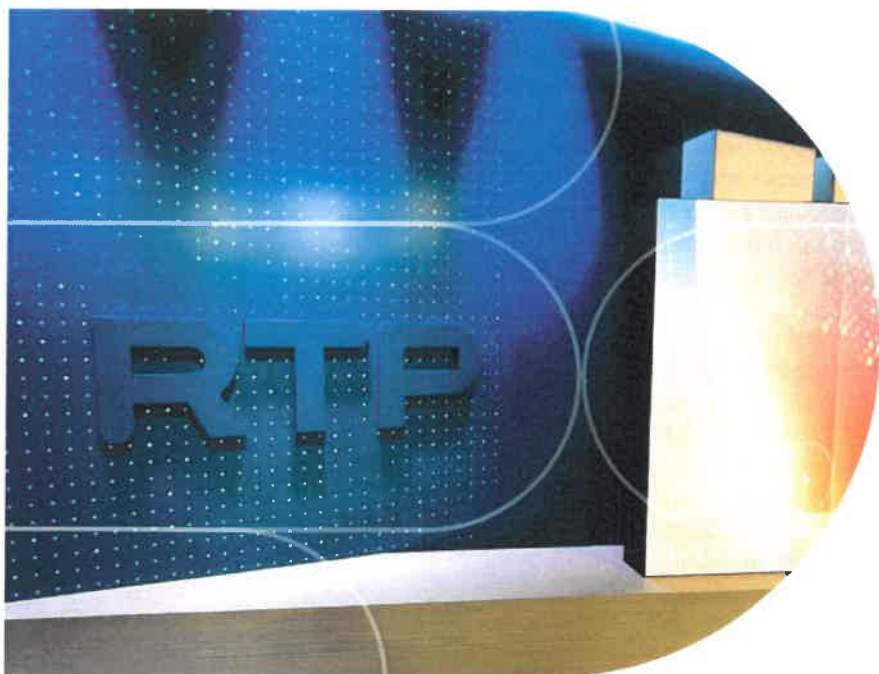
A RTP desenvolveu, em 2025, uma nova arquitetura de marca para o universo RTP, incluindo a definição aprofundada dos conceitos estratégicos aplicáveis às diversas submarcas do grupo, no âmbito de um processo abrangente de modernização da sua estratégia de marca, comunicação e imagem corporativa, centrado na coerência multiplataforma e na valorização integrada das suas propriedades de rádio, televisão e digital.

O lançamento da RTP Notícias, em outubro de 2025, constituiu o primeiro passo visível desta transformação, em conformidade com a estratégia definida.

A RTP recorreu ao apoio de agências especializadas em ações determinantes, nomeadamente no lançamento da RTP Notícias, projeto de maior relevância comunicacional em 2025, e da criação e comunicação do Hub de Séries, no seio da RTP Play, que reforçou a visibilidade da oferta de ficção. As restantes campanhas mantiveram uma presença regular nos sítios e redes sociais da RTP, contribuindo para o aumento global da comunicação digital ao longo do ano.

No contexto da produção de programas, a reorganização da área da Imagem registou progressos assinaláveis nos seguintes setores: Imagem Pessoal (Caracterização e *Styling*), *Design* de Produção (Cenografia e Adereços) e Identidade Visual (Grafismo), dando resposta às novas necessidades multiplataforma. No que respeita ao desenvolvimento dos estúdios de informação de televisão, foram instalados novos sistemas de iluminação e atualizado o sistema de grafismo de acordo com a nova imagem corporativa. No âmbito do reforço da identidade visual, concluiu-se a criação da linha gráfica integrada para os conteúdos de Informação, para os serviços de programas e para as plataformas digitais, garantindo consistência transversal em todas as formas de presença da RTP.

A promoção de conteúdos de ficção nacional manteve-se como área prioritária. Foi definido um modelo de comunicação articulada entre conteúdos de rádio, televisão e digital, com especial enfoque nas séries, filmes e telefilmes de produção nacional. As novas tecnologias, com especial incidência nas de Inteligência Artificial, permitiram desenvolver linguagens audiovisuais inovadoras.





Em fevereiro, realizou-se a 1.ª edição do evento “Séries em Série”, dirigido simultaneamente ao público em geral e aos profissionais do setor audiovisual, incluindo produtores, atores, criadores e estudantes de cinema e televisão, consolidando-se como plataforma de diálogo, valorização e promoção da ficção nacional, tendo sido realizada em fevereiro de 2026 a 2.ª edição.

Foi iniciado o redesenho do pacote de estudos e métricas de medição de audiência, reforçando a integração entre indicadores lineares e digitais, *side-by-side*, permitindo analisar de forma mais eficaz e integrada o desempenho dos diferentes meios. Foram ainda desenvolvidos novos reportes de comportamento digital, nomeadamente nas diferentes áreas temáticas de conteúdos de entretenimento, de ficção e de desporto, bem como da RTP Palco, da rádio e dos Centros Regionais dos Açores e da Madeira. Este esforço visa dotar as

equipas de conteúdos de ferramentas que lhes permitiam definir metas para o triénio, em alinhamento com as prioridades estratégicas da empresa. ■



2.3 Conteúdos

Em 2025, a RTP desenvolveu a sua estratégia de produção de conteúdos multiplataforma, com a criação do Comité de Conteúdos que reforçou o alinhamento entre a rádio, a televisão e o digital. Prosseguiu a reorganização dos serviços de programas e a reestruturação de processos editoriais, reforçando a eficiência e a coerência entre meios. A estratégia de conteúdos alinou as áreas de informação, ficção, entretenimento, cultura e desporto, para assegurar conteúdos concebidos desde a sua origem para responder a modelos de distribuição multiplataforma. A coprodução nacional e internacional foi fortalecida, e a presença regional valorizada. O arquivo audiovisual continuou a ser explorado e divulgado de forma estratégica. A RTP manteve ainda o apoio a eventos institucionais, culturais e científicos, garantindo a sua visibilidade e o reforço da missão de serviço público. —

ORGANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MULTIPLATAFORMA

ARTP deu um passo muito importante para a coordenação dos seus conteúdos multiplataforma, através do Comité de Conteúdos, em estreita articulação com as Direções Editoriais. Este Comité, com reuniões quinzenais, passou a assegurar o alinhamento entre rádio, televisão e plataformas digitais. O seu papel revelou-se determinante na definição de prioridades de investimento, na avaliação de novas parcerias e na identificação de áreas a otimizar, contribuindo para uma atuação integrada, eficiente e coerente em todo o universo RTP.

Em paralelo, foi estabelecida uma parceria com o Departamento de Transformação Digital da UER/EBU para a formalização e documentação dos processos editoriais e operacionais, mapeados no primeiro semestre. Durante o segundo semestre, realizaram-se levantamentos detalhados das

áreas de Informação da Rádio, Televisão e Multimédia, trabalho que prosseguirá em 2026 com a análise dos processos de Produção, permitindo desenvolver uma reengenharia orientada para fluxos mais eficientes e alinhados com os novos sistemas tecnológicos, previstos para Lisboa, Porto, Madeira e Açores, entre 2026 e 2027.

Em 2025, prosseguiu-se com a reorganização dos serviços de programas: a RTP Memória integrou a mesma estrutura diretiva da RTP2, com benefícios claros no alinhamento estratégico, sobretudo na aquisição e programação de cinema e na gestão conjunta de conteúdos. A RTP2 desenvolveu a sua estratégia em articulação com a RTP1, particularmente nas áreas Documental e de Ficção, e adequou os *slots* de programação Infantil e Jovem, ao perfil deste serviço de programas televisivo.

Ao longo do ano, a RTP promoveu reflexões sobre o futuro do áudio, na rádio, no *streaming*, nos *podcasts* e na presença em novas plataformas, com a participação dos serviços de programas de rádio, reforçando a importância estratégica da evolução do áudio num contexto de consumo cada vez mais digital.

Em toda a empresa, verificou-se um reforço significativo na produção de conteúdos temáticos comuns à rádio, televisão e plataformas digitais, consolidando uma estratégia editorial partilhada, que privilegiou a coerência e complementaridade dos meios, orientada para a inovação e a diversificação da oferta.

2

A RTP Notícias consolidou o modelo integrado de produção, assegurado por uma direção única que reforçou a articulação entre televisão e plataformas digitais e que permitiu a criação de conteúdos temáticos coerentes, adaptados aos diferentes meios. Também na vertente de público jovem todos os conteúdos foram concebidos desde a origem com lógica multiplataforma, incluindo o formato “Zig-zástico”, com versões específicas para rádio, televisão e digital, associado a datas temáticas como o Carnaval, a Páscoa e o Natal. —

FICÇÃO

No campo da ficção, a RTP distinguiu-se com a estreia de nove séries nacionais, entre as quais “A Travessia”, “Finisterra”, “Faro”, “Salto de Fé” e “Casa Abrigo”, e com quatro coproduções internacionais, incluindo “Ponto Nemo” (com a Amazon Prime), “Lume” (com a TV Galiza e Home Box Office (HBO)) e “Favaritx” (com a IB3 e a HBO). Foram exibidos seis telefilmes originais e quinze longas-metragens nacionais em estreia, como “Viver Mal” e “Mal Viver”, de João Canijo, “A Bela América”

e “Légua”, complementadas pela reexibição de quarenta longas-metragens recentes. Estes conteúdos ficaram simultaneamente disponíveis na RTP Play, que passou a oferecer uma área dedicada exclusivamente à ficção, com acesso imediato à totalidade dos episódios após transmissão linear. Em complementaridade, iniciou-se um projeto audiovisual pioneiro em Portugal de microdramas verticais (formato 9:16) para redes sociais, com cinco séries de vinte episódios concebidas para consumo mobile em TikTok e Instagram. No que respeita às audiências, destacaram-se “A Travessia” e “Ruído”, esta última com forte adesão entre os *Millennials* e classes A/B. No 2.º lugar do *ranking* de ficção da RTP Play encontra-se uma série exclusivamente digital: “Situações Delicadas” (67 mil utilizadores e 291 mil *plays*). Temas estruturantes da sociedade portuguesa estiveram presentes na ficção de horário nobre na RTP1 e na RTP Play: a escola e a educação em “O Grito”, os incêndios e a corrupção em “Lume”, a pressão imobiliária e o turismo em “Faro”.

O desenvolvimento da estratégia de coprodução nacional e internacional e da transparência das Consultas de Conteúdos foi reforçado. A RTP1 desenvolveu coproduções com a *Amazon Prime*, com a *HBO Max*, com a TV Galiza e com a IB3 e promoveu a Consulta de Conteúdos 2025, com regulamento público e plataforma digital dedicada. A RTP assegurou a divulgação transparente de resultados e processos de submissão. No Zig Zag, estrearam duas coproduções de animação, “Anselmo Wannabe”, em parceria com o operador italiano Radiotelevisione Italiana (RAI), e “Upside Down River”, entre Portugal e França. —



ENTRETENIMENTO

A oferta de entretenimento estruturou-se em torno de formatos de grande impacto baseados no talento, no conhecimento e na proximidade, com destaque para “The Floor”, “Taskmaster”, “Got Talent Portugal”, “The Voice Portugal”, “The Voice Kids”, “The Voice Gerações”, “Programa Cautelar”, “Em Casa de Amália ao Vivo” (realizado em 10 cidades), “Rebobinar Portugal” e programas de humor como “Ruído” e “Bairro do Humor”. Mantiveram-se formatos de forte identidade nacional, “Tradição Z”, “Missão 100% Português”, “Entre o Mar e a Terra”, “Por Amor à Tradição”, “Portugal Fenomenal” e “Inteligência Portuguesa”, e programas de referência de grelha, como “Joker”, “O Preço Certo”, “Praça da Alegria”, “A Nossa Tarde”, “Estrelas ao Sábado” e “Chefs da Nossa Terra”. Reforçou-se a expressão multiplataforma com produção digital associada a formatos emblemáticos como “The Voice Portugal”, “Programa Cautelar”, “Masterchef”, “Taskmaster” e “Rebobinar”.

DOCUMENTÁRIOS E VALORIZAÇÃO SOCIOCULTURAL

Na RTP1, produziram-se séries documentais de grande relevância pública, “Inteligência Portuguesa”, dedicada às empresas tecnológicas nacionais com estatuto de unicórnio; “Para Além do Cérebro”, em parceria com a Fundação Bial; “Diploma de Saída”, sobre emigração jovem e qualificada, com a Fundação Francisco Manuel dos Santos e “O Mar do Nosso Futuro”, com a Fundação Oceano Azul.

Na RTP2, reforçou-se a abordagem sobre ciência, história, património, artes e sociedade com a emissão diária de uma média de três documentários, através de parcerias com universidades e centros de investigação, ampliando a diversidade de conteúdos. Os Documentários da RTP2 representam 66% da totalidade de documentários emitidos pela RTP, tendo sido exibidas 1.952 emissões, com destaque para “Inesquecíveis Viagens de Comboio”.

A RTP Memória contribuiu com a reexibição de programas e documentários que tratam fenómenos sociais das últimas décadas, oferecendo enquadramento histórico e memória coletiva.

A RTP Madeira tratou regularmente estas temáticas em “Madeira Viva” e “Consultório”. Na RTP Açores, formatos como “Conversas com Ciência”, “Grande Debate”, “Olhar Clínico” e “Palavra Pública” asseguraram a abordagem sistemática a temas científicos e sociais, apoiados por parcerias com a Universidade dos Açores, autarquias, instituições religiosas e produtores locais. As temáticas científicas, tecnológicas e sociais estiveram igualmente presentes nos espaços informativos da RTP Notícias, de forma transversal à grelha.

Na RTP1, reforçaram-se géneros de valorização cultural e ambiental, com rubricas regulares sobre saúde, ambiente, direitos dos animais, gastronomia e desperdício alimentar em “Praça da Alegria” e “A Nossa Tarde”, e com documentários de vida animal e biodiversidade; estrearam-se “Tradição Z”, “Missão 100% Português” e uma nova temporada de “Entre o Mar e a Terra”. Na RTP Notícias, a rubrica “Esta Língua Que Nos Une” reforçou a presença da língua portuguesa.

A ficção e os documentários continuaram a integrar temas literários, ambientais e de património, com destaque para séries como “Pequena Biblioteca” e “Visita Guiada”, e para documentários adquiridos a entidades internacionais; no universo infantil e juvenil, o “Zig Zag” abordou arte, património, ecologia e sustentabilidade em conteúdos como “Duarte - Uma Peça de Arte” e “Descomplica”. No domínio infantojuvenil, formatos como “Descomplica”, tratou ainda a transição escolar, literacia financeira e questões da adolescência, assegurando adequação pedagógica e multiplataforma.

Os serviços de programas de rádio contribuíram para a diversificação dos géneros de programação: a Antena1 lançou o segmento diário “Duas de Prosa”; a Antena2 reforçou literatura, ciência, edição livreira e língua portuguesa com programas como “A Ronda da Noite”, “A Vida Breve”, “A Grande

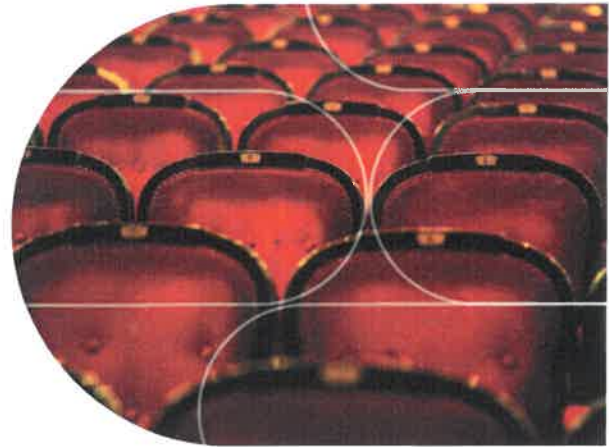


Ilusão”, “A Força das Coisas” e “Antena 2 - Ciência e Palavras de Português”; a Antena3 marcou presença em eventos como “Amadora BD”, “Motelx” e “Boil - Climate Fest”, e realizou um episódio especial do *podcast* “Voz de Cama” gravado ao vivo numa livraria. A nível regional, na Madeira, projetos como “Casa das Artes” e “Madeira Profunda” destacaram-se pela abordagem à cultura, património e natureza; nos Açores, programas como “1.ª Fila”, “Atlântida”, “Tudo em Causa”, “Palavra Pública”, “Conversas com Ciência”, “Açores Hoje”, “Consulta Externa” e várias séries documentais integraram regularmente estas temáticas, incluindo a divulgação literária em “Arquipélago de Escritores” e conteúdos socioculturais em “O Mundo Aqui”. ■

CULTURA, ARTES E MÚSICA

Foram asseguradas as transmissões das grandes festividades culturais na RTP1, como a “Festa da Flor”, “Marchas Populares”, “Casamentos de Santo António”, “São João - Santos Populares”, desfiles de Carnaval e emissões especiais de Natal e Fim de Ano. As cerimónias institucionais e momentos de interesse nacional foram também asseguradas, nomeadamente com a “Sessão Solene - 51º Aniversário do 25 de Abril”, as “Cerimónias Oficiais do 10 de Junho - Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas”, as “Cerimónias de Comemoração do 5 de Outubro”, ou a “Sessão Solene da Assembleia da República do 25 de Novembro”, e no campo dos eventos religiosos, com as cerimónias de Fátima, Missas Pascal e de Natal.

A RTP2, reforçou a presença nos grandes eventos culturais, com a cobertura, entre outros, dos “Prémios Sophia” e do “Festival Primavera Sound Porto”. Durante o ano desenvolveram-se projetos com distribuição nos diversos meios, rádio, televisão e digital, no domínio da Música e Artes de Palco, com o reforço e a presença em grandes eventos e festivais nacionais, nomeadamente com o “NOS Alive”, “Sol da Caparica”, “Festival F”, “Caixa Alfama”, “Festival MED”, “Festival da Canção”, “Prémios Jovens Músicos”, assegurando transmissões conjuntas na RTP Play e na RTP Palco.



Foram também produzidas e emitidas peças teatrais, concertos e conteúdos performativos, incluindo espetáculos do Festival de Teatro de Almada. A RTP2 emitiu cerca de 50 concertos musicais, tendo dedicado 83 horas à tipologia Arte e Cultura, e iniciou a pré-produção de um novo programa multiplataforma a estrear em 2026.

As artes performativas mantiveram uma forte dinâmica, com projetos como “Ocupação”, original produzido para a RTP Palco e posteriormente exibido na RTP2, bem como “Um Ensaio para o Futuro”, em parceria com a Antena3. Destaque ainda para a RTP Palco que continuou a desempenhar um papel central na distribuição digital destas produções, incluindo mais de 25 concertos gravados em 2025.

Foram desenvolvidos conteúdos nos diversos serviços de programas de rádio, Antena1, Antena2 e Antena3 para futura emissão simultânea na RTP2, no novo formato de Rádio Visual. A RTP Memória prosseguiu a disponibilização multiplataforma das suas Coleções Temáticas, “Animatographo”, “Replay”, “Boca de Cena”, “Comicus” e “Retrovisor”, que totalizam mais de 1.500 peças, assegurando continuidade editorial e valorização do património audiovisual.

A Antena1 reforçou a oferta editorial com novos programas, como “O Papel da Música” e “A Poeira das Estrelas”, mantendo formatos consolidados, “Refeitório”, “Postal do Dia” e “Destacável”, cuja forte presença digital na rádio, televisão e plataformas *online* ampliou significativamente a sua



visibilidade. A Antena1 integrou a produção conjunta de conteúdos como o “Festival da Canção” e os “Santos Populares”, com cobertura adaptada às especificidades de cada meio.

A Antena2 criou especiais dedicados a efemérides relevantes, 90 anos de Arvo Pärt, 70 anos da morte de James Dean, 50 anos do álbum “The Köln Concert”, e explorou novas abordagens de *visual radio* para conteúdos digitais.

A Antena3, produziu emissões especiais em festivais como “Vodafone Paredes de Coura”, “Festival N2”, “Festival Músicas do Mundo” e “Indie Music Fest”, e transmitiu concertos de grande visibilidade, como o concerto de Samuel Úria no Coliseu dos Recreios, uma emissão de 12 horas no Panorama e o concerto solidário “Juntos por Gaza” no Centro Cultural de Belém (CCB). A Antena3 registou ainda atuações ao vivo de artistas como Vaiapraia, Janeiro, Nenny e MXGPU, concebidas para rádio, televisão e redes sociais, reforçando o posicionamento da Antena3 como laboratório criativo e marca de referência para públicos jovens.

A RDP África destacou-se pela cobertura das comemorações dos 50 anos das independências africanas, com formatos como “Dossier África”, que recebeu nota de mérito no “Prémio Mário Soares - Liberdade e Democracia”, e “Heróis de África”, além das séries semanais “Filhos da Luta”, dedicadas às histórias dos movimentos independentistas.

A RTP manteve presença significativa na música através da gravação e divulgação de concertos, apoio a lançamentos discográficos, criação de novos formatos, transmissões em direto de festivais nacionais, música clássica, jazz, projetos autorais e música lusófona. ■

DESPORTO

No desporto, a RTP consolidou a sua posição de líder na cobertura de competições envolvendo representações de Portugal, com a transmissão de 20 campeonatos europeus e 22 campeonatos mundiais em 24 modalidades, incluindo desporto universitário e desporto para pessoas com deficiência.



Um destes eventos liderou o *ranking* anual de audiência televisiva: a final da Liga das Nações de Futebol (RTP1), entre Portugal e Espanha, atingindo 62% de *share* e 3,27 milhões de espectadores. No digital, o jogo gerou 457 mil *plays* — a emissão mais procurada do ano.

Houve um significativo reforço da visibilidade do desporto feminino, a nível nacional, com 172 transmissões diretas de eventos exclusivamente do género, em 12 modalidades, incluindo campeonatos mundiais e europeus e a transmissão regular de jogos da Liga dos Campeões feminina da União das Associações Europeias de Futebol (UEFA); nas regiões autónomas, acompanharam-se modalidades femininas com representatividade local.

A transmissão complementar de centenas de eventos desportivos nos serviços de programas de televisão (nomeadamente na RTP2), nas antenas de rádio e na RTP Play reforçaram a estratégia integrada de difusão linear e digital, particularmente sustentada na análise mensal do desempenho do Hub de Desporto da RTP Play.

A cobertura integrada multiplataforma teve especial expressão no “Rally de Portugal” – com produção simultânea de emissões audiovisuais e exclusivamente áudio – e na emissão alternativa dos jogos da seleção nacional masculina de futebol na RTP Arena.

A nível regional, foram transmitidos eventos desportivos masculinos e femininos com visibilidade internacional, na televisão, na rádio e na RTP Play.

REPRESENTAÇÃO PORTUGUESA

- 20 campeonatos europeus
- 22 campeonatos mundiais
- 24 modalidades

A informação da rádio assegurou relatos, atualidade e análise em linha com a estratégia definida. Paralelamente, garantiu-se o acesso linear a jogos de futebol de relevância nacional e internacional dentro de critérios de sustentabilidade orçamental: transmitiram-se todos os jogos das seleções principais masculina e feminina, jogos das Taças de Portugal e Supertaças, competições europeias e o Mundial Sub-17 conquistado por Portugal; a rádio manteve uma forte cobertura desportiva, quer de futebol quer de outras modalidades.

Os diferentes serviços de programas de rádio, incluíram competições e eventos que envolveram a participação, de forma coletiva ou individual, de atletas e equipas portuguesas, nomeadamente na “Liga das Nações da UEFA”, “Euro 2025 feminino”, “Mundial Sub-17”, mundiais de atletismo, canoagem, futsal, futebol de praia, nataçã o e voleibol, europeus de basquetebol e hóquei em patins, bem como mais de uma dezena de jogos das Taças e Supertaças.

A cobertura integrada com produção simultânea de vídeo e áudio garantiu-se no “Rally de Portugal”, na transmissão complementar de dezenas de campeonatos europeus e mundiais de diferentes modalidades e na emissão alternativa dos jogos da seleção nacional masculina na RTP Arena. ■

ARQUIVO

A RTP continuou a valorizar conteúdos com base no vasto património audiovisual. Para além da utilização intensiva de arquivo em documentários e séries emitidas em 2025, na RTP1, foi produzido o novo formato “Rebobinar”, composto integralmente por imagens de arquivo organizadas por temáticas, com oito episódios de 60 minutos, com continua-

DESPORTO FEMININO

- 172 transmissões
- 12 modalidades

ção prevista para 2026. A RTP Memória prosseguiu a produção regular de coleções temáticas e documentários assentes no acervo histórico, mantendo esta vertente como central na sua identidade editorial. Nas regiões autónomas, persistiu o investimento em conteúdos que promovem a memória e o património cultural local. ■

INSTITUCIONAL

A RTP aprofundou a sua presença no setor cultural, educativo e institucional, através de parcerias que contribuíram para a valorização do serviço público e da relação com os respetivos públicos, e de colaborações nacionais e internacionais em eventos culturais e académicos, fortalecendo o seu papel enquanto agente dinamizador da cultura, da informação e da cidadania. A RTP reforçou a participação ativa no setor apoiando diversas iniciativas, com destaque para a campanha do “Pirilampo Mágico 2025”, a participação no “Open House” e a colaboração na conferência “Serviço Público de Media na Era Digital”.

Celebraram-se protocolos com o Instituto Camões, possibilitando a cedência de documentários para difusão internacional, entre os quais “Quem és tu, Luís Vaz?”, “Júlio Pomar - O Risco” e “Camilo Pessanha - Um Poeta ao Longe”, traduzidos e legendados em várias línguas, contribuindo para a difusão global da cultura portuguesa.

A RTP manteve a parceria com a Universidade Nova de Lisboa no programa “90 Segundos de Ciência”, com a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), para um programa relacionado com a literacia energética, e com a Casa do Artista no *podcast* “Os Artistas da Casa”.

No âmbito da cooperação com a UER/EBU, rececionaram-se programas relativos à Eurovisão, incluindo os concertos da Orquestra Filarmónica de Viena e os concursos “Eurovision Song Contest” e “Junior Eurovision”.

A RTP apoiou a organização de diversos eventos institucionais e culturais, tanto internos como externos, incluindo a Demonstração de Rádio Amadores no âmbito dos 50 anos do 25 de abril, debates eleitorais e cerimónias públicas.

A RTP reforçou a presença em eventos de referência, como os “Prémios Play”, o “Festival do Jazz”, o “InShadow” ou o “Prémio Miguel Rovisco”, e voltou a promover a iniciativa “Carta em Branco”, no apoio à criação teatral para jovens artistas. O evento “Séries em Série”, organizado pela RTP, destacou-se como nova plataforma de promoção e debate do audiovisual nacional.

A RTP Memória prosseguiu parcerias com a Cinemateca Portuguesa, o Museu do Fado e o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, reforçando a ligação a instituições culturais e o valor público do arquivo RTP.

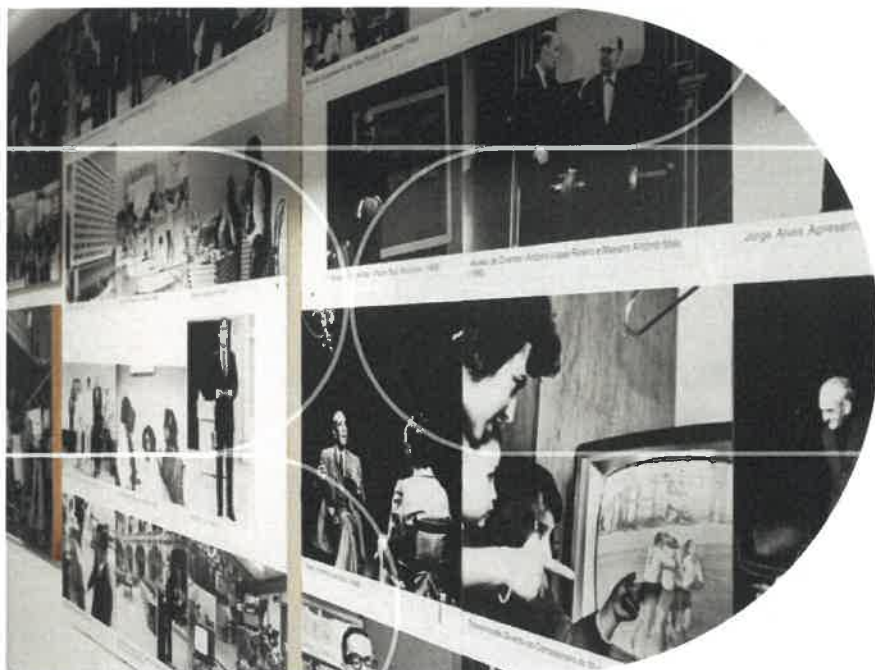
Na divulgação de conteúdos, manteve-se a forte colaboração com produtores independentes e distribuidores nacionais e internacionais. Enriquecido com novas séries e documentários, o catálogo comercial da RTP foi promovido junto de plataformas e operadores em Portugal e no estrangeiro. Concretizaram-se acordos com parceiros como Sioslife, AMC, Autentic e várias distribuidoras europeias, permitindo colocar conteúdos portugueses em mercados internacionais diversificados. Internamente, deu-se continuidade às parcerias com entidades culturais, museus, organismos públicos, fundações e iniciativas comemorativas nacionais.

Reforçou-se igualmente a interação com os Provedores e o Conselho de Opinião. Produziram-se 33 edições da “Voz do Cidadão” e 40 edições de “Em Nome do Ouvinte”, resultantes da análise de mais de 8.500 mensagens enviadas por telespectadores e ouvintes. Nos programas foram abordados diversos assuntos desde o controlo parental, a classificação etária de programas, os incêndios, as campanhas publicitárias, as eleições, a Inteligência Artificial ou as alterações internas na RTP.

PROVEDORES

- 33 edições “Voz do Cidadão”
- 40 edições “Em Nome do Ouvinte”
- 8.500 mensagens analisadas

A RTP assegurou o apoio ao Conselho de Opinião no exercício das suas funções, nomeadamente nos eventos de lançamento do livro “Serviço Público de Media - Inovação, Desafios e Cidadania”, sublinhando a importância do diálogo com a sociedade e com os agentes institucionais. ■

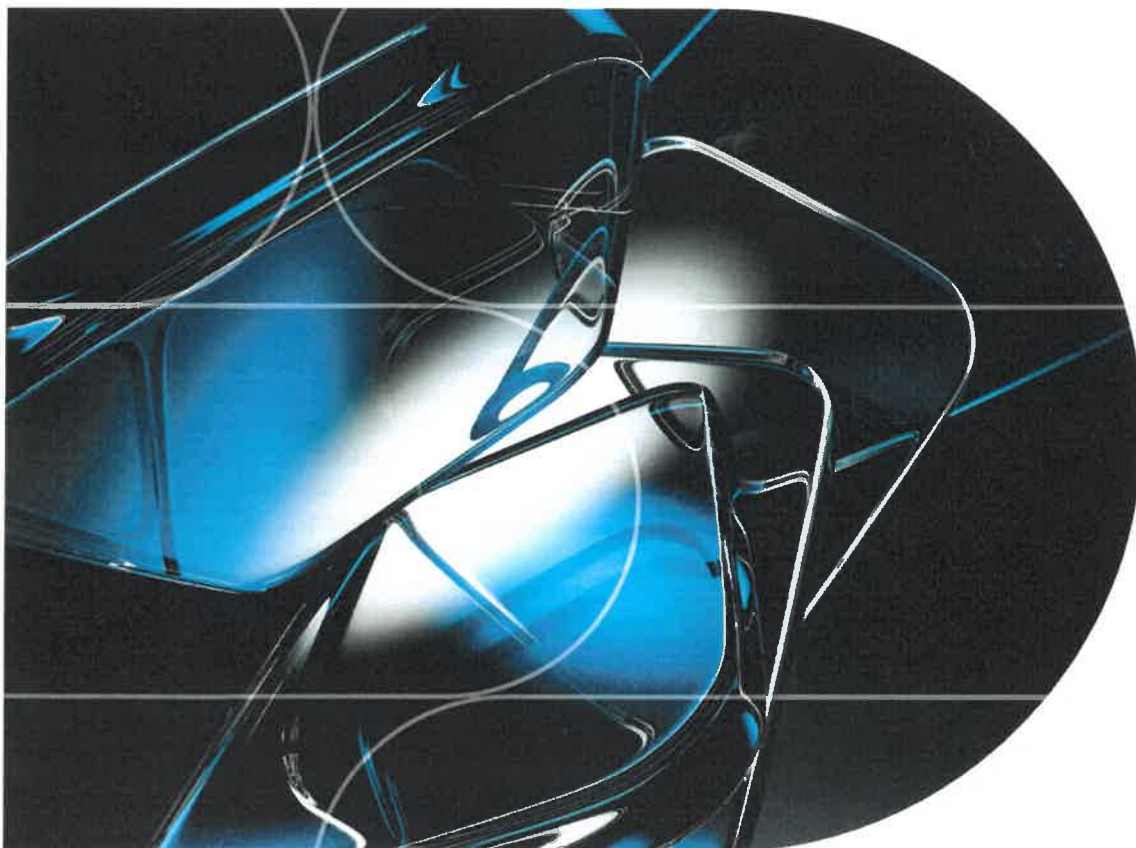


PRÉMIOS E DISTINÇÕES

O escrutínio público não é apenas o resultante da intervenção das entidades a quem estão atribuídas competências específicas neste domínio, mas também de outras entidades e do público em geral, sendo os Prémios e Nomeações uma manifestação de reconhecimento do serviço prestado. A RTP foi distinguida em 2025, até à data de conclusão deste relatório, através de nomeações e prémios atribuídos, quer a profissionais da empresa, quer a programas.

Em 2025, RTP identificou, preparou e submeteu candidaturas a 17 concursos nacionais e internacionais de referência, incluindo os International Emmy's Awards, Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma)/Clube de Jornalistas, CIVIS Awards, EIT Food – Prémio de Jornalismo, Prémio de Comunicação Corações Capazes de Construir, FSB – Jornalismo de Mérito e Excelência 2025, Monte Carlo – Golden Nymph Awards, Os Direitos da Criança em Notícia 2025 – Prémio

de Jornalismo, Rose d'Or, Rose d'Or Latinos, Prémio Gabo, Prix Associação Europeia de Televisões Regionais (CIRCOM), Prix Itália, Japan Prize, International Radio and Television Union (URTI) Grand Prix TV, URTI Grand Prix Radio, Dance Screen 2025, Prix Europa. A nível internacional, a RTP integrou júris de prestigiados concursos, como o Asia-Pacific Broadcasting Union (ABU) Prizes, Prix URTI de Documentários TV, Prix URTI Rádio, Prix Itália Documentários TV, e Prémios Televisión América Latina (TAL), reforçando o reconhecimento da marca no panorama mundial. Nestes concursos a RTP foi distinguida com um primeiro prémio, um terceiro prémio e oito nomeações. A parceria regular de festivais e certames artísticos de referência, manteve-se, na RTP2 com os "Prémios Sophia", "DocLisboa", "Monstra", "IndieLisboa", "Fantasporto", "Cinanima" e "Festival de Teatro de Almada", reforçando o posicionamento cultural deste serviço de programas. ■



RTP PRÉMIOS E DISTINÇÕES

RTP	<ul style="list-style-type: none"> Escolha N.º1 na categoria de "TV Generalista - Informação" (Prémio Escolha do Consumidor)
RTP1	<ul style="list-style-type: none"> Marca de Confiança; e o Jornalista José Rodrigues dos Santos, Personalidade de Confiança, na categoria de "Jornalismo"
RTP3	<ul style="list-style-type: none"> Melhor Canal de Informação nos Prémios Cinco Estrelas 2025
RTP Marcas	<ul style="list-style-type: none"> Prémios Lusófonos da Criatividade com dois ouros na categoria de "Branded Content Digital" pelos projetos "MasterChef Infiltrado" e "Do Allure ao Bem-Estar", ambos disponíveis na RTP Play
RTP Arena	<ul style="list-style-type: none"> Jornalismo Online - Novas Plataformas, atribuído pelo Clube Nacional de Imprensa Desportiva (CNID)
Separadores de emissão da RTP2	<ul style="list-style-type: none"> Bronze nos Prémios Design M&P na categoria de "Broadcast Design" Sara Bichão - Bronze nos Prémios 27th International Eyes & Ears Awards em Munique, na categoria de "Best bumper or station-idents"
Redação de Desporto da RTP	<ul style="list-style-type: none"> Prémio José Maria Pedrote na categoria de "Órgão de Comunicação Social", atribuído pela Associação Nacional dos Treinadores de Futebol (ANTF)
Série "Matilha"	<ul style="list-style-type: none"> Melhor Programa de Ficção na categoria de "Televisão" nos Prémios Autores 2025 (iniciativa da Sociedade Portuguesa de Autores)
Série "Irreversível"	<ul style="list-style-type: none"> Prémio de "Melhor Produção de Ficção Nacional" nos Prémios NiT
Série documental "A Conspiração"	<ul style="list-style-type: none"> Melhor Programa de Informação na categoria de "Televisão" nos Prémios Autores 2025 (iniciativa da Sociedade Portuguesa de Autores)
"A Nossa Tarde"	<ul style="list-style-type: none"> Escolha N.º1 na categoria de "Melhor Programa da Tarde" (Prémio Escolha do Consumidor)
"90 Segundos de Ciência" programa da Antena1	<ul style="list-style-type: none"> Prémio Ciência Viva Media de 2025, atribuído pela Agência Ciência Viva
"Dona da Casa" programa da Antena3	<ul style="list-style-type: none"> Prémio Media do Ano (15.ª edição dos Prémios Dezanove)
Reportagem da Linha da Frente "Salvar para Nascer"	<ul style="list-style-type: none"> Prémio Jornalismo em Saúde na categoria de "Televisão" (9.ª edição do Prémio Jornalismo em Saúde, uma iniciativa da Apifarma e do Clube de Jornalistas)
Reportagem da Antena1 "O Turno Infinito"	<ul style="list-style-type: none"> Prémio Jornalismo em Saúde na categoria de "Rádio" (9.ª edição do Prémio Jornalismo em Saúde, uma iniciativa da Apifarma e do Clube de Jornalistas)
Reportagem da "Linha da Frente", "Ouro Líquido"	<ul style="list-style-type: none"> Primeiro lugar na 5.ª edição do Prémio de Jornalismo EIT Food em Inovação e Sustentabilidade Agroalimentar
Reportagem da "Linha da Frente", "A Alma da Serra"	<ul style="list-style-type: none"> Terceiro lugar na 5.ª edição do Prémio de Jornalismo EIT Food em Inovação e Sustentabilidade Agroalimentar
Reportagem da Antena1 "Cante em Lisboa"	<ul style="list-style-type: none"> Prémio de Jornalismo e Poder Local 2025 na categoria de "Rádio" (iniciativa da Associação Nacional de Municípios Portugueses)
Jornalistas Jacinto Godinho e Carlos Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> Prémio Gazeta de Televisão com o documentário "Os Olhos da Revolução" (iniciativa do Clube de Jornalistas)
Jornalista da Antena1 Tatiana Felício	<ul style="list-style-type: none"> Prémio Gazeta Revelação pela reportagem "O Rio Que Nos Une" (iniciativa do Clube de Jornalistas)
Jornalista Filipe Pinto	<ul style="list-style-type: none"> Prémio AML - Jornalismo contra a Indiferença na categoria de "Televisão" com a reportagem "Corpo meu que não me pertence", exibida no programa "A Prova dos Factos" (iniciativa da Fundação de Assistência Médica Internacional)
Jornalista da RTP Manuel Fernandes Silva	<ul style="list-style-type: none"> Prémio José Maria Pedrote, atribuído pela ANTF

86
152

RTP PRÉMIOS CRIATIVIDADE MEIOS & PUBLICIDADE EM AUTOPROMOÇÕES & INOVAÇÃO EM MEDIA

Equipas de criatividade da RTP

2

- 2 prémios de Ouro pelo trabalho desenvolvido no âmbito do Dia da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina na categoria de "Sustentabilidade e Responsabilidade Social" e pelo programa "Ruído", este na categoria de "Comédia"
- 3 prémios de Prata nas categorias de "Desporto" com "Estórias Que Contam - Heróis do Mar", na categoria de "Genérico" com "Europa à Porta" e, ainda, com os separadores da RTP2 da autoria de Vasco Graça Moura e Ana Mesquita, na categoria de "Separador"
- 4 prémios de Bronze com o Conecta 2025 Programas Adaptados na categoria de "Marca", "Estórias Que Contam" na categoria de Informação, a que se junta também na categoria de "Sustentabilidade e Responsabilidade Social" o Dia Mundial da Terra e na categoria de "rádio" com "Acorda Para o Mundo" da Antena1

RTP 7.ª EDIÇÃO DO PRÉMIO CENTRO PINUS - JORNALISMO FLORESTAL

Reportagem Diária

- Prémio atribuído à jornalista Daniela Santiago pelo trabalho desenvolvido em torno do valor da floresta e do Circuito do Carbono

Reportagens do programa "A Prova dos Factos"

- Prémio Grande Reportagem entregue à investigação de Emanuel Boavista, que revelou que as verbas europeias destinadas à floresta não chegaram ao terreno
- Menção Honrosa atribuída à jornalista Daniela Santiago pela sua reportagem dedicada ao abandono do Pinhal de Leiria

Antena1

- Menção Honrosa atribuída à jornalista Arlinda Brandão pela reportagem sobre as Florestas Miyawaki. A peça mostra como miniflorestas densas de espécies nativas estão a ser plantadas em áreas urbanas e escolares em Portugal



MISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

De acordo com o Estudo de Mercado "Cumprimento Percetivo da Missão de Serviço Público", a perceção geral do cumprimento da Missão de Serviço Público da RTP manteve-se estável em 2025, com 42% dos entrevistados a considerar que a RTP cumpre totalmente esta missão. Uma análise mais aprofundada revela uma tendência de crescimento significativa a longo prazo. Desde o início do estudo, em 2016, o índice de cumprimento da Missão de Serviço Público tem vindo a subir em todos os segmentos da população, indicando uma melhoria gradual e consistente na forma como os portugueses veem o desempenho da RTP face à sua missão fundamental. ■

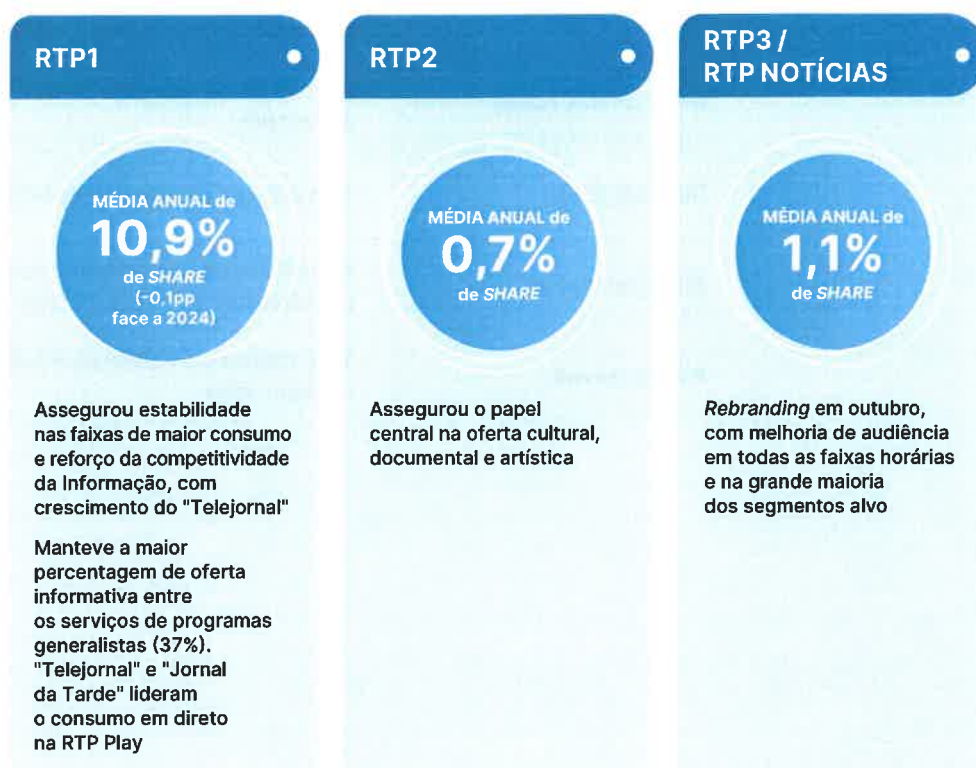
o digital se afirmou como o principal eixo de crescimento do setor. A rádio manteve a tendência de descida iniciada em 2020, embora haja sinais de recuperação no universo RTP, de acordo com o Estudo de Mercado "Cumprimento Percetivo da Missão de Serviço Público".

A RTP, em termos da televisão encerrou 2025 com 13,1% de *share*, refletindo uma quebra (-0,6 pontos percentuais (pp)) face ao ano anterior, mas assegurando estabilidade no principal serviço de programas e o reforço em áreas estratégicas.



AUDIÊNCIAS

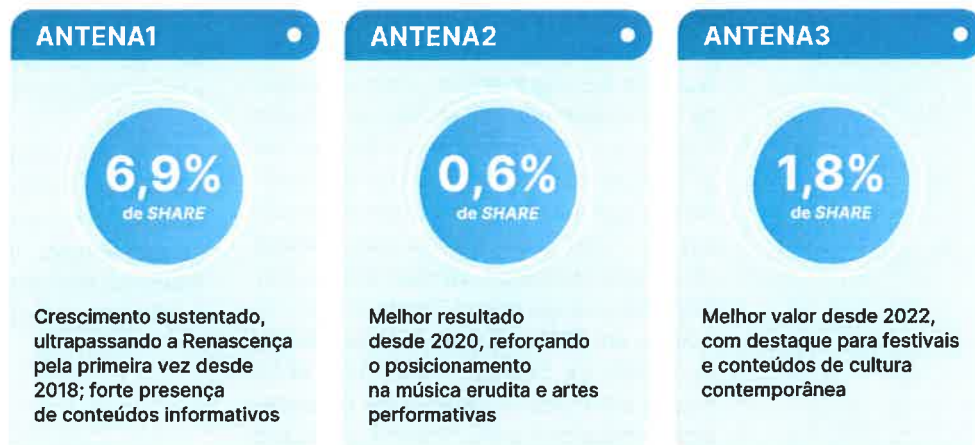
O ano de 2025 caracteriza-se pela continuação da transformação no consumo de meios em Portugal. A televisão linear registou a menor penetração de sempre, sobretudo entre públicos jovens e com maior escolaridade, enquanto



A RTP no segmento rádio encerrou 2025 com uma média de 652 mil ouvintes, o melhor

desempenho desde 2014. O *share* ascendeu a 9,4%, o valor mais elevado desde 2015.

2



A vertente digital da RTP, consolidou-se como o principal vetor de crescimento e renovação da RTP, reforçando a sua rele-

vância junto dos públicos mais jovens e *digital-first*, apresentando em 2025 o melhor ano de sempre.

RTP DIGITAL

RTP Online	<ul style="list-style-type: none"> • 173 milhões de visitas (+12%) e 422 milhões de <i>pageviews</i> (+12%)
App RTP Play TV	<ul style="list-style-type: none"> • 733 mil utilizadores (+18%) e 55 milhões de visualizações de ecrã (+29%)
RTP Notícias (sítio)	<ul style="list-style-type: none"> • 63 milhões de visitas (+76%), o melhor resultado de sempre
Redes Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • 19,4 milhões de seguidores (+12%)
Net Audience	<ul style="list-style-type: none"> • 2,1 milhões de utilizadores mensais (+26%), posicionando a RTP no 7.º lugar do <i>ranking</i> nacional
RTP Arquivos	<ul style="list-style-type: none"> • 1,56 milhões de visitantes e mais de 8 milhões de <i>pageviews</i>

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.

Nas Regiões Autónomas, a RTP tem resultados muito relevantes. A RTP Açores é o serviço de programas mais recordado e a RTP Madeira lidera em notoriedade.

Destaca-se na rádio, a Antena1 Açores e Antena1 Madeira com as segundas rádios mais ouvidas e mais preferidas.

2

AÇORES

- RTP Açores é o serviço de programas mais recordado (97%), o 4.º serviço de programas mais visto (32%) e preferido (18%)
- A Antena1 Açores é a 2.ª rádio mais ouvida (34%) e a 2.ª mais preferida (29%)
- A Antena3 ocupa a 4.ª posição em ouvintes habituais (10%)

MADEIRA

- A RTP Madeira lidera em notoriedade (93%). É o 3.º serviço de programas no ranking dos mais vistos (41%) e preferidos (27%)
- A Antena1 Madeira é a 2.ª rádio mais ouvida (33%) e a 2.ª preferida (31%)
- A Antena3 Madeira ocupa a 3.ª posição (19%)



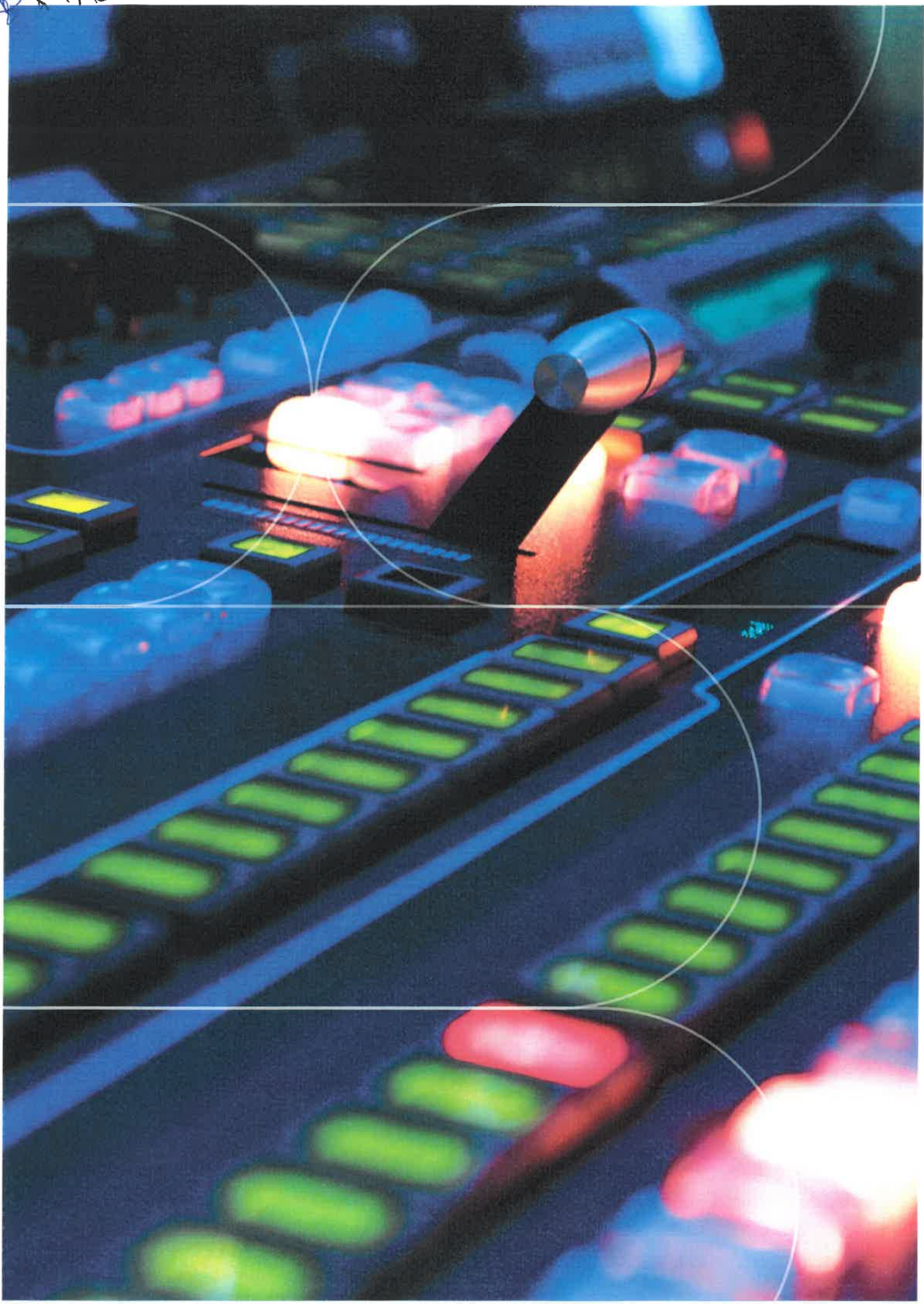
Tanto no mercado de Rádio, como de Televisão, o share da RTP é de 26%



No mercado de televisão, o share da RTP é de 27% e no mercado de rádio, o share da RTP é 32%

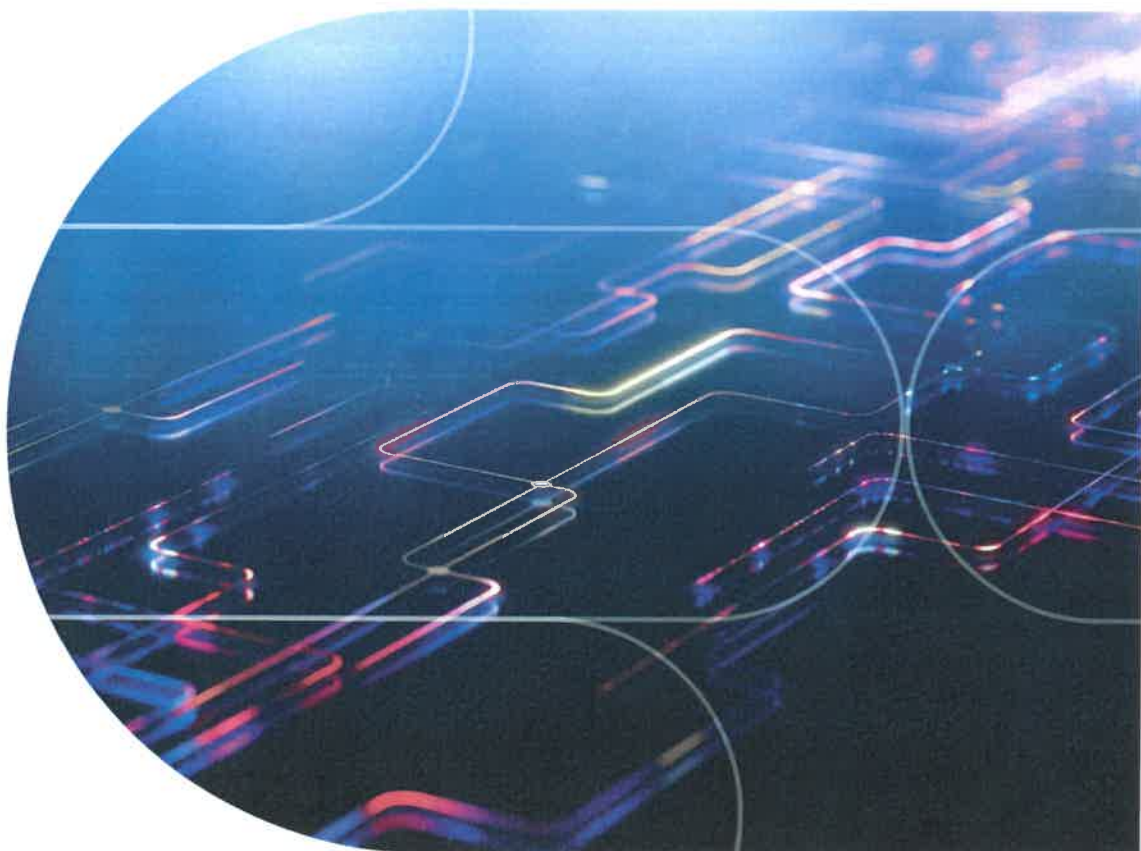


07 5 012



3 ORGANIZAÇÃO e PROCESSOS para DISTRIBUIÇÃO MULTIPLATAFORMA

A RTP prosseguiu a sua estratégia de modernização tecnológica e de transformação digital, reforçando a eficiência operacional e adaptando os seus modelos de produção a um ecossistema multiplataforma. No digital, registaram-se melhorias substanciais de usabilidade, expansão e disponibilização de conteúdos, consolidando a estratégia multiplataforma e o papel da RTP como operador público inovador e orientado para o futuro.





3_1 Tecnologia



A RTP deu continuidades à implementação do plano de prioridades tecnológicas para o triénio 2024-2026, nomeadamente a transformação digital, a modernização tecnológica, a melhoria da eficiência operacional e a adaptação aos novos modelos de produção multiplataforma.

No âmbito da preparação do *roadmap* para a implementação da Network and Information Security Directive 2 (NIS2), a RTP iniciará os trabalhos em 2026, assegurando o alinhamento da empresa com as exigências desta norma de cibersegurança, tendo para o efeito selecionado um parceiro que trabalha em articulação com o CNCS. Em paralelo, e com o objetivo de garantir conformidade com o futuro Regulamento Europeu de Inteligência Artificial, foi contratada uma empresa especializada para desenvolver os modelos de governação de IA e a respetiva matriz de risco. Estes trabalhos marcam o início formal do processo de adequação da RTP aos novos requisitos regulatórios em cibersegurança e Inteligência Artificial.

No campo da modernização tecnológica as áreas de emissão e produção asseguraram melhorias na eficiência operacional e na preparação para um modelo multiplataforma. Na área da Emissão Multicanal, destaca-se a implementação do equipamento tecnológico que permite a inserção de publicidade televisiva em ecrã fracionado, a instalação dos meios técnicos para a distribuição do serviço de programas RTP Madeira a partir de Lisboa e a instalação de capacidade técnica para a emissão do serviço de programas RTP América em High Definition (HD), que permitirá a emissão do sinal de televisão digital com imagem de alta resolução.

A RTP investiu também nos sistemas de *playout* de grafismo, no recondicionamento das unidades Digital Satellite News Gathering (DSNG) para funcionamento de produção ligeira e na instalação da área de redação avançada das áreas operativas de produção de apoio à informação.

No âmbito da gestão de metadados, foi dada continuidade ao levantamento dos processos transversais de produção e informação. Este mapeamento permitiu definir o estado atual e o futuro modelo dos fluxos de *metadata*, articulando com as necessidades identificadas para o novo sistema de gestão de conteúdos, Broadcast Management System (BMS), e os novos sistemas de produção: Production Asset Management (PAM) e Business Process Management (BPM). Prosseguiu-se ainda com o levantamento detalhado de *workflows* com a UER/EBU, fundamental para o novo sistema PAM/BPM. Foi ainda iniciado o processo de aquisição de serviços especializados para assegurar a continuidade e qualidade das etapas subsequentes. Em paralelo, foram analisados fluxos de produção e de arquivo áudio, com vista à definição de novos processos integrados e mais eficientes.

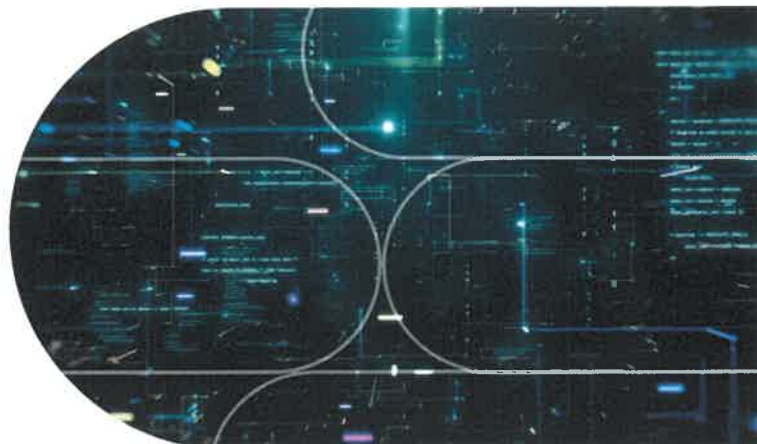
A renovação dos estúdios de informação integrou uma profunda modernização técnica, que incluiu a renovação das régies, a implementação das teias de iluminação, a adoção de tecnologia Light Emitting Diode (LED) e sistemas Internet Protocol (IP), o reforço dos *LEDwalls*, a atualização dos encaminhamentos de áudio, a instalação de cabines de tradução insonorizadas e a preparação da infraestrutura para a futura robotização de câmaras. Todo este processo de mudança, realizado no âmbito da Casa das Notícias, teve o apoio dos serviços do Departamento de Transformação Digital da UER/EBU tendo em vista assegurar a adoção das melhores práticas europeias.

O Centro de Produção do Norte (CPN) instalou o segundo *LEDwall* da “Praça da Alegria” e reforçou a utilização de régies portáteis e modelos de produção ligeira nas transmissões para RTP2, RTP Palco e RTP Play, bem como nas produções e transmissões das missas regulares para a RTP1.

Realizaram-se testes para verificação da viabilidade para uso de soluções focadas na produção em *cloud* nos Açores e, na sequência destes resultados, foi iniciado o processo de aquisição da infraestrutura técnica necessária para a sua implementação permanente nos Açores e na Madeira. Este investimento permitirá dotar ambas as regiões autónomas reforçando a eficiência, a flexibilidade e a modernização dos processos de produção audiovisual da RTP. No âmbito da gestão áudio dos Açores, foram implementadas melhorias, aquisição de processadores e sistemas de áudio e reforço de conectividade para exteriores.

Foram analisadas propostas de projetos de produção mais eficientes e orientados ao digital: a criação de uma unidade de exteriores ligeira e a robotização do Estúdio Virtual; a normalização da transmissão por tecnologias Internet Protocol (IP) e Global System for Mobile Communications (GSM); a implementação de novos modelos de produção de exteriores; a aquisição de câmaras Pan Tilt Zoom (PTZ), para otimização de modelos de produção em estúdio; a exploração de produção de conteúdos específicos para difusão nas plataformas digitais com som imersivo. ■

3



REDE EMISSORA DA RÁDIO

A renovação tecnológica das rádios e das estações emissoras de Modulação em Frequência (FM) prosseguiu com intervenções estruturais nas instalações de Lisboa e melhoria da cobertura nacional, incluindo renovação de emissores. Entre as ações realizadas destaca-se o aumento da potência radiada em Montejunto, a substituição de sistemas radiantes no Monte da Virgem, a modernização de emissores nos Açores, a recuperação dos feixes hertzianos inter-ilhas e as intervenções técnicas na Madeira que permitiram recuperar a capacidade de emissão.

MONTEJUNTO

Aumento de potência radiada

MONTE DA VIRGEM

Novos sistemas radiantes

AÇORES

Modernização de emissores

MADEIRA

Recuperação capacidade emissão

PLATAFORMAS DIGITAIS

A plataforma RTP Play registou melhorias significativas de usabilidade, incluindo a reorganização editorial por "Hubs" temáticos e novas montras de conteúdos, permitindo uma navegação mais intuitiva e estratégica. Reflexo direto destas melhorias foi o alcance de um Índice AccessMonitor de 9,2 em 10, classificação de elevado desempenho no validador oficial de acessibilidade web do Estado Português, que avalia a conformidade com as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo

Web (WCAG) 2.1 do World Wide Web Consórcio (W3C). Em paralelo, reforçou-se a presença em lojas de aplicações e dispositivos *smart*, Apple Store, Play Store, LG, Samsung, Amazon, e alargou-se a sua disponibilização a novos contextos, incluindo a integração na plataforma TiVo para automóveis BMW. A promoção da RTP Play foi intensificada através de campanhas dedicadas ao Hub de Séries, ações de *marketing* digital, ativações presenciais e presença institucional em eventos estratégicos como o congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC) 2025 e o QSP Summit.

A RTP Palco consolidou-se como centro de distribuição de conteúdos de artes performativas, reforçando a usabilidade da plataforma, a linha de exclusivos e a oferta de programação especial. Foram mantidos e alargados protocolos com salas e instituições culturais, como a Casa da Música, Cister Música, Festival Med e Casa Varela, assegurando a disponibilização continuada de conteúdos regionais. Destacam-se ainda novos projetos, como o Kriol Jazz, e a primeira produção totalmente interna com som imersivo Dolby Atmos Binaural. Em 2025 iniciaram-se negociações com a organização Évora 27 para futuros conteúdos.

No RTP Ensina, o reforço da experiência de navegação foi concretizado através da funcionalidade "Veja também", que promove uma exploração mais integrada dos temas. O sítio atingiu um Índice AccessMonitor de 9,7/10 na avaliação do validador oficial de acessibilidade web do Estado Português.

ÍNDICE ACESSMONITOR RTP Play e RTP Ensina, 2025



Handwritten initials and a signature.

A RTP continuou o desenvolvimento da aplicação RTP Arquivo, acelerando a disponibilização do acervo histórico. Em 2025 foram disponibilizados 17.900 novos itens, 159 séries e 13 coleções, perfazendo um total de 170.990 conteúdos acessíveis ao público. O portal registou mais de 8,1 milhões de visualizações e 2,6 milhões de visitas. Em paralelo, foram catalogadas e indexadas 6.900 horas de novos conteúdos, recuperadas 3.748 horas de acervos históricos e migradas 2.369 horas de video-

cassetes. A operação diária contou com 10.230 solicitações internas, que resultaram na utilização de mais de 3.100 horas de imagens em produção de notícias e programas. Foram ainda respondidos 540 pedidos externos de licenciamento de materiais de arquivo. A RTP, no âmbito do arquivo, apoiou também diversas iniciativas culturais nacionais, reforçando a sua missão de preservação da memória audiovisual do país. —

3



3_2 Organização multiplataforma

A RTP avançou na organização dos seus modelos de trabalho para um contexto multiplataforma, reforçando estruturas e processos que suportam a transformação digital, a automação e a produção eficiente de conteúdos para rádio, televisão e plataformas digitais.

No âmbito da organização tecnológica e operacional, foi criado o Comité de Produção e Tecnologia, órgão coordenado pelo Conselho de Administração e constituído pelas áreas de Produção, Engenharia e Financeira. Este Comité reúne regularmente para analisar novas necessidades, avaliar tendências tecnológicas, definir prioridades de investimento e garantir a evolução integrada dos modelos de produção. Foram ainda constituídos grupos de trabalho multidisciplinares orientados para a análise dos fluxos de trabalho existentes e para a identificação das necessidades do futuro modelo, suportando a reengenharia de processos.

No domínio dos novos modelos de produção e da flexibilização das equipas, a RTP desenvolveu ao longo do ano um estudo aprofundado que identificou diversos modelos distintos, cinco em estúdio e sete em exterior, com foco em formatos ligeiros adequados ao digital. Foram considerados prioritários modelos baseados em régies portáteis, unidades móveis de satélite, produção remota e fluxos híbridos adaptados a eventuais necessidades de rapidez e mobilidade. Em paralelo, foi concluída a fase de estudo do projeto RTP Hub de Produção Multiformato, concebido para funcionar como laboratório de novos modelos de produção de baixo custo, aumentar a capacidade de produção para público jovem e constituir uma via de recrutamento de talento. A implementação dos novos modelos exige investimentos em equipamentos ligeiros, automação e robotização, bem como da redefinição dos perfis profissionais, do reforço da for-

mação e da evolução cultural necessária para a adoção da multidisciplinaridade.

MODELOS TECNOLÓGICOS

- Régies portáteis
- Unidades móveis de satélite
- Produção remota
- Fluxos híbridos
- Automação
- Robotização

OBJETIVOS

RTP Hub de Produção Multiformato

- Laboratório de novos modelos de produção
- Produção de baixo custo
- Foco público jovem
- Recrutamento de talento

No seguimento da estratégia multiplataforma, foram analisados os processos do Centro Regional dos Açores (CRA) e do Centro Regional da Madeira (CRM) e incorporadas necessidades regionais nos procedimentos de aquisição tecnológica, prevendo-se a avaliação de resultados em 2026.

No CRA, verificou-se uma adoção consolidada de modelos de produção mais reduzidos, com sinergias entre televisão e rádio, utilização generalizada de tecnologia IP, nomeadamente nos programas em exterior, e operação multiplataforma integrada em eventos nacionais e internacionais. Destaca-se a produção de conteúdos para rádio, televisão e digital com a utilização da tecnologia MOJO (Mobile Journalism),

tendo sido reforçados os *kits* completos de *mobile journalism*, adquiridos computadores portáteis e equipamentos ligeiros para as equipas. Durante a passagem do furacão, que afetou o arquipélago açoriano, foi realizada uma emissão única com difusão multiplataforma.

No CRM, realizaram-se ações de formação para edição e captura de vídeo em telemóvel, utilizando a tecnologia MOJO para produção multiplataforma.

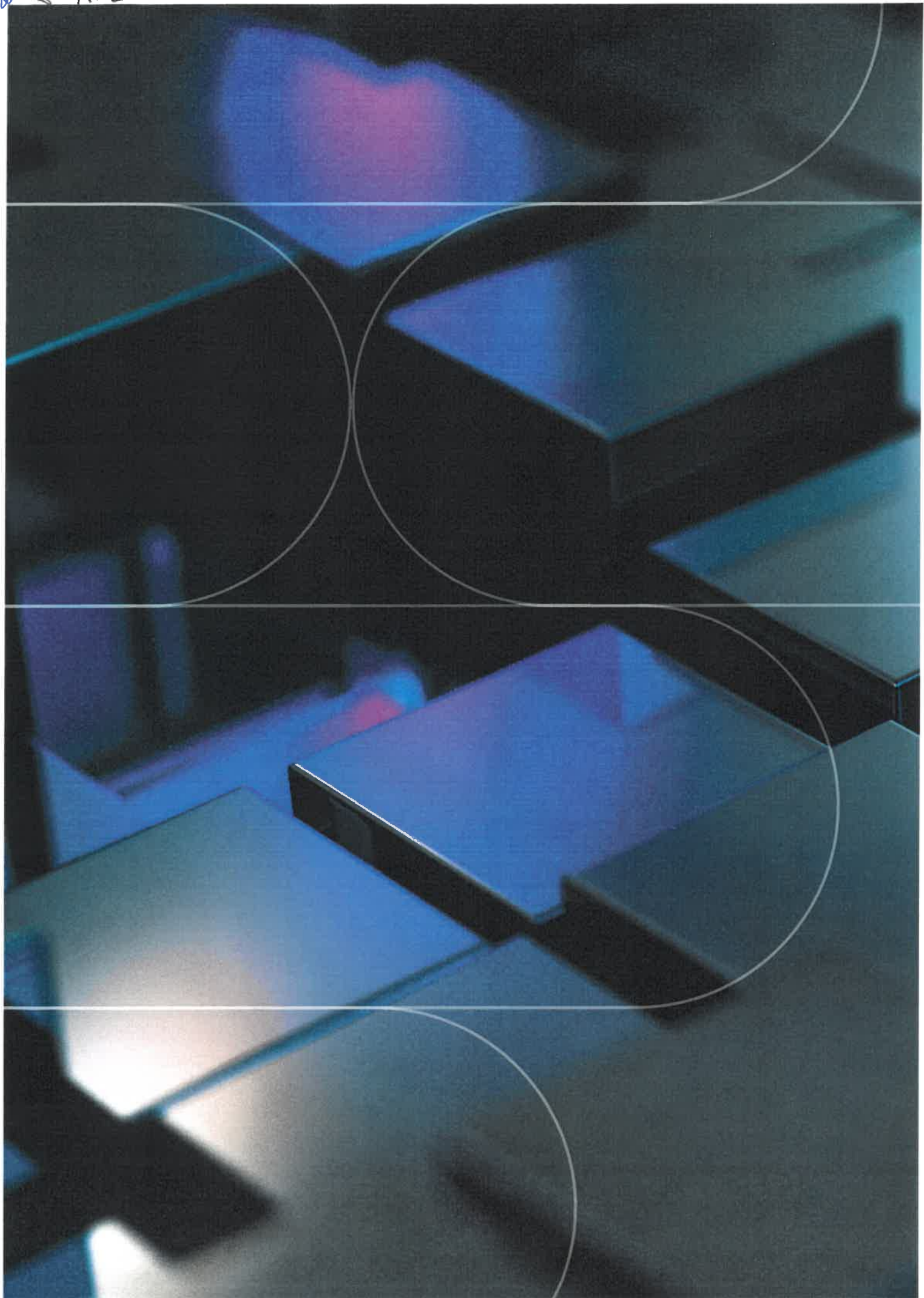
No que respeita à produção de conteúdos multiplataforma, no Centro de Produção do Norte destaca-se as gravações do documentário “Germano e a Cidade” e da série “Tradição Z”, assim como as produções “Olá Vida Malvada – Xutos & Pontapés” e “GNR – Operação Stop – 45 Anos”, a cobertura do “Primavera Sound Porto” e a emissão especial de fim de ano com os Clã, reforçando a capacidade regional.

Foi criado um grupo interno para participar nos grupos de trabalho da UER/EBU dedicados ao futuro da rádio nos veículos automóveis. Paralelamente, iniciou-se o estudo e o levantamento das necessidades internas para a integração em plataformas emergentes, como a *RadioReady*, iniciativa europeia da UER/EBU que reúne operadores públicos e privados com o objetivo de assegurar uma presença harmonizada da rádio nos veículos conectados, para integrar conteúdos, *metadata* e serviços rádio, garantindo maior visibilidade nas interfaces dos fabricantes automóveis e promover uma experiência multiplataforma mais consistente e competitiva no ambiente digital automóvel. ■

3



97 K NAL





4 CONTEÚDOS para a LITERACIA MEDIÁTICA, FORMAÇÃO CRÍTICA e CONHECIMENTO



A RTP contribuiu, em 2025, para que os diversos públicos aumentem o nível de compreensão e descodificação da informação que recebem, capacitando e fortalecendo o seu conhecimento sobre os assuntos que lhes interessam, formem opiniões fundamentadas e decisões conscientes com pensamento crítico, assente em fontes credíveis. A RTP contribuiu para a construção de uma sociedade moderna, justa, plural, democrática e livre.



4

Em 2025, a RTP aprofundou o seu compromisso com a promoção da literacia mediática, do pensamento crítico e do acesso ao conhecimento. Com o Plano Nacional de Literacia Mediática aprovado e em vigor, a RTP iniciou discussões com a entidade responsável pela sua aplicação. O Plano interno de Literacia Mediática da RTP pretende sistematizar as atividades em curso de uma forma coerente e amplificá-las junto dos diferentes públicos. Manteve-se a aposta em formatos de descodificação, com a produção de uma nova temporada do “Programa Cautelar”, que abordou temas como Inteligência Artificial, liberdade de expressão, jogos e apostas *online* e *fast fashion*, combinando humor com informação rigorosa e com forte impacto digital. A criação de explicadores temáticos foi concretizada com o lançamento do programa “Segredo do Algoritmo”, visando clarificar e contextualizar grandes temas da atualidade, especialmente no ambiente digital. Nas regiões, a RTP Madeira e a RTP Açores continuaram a integrar conteúdos orientados para a literacia mediática em programas de proximidade como “Madeira Viva”, “Dossier de Imprensa”, “Conversas com Ciência” e “Palavra Pública”.

PROGRAMA DE DESTAQUE	TEMAS
Programa Cautelar	<ul style="list-style-type: none"> IA, liberdade de expressão, jogos/apostas, <i>fast fashion</i>
Segredo do Algoritmo	<ul style="list-style-type: none"> Explicadores sobre grandes temas da atualidade digital

A RTP participou e colaborou de forma permanente no desenvolvimento das iniciativas de atuação do Grupo Informal sobre Literacia Mediática (GILM), representado por instituições públicas com interesses e/ou responsabilidades nesta matéria, que quiseram colaborar no sentido de inscrever este assunto de forma cada vez mais saliente nas políticas públicas, tendo em vista a promoção da elevação dos níveis da Literacia Mediática em Portugal. Atualmente o GILM integra: Agência LUSA; Associação DNS.PT; Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS); Comissão Nacional da UNESCO (CNU); Conselho Nacional de Educação (CNE); Direção-Geral da Educação (DGE); Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC); Escola Superior de Comunicação Social (ESCS); Estrutura de Missão para a Comunicação Social, também designada #PortugalMediaLab; Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA); Observatório da Comunicação (OBERCOM); Rádio e Televisão de Portugal (RTP); Plano Nacional do Cinema (PNC); Plano Nacional de Leitura (PNL); Rede de Bibliotecas Escolares (RBE); e Vítor Tomé na qualidade de especialista.

Destaca-se das atividades do GILM, em 2025, onde a RTP participou de forma permanente, a realização de fóruns informais sobre literacia mediática, encontros com peritos para debate de temas atuais e pertinentes no âmbito da literacia mediática, quer dirigidos à comunidade escolar, académica e de profissionais da comunicação, quer de interesse mais alargado em termos de público, nomeadamente: o *workshop* para envolvimento das bibliotecas públicas na operação “7 Dias com os Media 2025”; a 13.ª edição da operação “7 Dias com os Media - IA, eu penso!”; a *masterclass* “Inteligência Artificial, Pensamento Crítico e Educação para os Media”, dinamizada pelo jornalista Alexandre Le Voci Sayad; o 8.º Encontro Nacional de Educação para os Media no âmbito da semana dedicada à promoção da educação para os media e da literacia mediática; a divulgação da importância do serviço público para a literacia mediática, numa visita à Coleção Museológica da RTP, incluindo atividades no estúdio virtual de televisão. Em novembro, a RTP participou



na Comissão Organizadora, Científica e Executiva do VII Congresso, de Literacia Mediática: Comportamentos, Narrativas, e Direitos Humanos, realizado pelo GILM, em Coimbra, em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo participado de forma ativa na Comissão Executiva do Congresso desde março de 2025. Para além disso a RTP, foi Media Partner desta edição do Congresso, contribuindo para a divulgação do Congresso que teve como principal objetivo a promoção, o debate e a partilha de experiências sobre o papel essencial da literacia mediática na sociedade contemporânea.

Paralelamente, foram mantidas e ampliadas parcerias com entidades culturais, científicas e educativas, incluindo Braga 25 - Capital Portuguesa da Cultura, Teatros Nacionais D. Maria II e S. João, CCB, Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (MAAT), festivais literários regionais, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ciência 2025), o Pavilhão do Conhecimento, a Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI), o Plano Nacional das Artes e iniciativas de cidadania digital e científica, reforçando o contributo da RTP na promoção da literacia, da cultura e da participação cívica em Portugal.

Em matéria de cooperação europeia, a RTP manteve o envolvimento em projetos de literacia mediática com parceiros da UER/EBU. O projeto ENTR continuou a produzir conteúdos de atualidade para jovens dos 18 aos 30 anos, em colaboração com oito países europeus, reforçando a distribuição em plataformas como Instagram, YouTube e TikTok. A RTP integrou igualmente o grupo internacional "News for Kids", dedicado à discussão de formatos informativos para o público infantil.

No domínio dos conteúdos educativos, a RTP Ensina prosseguiu o desenvolvimento de recursos relevantes para os ensinos básico e secundário, incluindo novos explicadores e conteúdos formativos, reforçando particularmente as áreas de cidadania e a oferta destinada ao primeiro ciclo. A RTP disponibilizou os conteúdos de Literacia Mediática, de uma forma organizada, no seu portal educativo, RTP Ensina. Ao longo

do ano, o portfólio foi reforçado com novos vídeos sobre desinformação, uso de redes sociais, e aplicação de IA nos media.

Em 2025, manteve-se o apoio consistente à divulgação de iniciativas cívicas e culturais através das antenas e plataformas digitais da RTP. A RTP Memória disponibilizou espaço para a difusão de campanhas institucionais, enquanto a RTP2 exibiu diversos *magazines* e conteúdos formativos relacionados com a Literatura, "Pequena Biblioteca", a Moda, "Beat@Show", a Cultura Geral, "Sempre a Tempo", ou os grandes temas que preocupam a sociedade, no programa "Sociedade Civil", entre outros. A nível regional, a RTP Madeira reforçou a divulgação de iniciativas comunitárias e culturais.

No plano editorial, a RTP manteve o investimento em edições próprias, com novas publicações nas coleções "Clássicos da Literatura Portuguesa em BD" e "A Vida Privada dos Livros". Em parceria com o jornal Público, no âmbito das comemorações dos 500 anos de Camões foi lançada uma coleção de "Os Lusíadas". Foram iniciadas negociações para futuras edições com a marca RTP.



PUBLICAÇÕES **EDIÇÃO**

Clássicos da Literatura Portuguesa em BD	• Própria
A Vida Privada dos Livros	• Própria
Coleção "Os Lusíadas"	• Em parceria

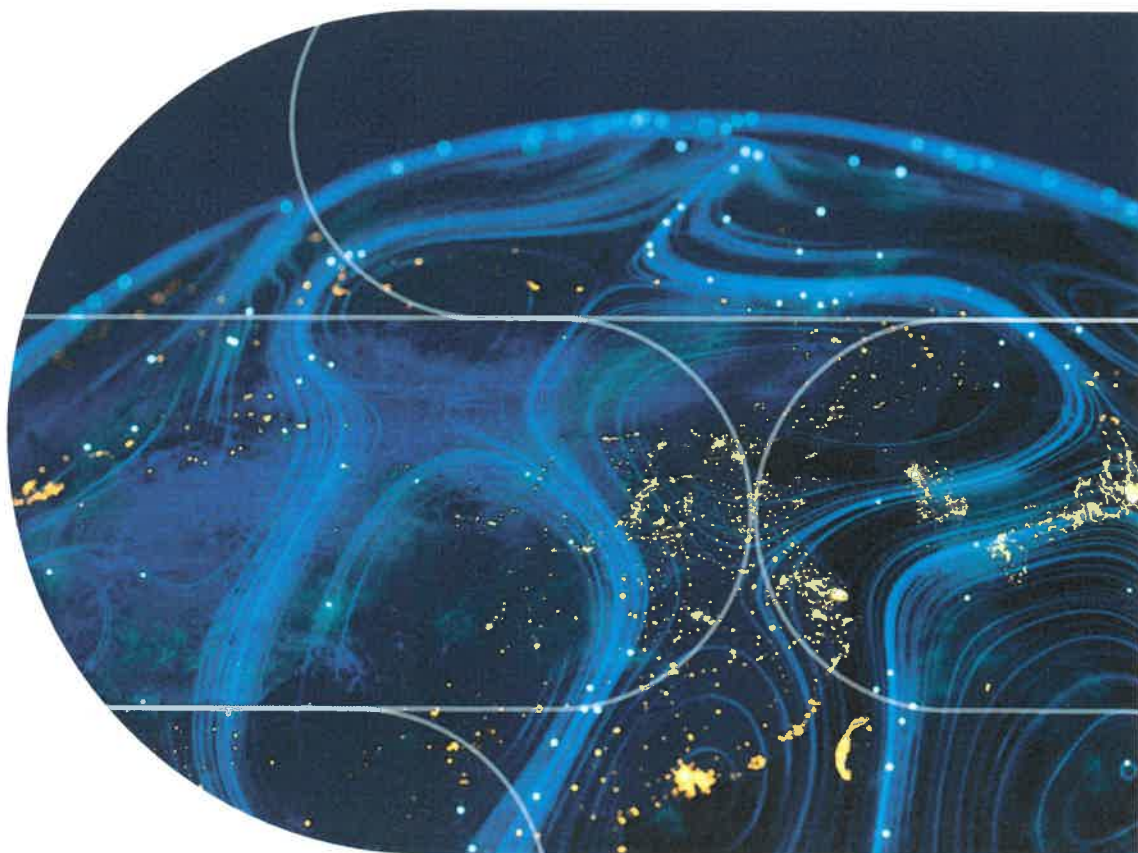
A RTP continuou a apoiar o desenvolvimento de audiolivros em parceria com editoras, tendo a RTP Madeira contribuído em 2025 para uma iniciativa deste género, com gravação áudio e participação de locutores da estação. ■

4 K N 7



5 PROXIMIDADE e ABERTURA à SOCIEDADE e ao MUNDO

A RTP reforçou, no decurso de 2025, a proximidade e relevância junto dos diversos públicos, promovendo a diversidade e a igualdade aumentando as funcionalidades de acessibilidade, tornando os seus conteúdos mais inclusivos. No plano local, valorizou a coesão e a identidade através dos Centros Regionais, investindo na modernização dos centros de produção e na ampliação da capacidade operacional em todo o território. A presença mundial e o papel enquanto operador de serviço público na diáspora e no espaço lusófono foram aprofundados através de uma maior ligação às comunidades portuguesas no estrangeiro e do fortalecimento das relações com os operadores públicos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).



5_1 Presença local

A modernização dos centros de produção em todo o território, permitiu uma maior autonomia das delegações, o aumento da produção local e um contributo significativo na oferta global de conteúdos de serviço público.

A renovação dos estúdios de entretenimento e informação do Centro de Produção Norte (CPN) constituiu um dos marcos mais relevantes do ano. Foi concluída a reabilitação integral do Estúdio A, incluindo a demolição da parede estrutural que separava áreas técnicas, a instalação de nova cobertura, régie, teia de iluminação, piso e sistema AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado) e nos estúdios 1 e 2 de rádio, a identificação de necessidades adicionais em equipamentos de produção ligeira. Em paralelo, também a cobertura e o sistema AVAC do Estúdio C foram totalmente renovados. A reconfiguração permitiu que este espaço passasse a acolher novos programas e formatos, como “Palavra aos Diretores” e “Cinemax”, libertando o Estúdio A para responder, em permanência, às necessidades da área de Informação. No domínio tecnológico, foram concluídos os projetos do novo estúdio e régie de Informação A, integrada com a régie B, reforçando a eficiência operacional. A instalação de uma nova *production desk*, melhorias nos dispositivos LED, preparação para robotização de câmaras e o início da aquisição de novos sistemas de microfonia consolidaram este avanço. No Estúdio C foi adequada a imagem de acordo com as exigências dos novos cenários e projetos.

CPN

INTERVENÇÕES

Estúdio A Televisão

- Reabilitação integral; demolição parede estrutural; nova cobertura; régie; teia de iluminação; sistema AVAC; novo piso

Estúdio C Televisão

- Nova cobertura; sistema AVAC; novos cenários

Estúdios 1 e 2 Rádio

- Identificação de necessidades de equipamento de produção ligeira

A aposta na presença regional fez-se também através de programas de formação contínua, reforço de equipas e investimento tecnológico no CRA e CRM. Nos Açores, foram realizadas formações presenciais e *online*, e os programas “Telejornal” e “Atlântida” percorreram todas as ilhas, apoiados por correspondentes locais. A RTP Açores celebrou 50 anos com uma operação editorial que percorreu as nove ilhas, na realização de “Telejornais” e na realização do programa “Atlântida”. Realizou também, pela primeira vez, uma emissão especial dedicada às Eleições Autárquicas com pivôs e comentadores distribuídos pelos três polos, reforçando a proximidade às comunidades locais e de continuidade à cobertura de eventos culturais e sociais da região, como as “Festas Bom Jesus”, o “Rally Ponta Delgada” ou a “Regata de Botes Baleeiros”. Na rádio, a Antena1 Açores continuou a colaborar com rádios locais através de partilha de conteúdos e apoio editorial. A RTP Madeira assegurou formatos regulares de proximidade como “Madeira Viva”, “Domingo Desportivo”, “Parlamento”, “Interesse Público” e “Consultório”.

A RTP reforçou a proximidade às comunidades locais, através da preservação,

valorização e divulgação do seu património museológico e documental, nomeadamente com a reabertura ao público a coleção visitável após obras de beneficiação. Durante o ano, o museu recebeu mais de 4.100 visitantes presenciais e mais de 20.000 utilizadores ativos no Museu Virtual, ampliando significativamente o acesso ao acervo histórico. Foram incorporadas novas peças, restaurados objetos, reorganizada a reserva museológica e implementado um Plano de Ação Educativa, além de ter sido concluída a exposição "A Nossa Rádio: 90 Anos, 90 Peças". A colaboração com entidades externas foi igualmente intensa, envolvendo instituições culturais, museus nacionais, universidades, a Trienal de Arquitetura, o Museu do Fado, o NewsMuseum, o Museu da Música, o Museu de Marinha, entre muitos outros.

MUSEU RTP

- **4.100 visitantes presenciais**
- **20.000 utilizadores no Museu Virtual (sítio)**

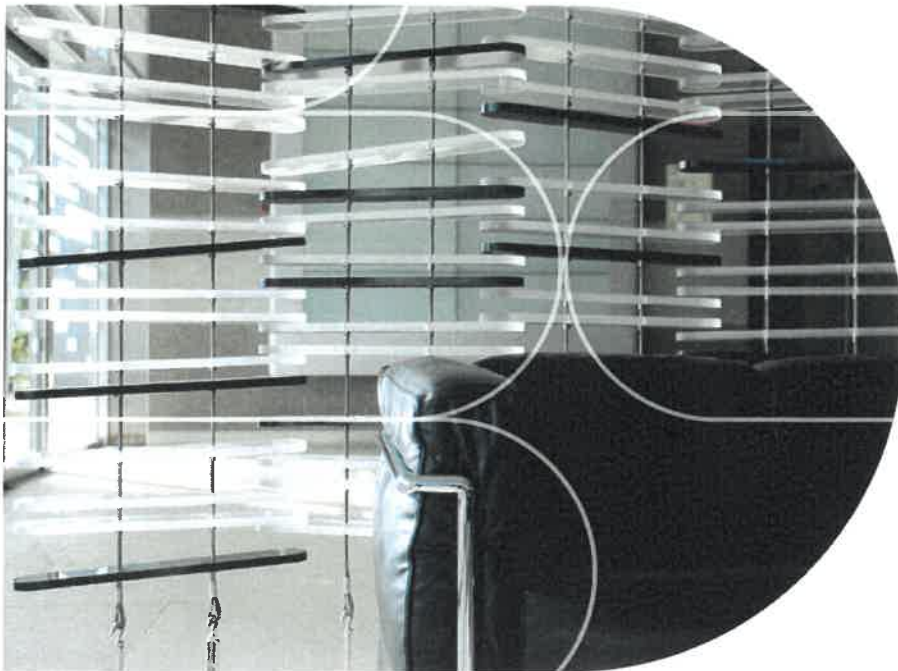
Foram recebidas 8.295 pessoas, entre convidados e visitantes, e organizadas 86 visitas à sede, envolvendo 2.228 alunos do ensino básico, secundário e universitário, no âmbito da abertura da RTP à sociedade.

ABERTURA À SOCIEDADE

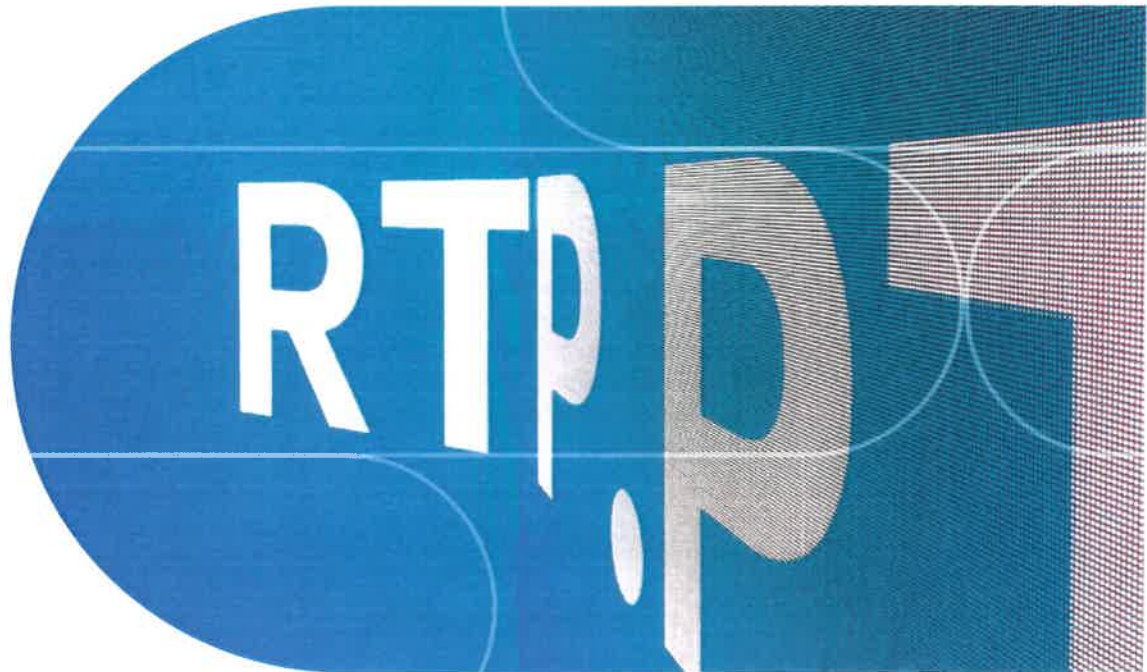
- **8.295 pessoas recebidas**
- **86 visitas organizadas**
- **2.228 alunos de vários níveis de ensino**

Os arquivos, histórico, de música escrita e biblioteca, responderam a quase 30 mil pedidos de consulta, internos e externos, apoiando investigação académica, media, projetos culturais e produção interna. A colaboração alargou-se a diversas instituições de ensino superior, entidades culturais e unidades da empresa, demonstrando o papel central da RTP enquanto depositária da memória audiovisual do país. ■

5



5_2 Presença mundial



5

A RTP reforçou a sua presença mundial e o seu papel enquanto operador de serviço público no espaço lusófono, aprofundando a ligação às comunidades portuguesas no estrangeiro e fortalecendo as relações com os operadores públicos dos PALOP. A estratégia assentou no desenvolvimento de novos conteúdos, na inovação de formatos, na revisão das grelhas dos serviços de programas de rádio e televisão internacionais e no reforço da cooperação editorial e institucional.

A RTP Internacional consolidou o seu papel como principal elo entre Portugal e os cerca de cinco milhões de portugueses e lusodescendentes residentes no estrangeiro. O programa “Hora dos Portugueses”, produzido em parceria com 20 produtoras em cinco continentes (Europa, Ásia, Oceânia, América e África), emitiu mais de 300 reportagens ao longo do ano, abrangendo países diversos como Canadá, França, Luxemburgo, África do Sul, Macau, Moçambique, Índia, Austrália, Estados Unidos da

América (EUA), Brasil, Suíça ou Alemanha. A programação reforçou também o diálogo com as comunidades através dos programas “Palavra aos Diretores” e “Decisão Nacional”, que abordaram temas centrais como o funcionamento dos consulados, as alterações legislativas que afetam emigrantes, políticas de imigração norte-americanas, fiscalidade, saúde e cidadania.

“HORA DOS PORTUGUESES”

RTP Internacional

- 300 reportagens
- 20 produtoras envolvidas
- 5 continentes

Entre os destaques editoriais do ano esteve a estreia da série documental “O Extraordinário Percurso da Comunidade Portuguesa de França”, composta por oito documentários que revisitaram a história das grandes vagas migratórias portuguesas para França, desde o século XVI até ao século XX, com enfoque na participação histórica, cultural, política e económica dos portugueses naquele país. Esta produção reforça o papel da RTP na preservação e divulgação da memória coletiva da diáspora.

O reforço da presença mundial da RTP Internacional registou ainda um avanço significativo com a renovação da grelha da RTP Internacional Ásia. Esta reorganização permitiu adequar a emissão à diferença de fusos horários, garantindo pela primeira vez uma emissão ajustada a realidades como as de Macau, Timor-Leste e Austrália. A grelha passou a integrar, de forma equilibrada, conteúdos da RTP1, RTP2, RTP Notícias, RTP África, RTP Madeira e RTP Açores, reforçando a representatividade nacional e regional.

A oferta informativa continuou a ter uma linha estratégica essencial: a RTP Internacional manteve a transmissão diária de cerca de 10 horas de informação, representando mais de 40% da grelha. Em ano eleitoral, transmitiu todos os debates para as Legislativas e Autárquicas, bem como 16 entrevistas exclusivas aos cabeças de lista pelos círculos da Europa e Fora da Europa.

OFERTA INFORMATIVA

RTP Internacional

- **10 horas de informação diária**
- **40% do total da grelha de programação**
- **Debates das Eleições Legislativas e Eleições Autárquicas**
- **16 entrevistas exclusivas (Círculos Europa / Fora da Europa)**

A RTP Internacional, através da “Hora dos Portugueses”, colaborou na divulgação dos nomeados para as diferentes categorias dos prémios “International Portuguese Music Awards” (IPMA) nos EUA, para além da exibição de spots de divulgação em antena na RTP dos referidos prémios. A RTP África continuou a desempenhar um papel essencial na promoção das culturas lusófonas, dedicando grande parte da programação às comemorações dos 50 anos das independências africanas, com transmissões internacionais, entrevistas, séries documentais, debates, programas culturais e conteúdos especiais, reforçando a ligação aos PALOP e à diáspora; e manteve formatos âncora como “Bem-Vindos”, “Rumos”, “Mar de Letras”, “Nha Terra, Nha Cretcheu” e “Pérolas do Oceano”. A difusão do “Powerlist 100” e a produção do painel artístico comemorativo criado por Dino d’Santiago sublinharam a articulação entre a memória histórica, a cultura contemporânea e o serviço público.

5

PROGRAMAS DE REFERÊNCIA

RTP África

- **“Bem-Vindos”**
- **“Rumos”**
- **“Mar de Letras”**
- **“Nha Terra, Nha Cretcheu”**
- **“Pérolas do Oceano”**

A RTP África associou-se à Televisão Santomenses (TVS) num projeto liderado pela Companhia Santomense de Telecomunica-



ções (CST), para o lançamento da plataforma digital CST ON, um serviço que permite o acesso a conteúdos televisivos via internet em *smartphones*, tablets e outros dispositivos digitais, ampliando as possibilidades de distribuição e consumo de televisão no país.

Na RDP Internacional, foram produzidos conteúdos especialmente focados nas temáticas relevantes para as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. As entrevistas aos dez candidatos às eleições presidenciais exploraram questões ligadas à diáspora. Rubricas como “O Chef é que Sabe” abordaram a influência cruzada das culinárias portuguesa e internacional, enquanto “Isto Faz-se Por Cá” explorou inovação, ciência e tecnologia. A versão rádio de “A Hora dos Portugueses” manteve-se como um espaço diário e semanal de referência.

CONTEÚDOS PARA A DIÁSPORA RDP Internacional

- **Entrevistas dos candidatos às Eleições Presidenciais**
- **"O Chef é que Sabe"**
- **"Isto Faz-se Por Cá"**
- **"A Hora dos Portugueses"**

Na RDP África, foram desenvolvidos novos conteúdos que refletem a vitalidade do espaço lusófono e o dinamismo cultural dos países africanos e das suas diásporas. O formato “Espaço Cultura” passou a abordar semanalmente atividades culturais, artísticas e sociais em África e em Portugal, reforçando uma maior proximidade com a audiência. A rede de cooperação internacional foi igualmente ampliada, com a distribuição regular de 50 conteúdos semanais a mais de 100 rádios no mundo inteiro, bem como com a Rede Nacional das Rádios e Televisões Comunitárias (RENARC) da Guiné-Bissau. O programa “Café Central”, produzido em coprodução com a Rádio Nacional de Angola (RNA), continuou a ser emitido na RDP África, dando voz aos protagonistas

das comunidades lusófonas residentes em Portugal, nas áreas da economia, à cultura, da gastronomia, ao desporto. Também foi produzido o programa “As Cores do Som”, programa dedicado à nova música portuguesa, distribuído por todas as rádios nacionais dos PALOP. Continuaram a ser estudadas novas parcerias conjuntas entre a RTP África e a RDP África, com vista à criação de formatos multiplataforma, bem como a adaptação audiovisual de programas como “Dia de Jogo”, “Debate Africano” e “Avenida Marginal”.

No âmbito da presença nos PALOP, manteve-se o compromisso com as delegações locais, apesar do encerramento da delegação da RTP na Guiné-Bissau. A integração da redação da RTP África na Direção de Informação de Televisão Linear e Digital reforçou a articulação entre redações, ampliando a visibilidade dos conteúdos produzidos em África nos restantes serviços de programas nacionais.

A partilha de conteúdos entre operadores de serviço público africanos foi reforçada através do sistema RTP Net, permitindo um intercâmbio mais eficiente de notícias e conteúdos. Os canais de cooperação com os operadores locais foram igualmente mantidos, com apoio técnico e formação.

A RTP iniciou ainda contactos internacionais para a organização de um grande encontro das televisões de língua portuguesa, previsto para Lisboa no segundo semestre de 2026, integrado nas comemorações dos 30 anos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O histórico projeto DOC TV CPLP / CPLP Audiovisual foi reativado sob a designação PAV III 2025 - Programa de Fomento à Produção e Difusão de Conteúdos Audiovisuais da CPLP. Na sequência das convocatórias realizadas nos vários países, foram pré-selecionados 79 projetos, com a seleção final prevista para 2026, reforçando a cooperação audiovisual lusófona. ■

5_3 Diversidade e inclusão

ARTP reforçou o compromisso com a diversidade, a inclusão e a igualdade, essencial da sua missão de serviço público. A empresa prosseguiu a implementação de medidas destinadas a ampliar a representatividade étnica e de género, através de várias iniciativas ao nível editorial e de programação que contribuíram para a ampliação da representatividade, nomeadamente através da integração de novos apresentadores, da aposta em formatos com forte diversidade cultural e da difusão de conteúdos centrados em comunidades sub-representadas. No âmbito da programação, a RTP1 avan-

çou significativamente com novos formatos dedicados às comunidades africanas residentes em Portugal e às ligações com os PALOP. Na sequência da reestruturação da RTP África, concluída em julho, foram criados dois *talk shows*, um emitido de manhã e outro à tarde, com enfoque em cultura, música, temas sociais e participação comunitária. Estes programas integraram convidados em estúdio, música ao vivo, rubricas temáticas e reportagens, tendo sido realizado um *casting* para a seleção de novos apresentadores, reforçando a representatividade em antena.

5



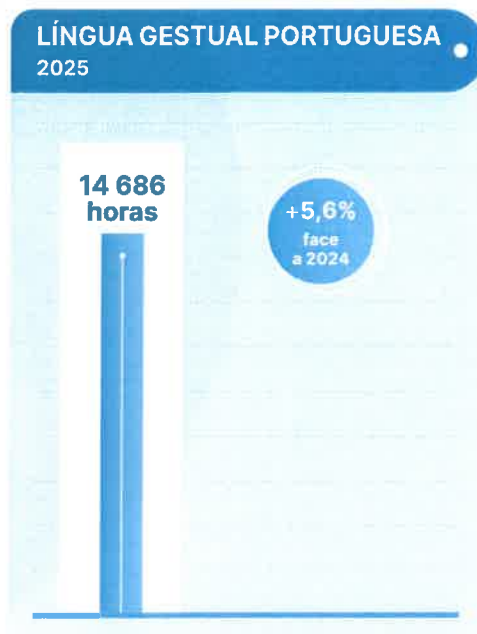


5

A RTP, no campo das acessibilidades, garantiu que todos os públicos, incluindo pessoas com deficiência auditiva ou pessoas com deficiência visual, pudessem aceder cada vez mais a conteúdos adaptados, tendo ampliado a diversidade na oferta de conteúdos em todos os serviços de programas e plataformas. Em 2025

observou-se um crescimento expressivo de programas com legendagem em teletexto, que aumentou 11,7% face ao ano anterior, atingindo 10.676 horas. A oferta de programas com interpretação por meio de Língua Gestual Portuguesa (LGP) em emissão linear também cresceu 5,6%, para um total de 14.686 horas, superando as metas definidas pelo regulador. Apesar da redução de 5,1% nos conteúdos com LGP em duplo ecrã, a oferta manteve-se elevada, com 2.477 horas disponibilizadas sobretudo através da plataforma RTP Acessibilidades. No que respeita aos programas acompanhados com audiodescrição, verificou-se uma diminuição de 16,7%, para um total de 197 horas, relacionada com a menor presença de ficção elegível devido à necessidade de adequação da programação a eventos de interesse generalizado do público, o que limitou a regularidade da oferta.

A legendagem automática, desenvolvida desde 2009 passou a afirmar-se como uma prática consolidada. Em 2025 iniciou-se o processo de atualização dos servidores e do *software*, com vista a um aumento substancial da qualidade da legendagem em direto. ■

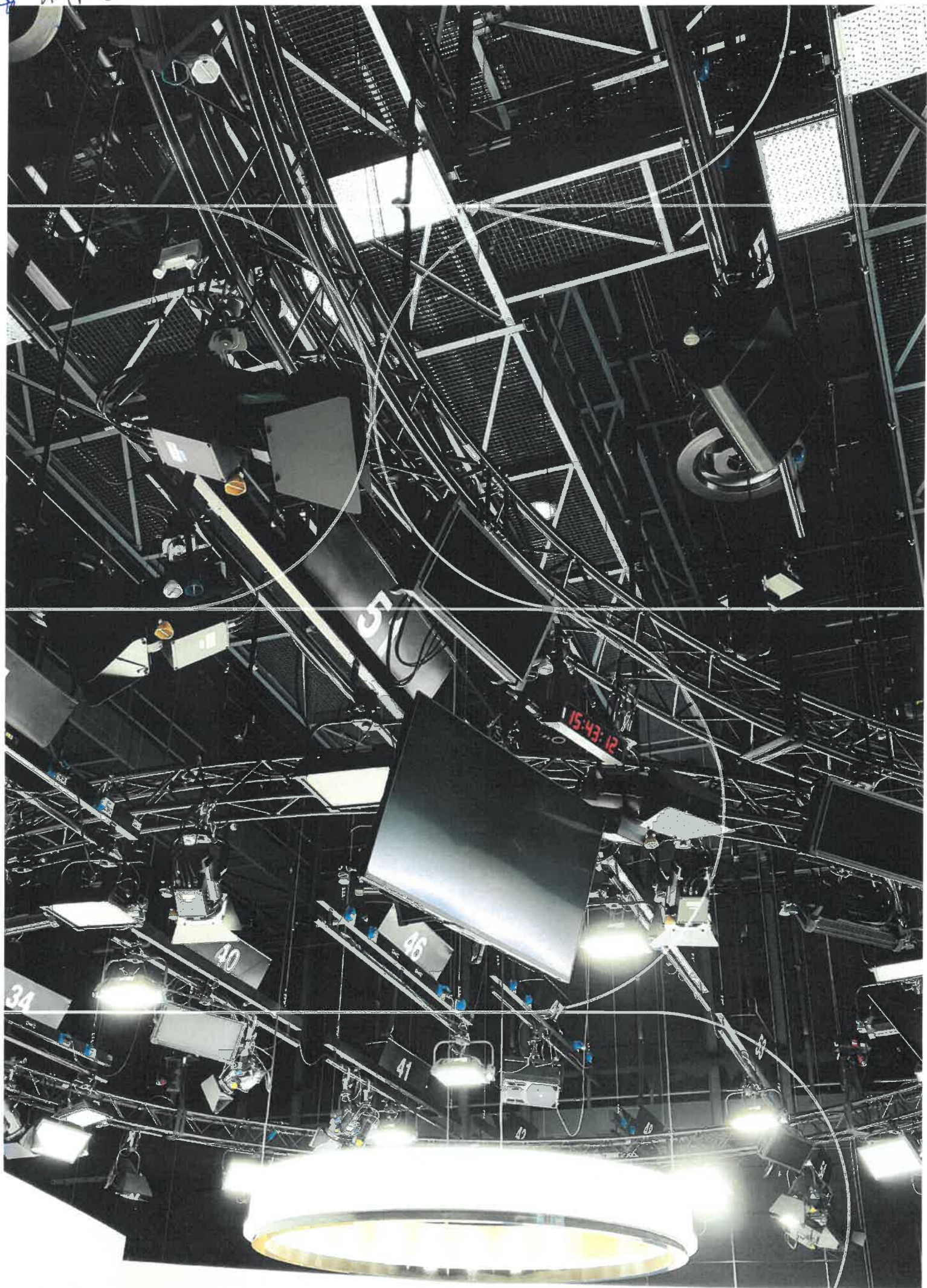




5



87 to 112



6

GESTÃO RESPONSÁVEL e ORIENTADA para os OBJETIVOS do SERVIÇO PÚBLICO

A RTP prosseguiu o processo de modernização organizacional previsto para a simplificação estrutural, o reforço das competências internas e a preparação da empresa para os desafios da transição digital. A empresa continuou o investimento na requalificação dos edifícios e equipamentos, enquadradas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), destinadas à melhoria da eficiência energética dos edifícios. Prosseguiu também a implementação das medidas previstas no âmbito da eficiência operacional, da simplificação administrativa e da promoção da transparência, no sentido de melhorar os processos internos, otimizar recursos e reforçar a prestação de contas em linha com as melhores práticas de gestão pública e corporativa.



6_1 Recursos e competências



6

Em 2025, a RTP prosseguiu o processo de modernização organizacional previsto no Projeto Estratégico 2024 - 2026, orientado para a simplificação estrutural, o reforço das competências internas e a preparação da empresa para os desafios da transição digital. Neste contexto, concretizou-se uma reorganização interna destinada a racionalizar recursos, clarificar atribuições e agilizar a tomada de decisão.

O ano ficou marcado pela redefinição das macroestruturas funcionais, de forma a tornar a Empresa mais ágil e com processos de decisão mais simplificados. Foi igualmente criado o Comité de Recursos Humanos, composto por representantes das áreas de Gestão e de Recursos Humanos, possibilitando a análise, de uma forma mais integrada, dos processos e a criação de mais sinergias entre as várias áreas da RTP.

Foi concretizado um Plano de Saídas Voluntárias (PSV), de adesão voluntária, que permitiu a saída de 135 trabalhadores, durante o ano de 2025, através da celebração de mútuos acordos. Este plano permitiu não só a redução do número de trabalhadores e respetiva diminuição dos gastos com pessoal, na ordem dos 7,7 milhões de euros de custo anual, como também o rejuvenescimento da idade média dos trabalhadores e a possibilidade de se poder preparar a contratação de recursos com competências digitais, atualizando o perfil de competências internas.

Os processos de recrutamento obedeceram aos princípios de igualdade, transparência e rigor, incluindo avaliações curriculares, entrevistas, provas práticas e validação pelo Conselho de Administração. Em 2025, a RTP passou a utilizar o LinkedIn Premium, para reforçar a capacidade de captação de talento especializado.

1-2



Durante o ano foi igualmente alcançado um acordo, com as Entidades representativas dos trabalhadores, de revisão do Acordo de Empresa, nomeadamente dos aumentos salariais e dos descritivos funcionais das carreiras de Responsável Técnico e Responsável Operacional.

A formação interna mantém-se como uma prioridade estratégica. Foram recebidas pelos trabalhadores cerca de 14.450 horas de formação (um aumento de 10,6% face a 2024), assente em 345 ações de formação. Cerca de 60% do volume de formação foi destinada às áreas core da empresa. No âmbito da formação em IA, ao longo do ano, foram desenvolvidas 1.717 horas de formação, abrangendo 203 trabalhadores, sobretudo jornalistas, com foco na utilização de ferramentas de IA generativa

para apoio à produção de conteúdos e à eficiência de tarefas diárias. Paralelamente, foram promovidas 42 ações de formação em edição de imagem e vídeo, *design* de som, *color grading*, animação 2D/3D e efeitos especiais, envolvendo 191 formandos e totalizando cerca de 1.500 horas de formação. Nas áreas técnicas, foram realizadas ações especializadas em vídeo HD/4K, redes informáticas e produção remota. A formação UER/EBU somou mais de 200 horas, com 48 trabalhadores envolvidos, incluindo estágios internacionais no programa *EBU Exchange Program for Young Journalists*. Também nos centros regionais, a RTP promoveu ações presenciais e *online*, em diversas matérias, permitindo o reforço de competências de equipas nos Açores e na Madeira.

FORMAÇÃO

Total	<ul style="list-style-type: none"> • 14.450 horas (+10,6% face 2024) • 345 ações • 60% destinada às áreas core
Inteligência Artificial	<ul style="list-style-type: none"> • 1.717 horas • 203 trabalhadores • Foco: IA generativa para para apoio à produção de conteúdos e eficiência de tarefas diárias
Técnica (edição de imagem, <i>design</i> de som, <i>color grading</i> , animação 2D/3D)	<ul style="list-style-type: none"> • 42 ações • 191 formandos • 1.500 horas



A RTP manteve, igualmente, os protocolos de estágios com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e instituições de ensino superior. Em 2025 foram acolhidos estágios profissionais e curriculares em áreas core da empresa, como captação de áudio e anotação, contribuindo para a qualificação de novos talentos.

A criação da nova Academia RTP, focada em jornalismo, digital e competências técnicas, está prevista para 2026, uma vez que o projeto depende da reformulação dos espaços de formação, condicionada pelos projetos de engenharia em curso. Em 2025 foram iniciados contactos com o IEFP e delineados dois percursos forma-

tivos específicos para os futuros participantes.

A RTP iniciou o processo de auscultação ao mercado, preparando a implementação de processos formais de auscultação de satisfação global dos trabalhadores, através da consulta de uma empresa externa. Em paralelo, foram realizadas ações de acolhimento para novos trabalhadores. Realizaram-se reuniões regulares de partilha de informação com estruturas sindicais, assegurando diálogo, esclarecimento e cooperação nos processos de reenquadramentos, saídas voluntárias e outras matérias relevantes.

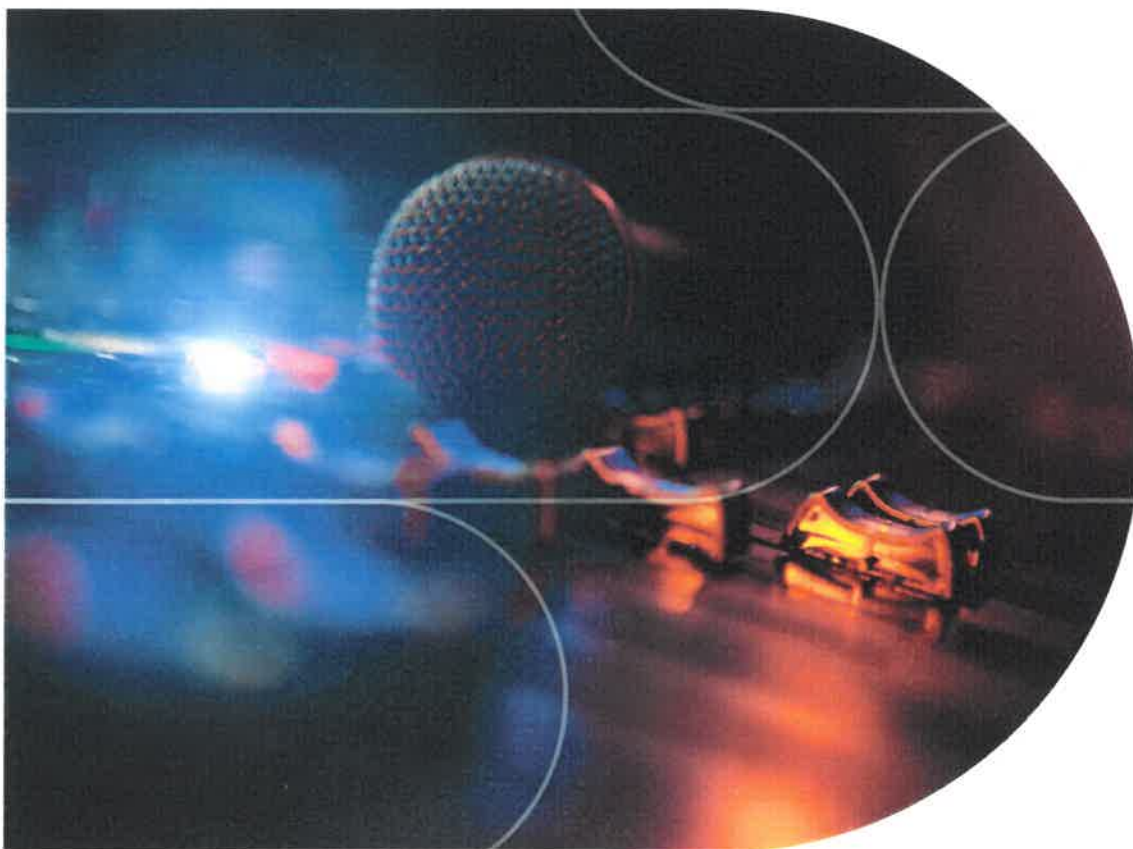
No domínio da Ética, da conduta organizacional e da prevenção de riscos, reforçou-se as políticas de integridade da empresa. A RTP concluiu a revisão do Código de Conduta e Ética, avançou na implementação de um canal seguro de denúncias de corrupção e promoveu formação obrigatória para todos os trabalhadores sobre prevenção do assédio, bem como sistemas de tratamento célere de denúncias e processos de averiguação.

Em cumprimento do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, foi atualizado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), foram elaborados os relatórios anual e intercalar de avaliação do PPR e reavaliado o sistema de controlo interno associado à Contribuição para o Audiovisual. No âmbito da proteção de dados, foram reforçadas as medidas de conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e a segurança dos sistemas, com especial atenção às ferramentas de IA. Ainda na utilização das ferramentas de Inteligência Artificial foi aprovada e divulgada a Carta de Princípios

para o uso de IA no Jornalismo, e foram promovidas ações de formação sobre o Regulamento Europeu de IA.

Teve início o diagnóstico interno das ferramentas e processos de IA, com vista à sua conformidade e à criação de um modelo formal de *governance*, que incluirá a designação de um IA *Officer*, a elaboração de um Código de Ética (editorial e tecnológico) e a revisão de cláusulas contratuais aplicáveis. ■

6



6_2 Sustentabilidade ambiental e social



fotovoltaico na sede e no CPN, representando um reforço significativo da capacidade de produção energética própria. Em 2025, no conjunto das instalações de Lisboa e Porto, os sistemas fotovoltaicos produziram 289.387 kWh e 275.809 kWh, respetivamente, permitindo coberturas de cerca de 30% durante períodos de sol e 13% em período integral.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E AMBIENTAL

Empreitadas enquadradas no PRR

- Substituição de vãos envidraçados
- Renovação dos sistemas AVAC
- Climatização
- Iluminação
- Sistemas fotovoltaicos



A RTP prosseguiu a execução do seu compromisso com a sustentabilidade ambiental e social, reforçando políticas, práticas e investimentos alinhados com as metas nacionais e europeias. Neste contexto, foram desenvolvidas iniciativas estruturantes ao nível da eficiência energética, da gestão da frota, da produção de energia renovável, da igualdade de género, da inclusão e da cooperação institucional.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

No domínio da eficiência energética e ambiental, destacaram-se a conclusão de várias empreitadas enquadradas pelo PRR, destinadas à melhoria da eficiência energética dos edifícios. Foram concluídas intervenções críticas, incluindo a substituição de vãos envidraçados, a renovação dos sistemas de AVAC e de climatização, a alteração do sistema luminotécnico e a instalação do sistema

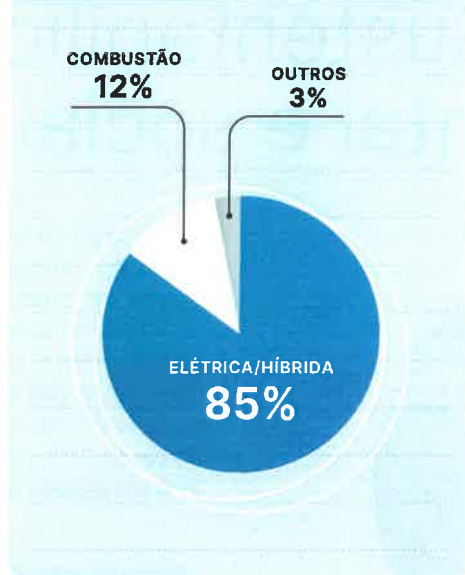
PARQUES FOTOVOLTAICOS

Produção energética

Lisboa	• 289 387 kWh
Porto	• 275 809 kWh

A transição energética foi também marcada pela conclusão do programa de renovação da frota automóvel, iniciado em 2024. No primeiro semestre de 2025, a substituição de viaturas a combustão por veículos elétricos, híbridos ou a gasolina foi praticamente concluída, com a frota de ligeiros a passar de 94% de viaturas a combustão para apenas 12%, correspondendo sobretudo a veículos pesados e geradores não substituíveis. No final de 2025, 85% da frota total da RTP já era elétrica ou híbrida, apoiada pela instalação de infraestruturas de carregamento de elevada capacidade.

COMPOSIÇÃO DA FROTA



Nos Açores e na Madeira avançou-se com intervenções nos sistemas de climatização e ventilação alinhados com modelos energéticos mais eficientes. ■

COMPROMISSO SOCIAL

No âmbito da sustentabilidade social e da igualdade, a RTP deu continuidade ao Plano para a Igualdade de Género 2025 e desenvolveu o levantamento da situação da empresa no que respeita à distribuição de trabalhadores por género, funções e categorias profissionais. Foi elaborado o Relatório de Igualdade de Género 2024 e iniciado o Plano para a Igualdade de Género 2026. A empresa manteve participação ativa nos grupos de trabalho da iniciativa iGen - Fórum Organizações para a Igualdade e na Carta Portuguesa para a Diversidade, assegurando também o alinhamento com a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência. A RTP manteve também o compromisso com o Pacto Mais e Melhores Empregos para os Jovens e com o Pacto Contra a Violência, promovendo práticas internas de prevenção da violência doméstica.

No ano de 2025 a RTP aderiu ao projeto Rede Capital Social, enquanto Associado

Sénior da Rede, uma iniciativa que promove a partilha de boas práticas e o compromisso com a responsabilidade social nas organizações. Integra ainda o Conselho Estratégico da Associação, o que evidencia a relevância do seu contributo na definição de orientações estratégicas nesta área. A participação nesta rede representa uma oportunidade relevante para reforçar o papel da empresa enquanto agente ativo na construção de uma sociedade mais inclusiva, ética e sustentável, potenciando sinergias com outras entidades e contribuindo para a criação de impacto positivo.

No domínio da produção, a RTP iniciou o desenvolvimento do sistema de reporte Environment, Sustainability & Governance (ESG), alinhado com as diretivas europeias e com as melhores práticas internacionais. Foram identificados parceiros especializados e ferramentas tecnológicas para recolha e tratamento dos indicadores, estando previsto que o sistema esteja operacional no primeiro trimestre de 2026, com o primeiro reporte no final desse ano. Destaca-se também a adesão aos grupos da UER/EBU dedicados à sustentabilidade dos media públicos e à produção audiovisual verde, bem como o reforço da cooperação com instituições académicas, incluindo a Universidade Católica Portuguesa.

No plano das parcerias internacionais, a RTP reforçou a cooperação com a UER/EBU e outras entidades internacionais. A nível institucional, a RTP participou na Conferência Anual da Conferência Permanente do Audiovisual Mediterrânico (COPEAM), na CIRCOM, nos fóruns internacionais da UER/EBU, na Escola de Altos Estudos Comerciais de Montréal (HEC), no Fórum Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (AICEP) e em reuniões técnicas de organismos internacionais de media. A RTP acolheu ainda o *brainstorm* do Grupo Jurídico da UER e a reunião do grupo EBU *Kids Doc*, ambas organizadas na sede da RTP em Lisboa, reforçando o papel da empresa como referência europeia no setor audiovisual. ■

6_3 Eficiência e transparência

A RTP prosseguiu a implementação das medidas previstas no âmbito da eficiência operacional, da simplificação administrativa e da promoção da transparência. Estas iniciativas pretendem melhorar processos internos, otimizar recursos e reforçar a prestação de contas em linha com as melhores práticas de gestão pública e corporativa.

No domínio da gestão interna, procedeu-se à análise da plataforma de conteúdos para inclusão de novas métricas quantitativas de suporte à estratégia e ao cumprimento de orçamentos temáticos. A revisão de processos financeiros permitiu otimizar fluxos de trabalho, reforçar a integração de dados e aproximar a gestão orçamental das melhores práticas de governação corporativa.

No contexto da produção foi igualmente reforçado o rigor orçamental através de mecanismos de planeamento rigoroso, controlo orçamental contínuo e utilização de ferramentas tecnológicas que promovem a transparência e o acesso facilitado à informação operacional. O desenvolvimento da plataforma operacional para consulta em tempo real de indicadores-chave, permitiu aumentar a transparência, otimizar recursos e facilitar a tomada de decisão. Esta solução integra métricas como ocupação de meios, afetação de equipas, eficiência operacional e utilização da capacidade instalada, contribuindo para uma gestão mais eficaz e sustentada, em coerência com os objetivos estratégicos da RTP.

MÉTRICAS INCLUÍDAS

- Ocupação de meios
- Afetação de equipas
- Eficiência operacional
- Utilização da capacidade instalada

A gestão equilibrada das receitas, custos e investimentos foi assegurada ao longo do ano através de mecanismos rigorosos de monitorização, planeamento e reporte que garantiram a monitorização detalhada dos custos de grelha e cumprimento das obrigações legais de reporte. Em 2025, foi reforçada a adoção do Power BI, permitindo *dashboards* dinâmicos, maior automação e redução significativa do tempo de processamento e análise de dados.

Em 2025, a RTP reforçou a exploração comercial das plataformas digitais, iniciando a monetização do canal YouTube e captando novos anunciantes para a RTP Arena. A área RTP Marcas consolidou a produção de projetos digitais para diferentes setores, tendo desenvolvido iniciativas associadas a grandes formatos, incluindo uma transmissão ao vivo de um concerto do “The Voice Portugal” na RTP Play e uma *websérie* exclusiva no NOS Alive. No plano internacional, foram estabelecidas novas parcerias de distribuição dos canais RTP Internacional e RTP Notícias, nomeadamente com Espanha e Alemanha.

A interação com o público manteve-se como prioridade operacional. A linha de apoio ao telespectador e ao ouvinte continuou ativa, garantindo atendimento qualificado e o tratamento de todos os contactos. A qualidade do atendimento foi monitorizada de forma contínua através de reportes regulares.

No domínio jurídico e institucional, concluiu-se o processo de revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público, assinado a 7 de março de 2025, tendo o grupo de trabalho multidisciplinar acompanhado o processo até à sua conclusão.

No âmbito da gestão patrimonial, foram concluídos processos destinados à alienação de imóveis não essenciais à atividade, tendo sido obtida a necessária autorização governamental. ■

05 K N 2



RELATÓRIO
e CONTAS

RTP Rádio
e Televisão
de Portugal

20
25

II.
**PERSPETIVAS
FUTURAS**

Handwritten marks: a stylized logo and the number 202

RTP

Rádio
e Televisão
de Portugal

**20
25**

**RELATÓRIO
e CONTAS**

PERSPETIVAS FUTURAS

2026 será um ano crucial para aprofundar a concretização da transição digital da RTP, contemplada no Projeto Estratégico, consolidando um modelo mais integrado, multiplataforma, eficiente e preparado para os desafios do setor.



A RTP entra em 2026 numa fase de profunda mudança, enquadrada pela execução do Projeto Estratégico (PE) 2024–2026, apresentado pelo Conselho de Administração (CA) ao Conselho Geral Independente (CGI) e por este aprovado. Mas também pela necessidade de assegurar, em simultâneo, a sustentabilidade da empresa e a continuidade da sua missão de serviço público de media. O futuro da RTP não se decide apenas no plano financeiro:

decide-se também na sua capacidade de continuar a informar com rigor, isenção, independência e pluralismo, a valorizar a língua e cultura portuguesas, a promover a coesão territorial e social, e a responder, com relevância, aos novos hábitos de consumo do público.

Em termos de gestão, o ano de 2026 apresenta-se particularmente desafiante para a RTP. Por um lado, o contexto internacio-

nal caracteriza-se por uma elevada incerteza, pressão inflacionista, volatilidade económica e alteração acelerada do ecossistema mediático, fatores que poderão repercutir-se na evolução dos custos. Este cenário poderá igualmente produzir um efeito de contração na economia portuguesa, com possível impacto nas receitas comerciais, que nas condições atuais são essenciais para assegurar a atividade da empresa.

A situação da RTP evidencia um desfazamento crescente entre o nível de atividade e de responsabilidades que lhe é exigido e os meios financeiros para o assegurar, tornando-se ainda mais exigente a gestão da empresa num contexto económico adverso. Tal deve-se, sobretudo, a um modelo de financiamento que revela sinais de esgotamento, num contexto em que a Contribuição para o Audiovisual (CAV) não acompanha a inflação e as receitas comerciais enfrentam um quadro estruturalmente mais adverso, marcado pela fragmentação das audiências e pela transferência progressiva do investimento para as plataformas digitais internacionais.

O Conselho de Administração tem procurado identificar e implementar soluções que mitiguem esta tendência, quer do lado dos custos, através de medidas de eficiência interna e externa, quer do lado das receitas, mantendo a procura de novas fontes de financiamento. Neste âmbito, foi também proposto que algumas das atividades de missão de serviço público que a RTP assegura, em África, nas comunidades internacionais e nas regiões autónomas, que não são acessíveis a toda a população, sejam suportadas por uma indemnização compensatória, à semelhança do que sucede com outros operadores públicos de media europeus.

Salienta-se que, após 15 anos consecutivos a registar resultados positivos, a RTP pode passar a apresentar prejuízos que, se tornarão estruturais caso não ocorram alterações ao nível das fontes de receita ou dos encargos operacionais. A incerteza anteriormente referida e os condicionalismos que venham a verificar-se poderão agravar ainda mais esta situação. A sustentabilidade financeira não constitui, por isso, um objetivo desligado da missão da empresa;

é a condição para que a RTP possa continuar a cumpri-la hoje sem comprometer a sua capacidade de a cumprir amanhã.

Por outro lado, e numa perspetiva de transformação e futuro, 2026 será um ano crucial para aprofundar a concretização da transição digital contemplada no Projeto Estratégico, acelerando a execução sustentada de projetos estruturantes e consolidando um modelo mais integrado, multiplataforma, eficiente e preparado para os desafios do setor.

Prevê-se que projetos emblemáticos, como a "Casa das Notícias", conheçam desenvolvimentos decisivos em 2026, incluindo a ampliação da redação e a renovação dos estúdios de Lisboa. Este projeto integra o plano de investimento para o triénio, o mais significativo realizado pela RTP no século XXI, e deverá contribuir para uma maior articulação entre equipas e meios, reforçando a capacidade de produção integrada de conteúdos para televisão, rádio e plataformas digitais.

Espera-se também que a reorganização efetuada em 2025 produza os seus efeitos, quer em ganhos de eficiência, quer na obtenção de melhores resultados. Paralelamente, pretende-se implementar um novo Plano de Saídas Voluntárias (PSV), articulado com uma estratégia de rejuvenescimento, renovação de competências, formação e valorização das pessoas, condição essencial para uma transformação sustentável da empresa.

Do ponto de vista tecnológico, pretende-se reforçar, em 2026, a adoção de novos procedimentos técnicos que permitam responder às diferentes necessidades da RTP, otimizando os seus processos de produção e emissão, tornando-os mais ágeis e flexíveis, bem como investir em novos equipamentos e na formação dos profissionais que asseguram a sua operação.

Os desafios, contudo, não se esgotam nestas dimensões. As exigências legais e regulamentares emergentes em matérias como cibersegurança, Inteligência Artificial e sustentabilidade (ESG) levaram a RTP a incorporar na sua cultura organizacional e nos seus métodos de trabalho novas aborda-

AZ k S

gens e formas de atuação. Trata-se de um trabalho transversal à atividade de missão de serviço público da RTP e de toda a empresa, que continuará a exigir em 2026, um esforço continuado de adaptação, conformidade e robustecimento dos seus sistemas de governação, bem como do controlo interno e reporte.

A atividade da empresa, seguindo as tendências internacionais, estará cada vez mais direcionada para as plataformas digitais, continuando a criar novos produtos e novas ofertas destinadas a diferentes públicos, em particular aos mais jovens, mas incluindo também os idosos e as pessoas com necessidades especiais. Mas 2026 deve ser visto também como um ano de afirmação do papel da RTP no panorama do setor audiovisual nacional: como referencial de confiança informativa, espaço de valorização da cultura e da língua portuguesas, elo com as comunidades e com o espaço lusófono, agente de inclusão, acessibilidade e literacia mediática, e plataforma de inovação ao serviço dos cidadãos.

Apesar deste enquadramento exigente, o Conselho de Administração espera conseguir promover mudanças profundas na empresa, colocando-a num regime de funcionamento mais próximo das dinâmicas contemporâneas do setor, reforçando a componente digital, a eficiência organizacional e a capacidade de inovação. O objetivo não é apenas responder às restrições do presente, mas construir as condições para que a RTP continue a cumprir, no futuro, a sua missão de serviço público com relevância, qualidade e ambição. ■



☆ K 0/52



RELATÓRIO
e CONTAS

RTP Rádio
e Televisão
de Portugal

20
25

III.
**ANÁLISE
ECONÓMICO-FINANCEIRA**

47 k N/E

RTP

Rádio
e Televisão
de Portugal

**20
25**

**RELATÓRIO
e CONTAS**

152 58

1. Situação económica-financeira

Importa assinalar que o critério de apuramento do EBITDA para o exercício de 2025 foi objeto de revisão face à metodologia aplicada em 2024. Enquanto no período anterior o cálculo excluía as imparidades e provisões inscritas na rubrica de Gastos e Perdas, a fórmula adotada para 2025 passou a integrar estas componentes.

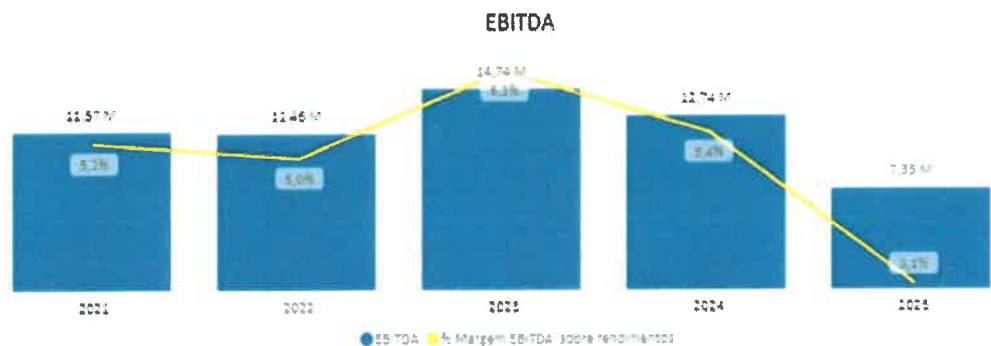
Esta alteração visa assegurar a plena concordância com as Demonstrações Financeiras apresentadas mais à frente, garantindo uma representação mais fidedigna e integrada da rentabilidade operacional da Empresa.

Deste modo, com o intuito de assegurar a comparabilidade e a análise homóloga entre ambos os exercícios, apresenta-se no quadro seguinte o EBITDA de 2024 recalculado em conformidade com o critério vigente para 2025.

un: 1.000 €

Indicadores Operacionais	2025	2024 Base Comparável	2024 Reportado	Variação 25/24 (Base Comp.)	
				Valor	%
Rendimentos e Ganhos	237.798	237.851	237.851	(52)	-0,0%
Gastos e Perdas	(230.452)	(225.109)	(223.838)	(5.343)	-2,4%
EBITDA	7.346	12.742	14.013	(5.395)	-42,3%
Margem EBITDA	3,1%	5,4%	5,9%	-2,3 p. p.	-

No exercício de 2025, a RTP apurou um EBITDA de 7,35 milhões de euros, o que representa uma contração de 42,3% face ao valor recalculado de 2024. Este resultado evidencia a tendência de compressão das margens operacionais, agravada pelo aumento estrutural dos custos e pela nova métrica de reporte, que passa a integrar imparidades e provisões no apuramento do indicador.



$$\text{Margem EBITDA} = \left(\frac{\text{EBITDA}}{\text{Receita Total ou Rendimentos}} \right) \times 100$$

O EBITDA permaneceu consistentemente em valores positivos ao longo dos últimos cinco anos, demonstrando uma rentabilidade operacional estável, mesmo num cenário de pressão sobre os custos e de investimento contínuo.

No entanto, regista-se uma deterioração significativa da performance operacional, traduzida numa quebra de cerca de 36,5% face ao nível registado em 2021, início da série histórica ilustrada.

Esta trajetória evidencia um ciclo prolongado de compressão de margens, resultante do agravamento estrutural dos custos e da estagnação dos proveitos públicos, o que coloca desafios crescentes à autonomia financeira da Empresa.

Como principais fatores de pressão estrutural sobre o EBITDA destacam-se os seguintes eixos:

1. Gastos com Pessoal

Tem-se verificado um aumento permanente da massa salarial, decorrente das negociações anuais com as Entidades representativas dos trabalhadores, e que deriva essencialmente dos valores fixados pelo Estado como referência para o Setor Empresarial do Estado, valores esses que estão em linha com os aumentos aplicados à Função Pública. A esta pressão acresce o incremento dos custos associados à integração de trabalhadores por via judicial, o que condiciona a flexibilidade da estrutura de custos fixos.

2. Contribuição para o Audiovisual (CAV)

A principal fonte de financiamento da RTP mantém o seu valor nominal inalterado há vários anos. Num cenário de inflação acumulada no setor audiovisual, esta estagnação traduz-se numa perda progressiva do financiamento real disponível. Como consequência, a CAV deixou de acompanhar a evolução natural dos custos operacionais, aumentando a pressão sobre as margens operacionais da empresa.

Como resultado direto da compressão entre custos fixos crescentes e receitas estagnadas, a capacidade de investimento e a competitividade da grelha encontram-se sob forte condicionamento. —

RENDIMENTOS E GANHOS

Importa sublinhar que o critério de classificação das receitas comerciais foi objeto de revisão face ao exercício de 2024.

No exercício de 2025, esta rubrica passou a contemplar apenas as receitas geradas através da exploração direta do mercado, designadamente: Publicidade Líquida, Distribuição e Outros (categoria que agrega a Venda de Conteúdos, a Prestação de Serviços de Produção e as receitas de IVR - Chamadas de Valor Acrescentado).

Com o propósito de assegurar a comparabilidade e a análise homóloga entre ambos os períodos, procedeu-se ao recálculo dos rendimentos e ganhos de 2024. Deste modo, o quadro seguinte apresenta os valores do exercício anterior ajustados em conformidade com o critério vigente em 2025, garantindo a coerência metodológica necessária à interpretação dos resultados.

un: 1.000 €

Rendimentos e Ganhos	2025	2024 Base Comparável	2024 Reportado	Variação 25/24 (Base Comp.)	
				Valor	%
Contribuição Audiovisual	195.684	193.394	193.394	2.291	1,2%
Receitas Comerciais	39.788	40.459	44.457	(670)	-1,7%
Publicidade líquida	25.275	24.976	24.976	299	1,2%
Distribuição	12.122	12.087	12.087	36	0,3%
Outras	2.391	3.396	7.394	(1.005)	-29,6%
Outras vendas e prestações de serviços	1.408	2.297	-	(889)	-38,7%
Subsídios à exploração	279	229	-	50	22,1%
Imparidades de invet. (perdas/reversões)	2	-	-	2	-
Outros rendimentos e ganhos	636	1.472	-	(835)	-56,8%
Total	237.798	237.851	237.851	(52)	-0,0%

A Contribuição para o Audiovisual (CAV) ascendeu a 195,7 milhões de euros em 2025, o que representa um crescimento de 1,2% face a 2024. Esta evolução é estritamente justificada pelo incremento orgânico do número de subscritores (base de incidência da contribuição).



Conforme se depreende da análise gráfica supra, observa-se uma tendência de estagnação no crescimento do número de subscritores ao longo dos últimos anos. Este fenómeno, conjugado com a manutenção dos valores unitários da CAV (2,85€ para a taxa normal e 1,00€ para a taxa reduzida), antevê um cenário de inevitável esgotamento do potencial de crescimento desta receita.

Deste modo, na ausência de uma atualização dos valores nominais da contribuição, o financiamento público da RTP enfrentará uma estagnação estrutural, o que acentuará o diferencial face à inflação e ao agravamento dos custos operacionais intrínsecos ao setor audiovisual.

Em sentido inverso, os restantes rendimentos registaram um desempenho descendente, com particular incidência na rubrica de Receitas Comerciais – Outras, devido aos seguintes fatores:

- **IVR (Chamadas de Valor Acrescentado):** Redução de 404,8 mil euros, resultante da descontinuação dos passatempos com recurso a números de valor acrescentado na grelha de programação, a partir do período de verão.
- **Prestação de Serviços de Produção:** Decréscimo de 418 mil euros, motivado pela diminuição de ações de telepromoção e de marketing (com especial incidência no formato "MasterChef"). Adicionalmente, o exercício de 2024 beneficiou de um contrato com o Turismo de Portugal (90 mil euros), sem correspondência no período atual.
- **Venda de Conteúdos:** Registo de uma redução generalizada na comercialização de programas, traduzindo-se num decréscimo de 180 mil euros face ao período homólogo.

No que concerne à rubrica de Outras Vendas e Prestação de Serviços, importa destacar os seguintes vetores:

- Direitos de Antena: Registrou-se um decréscimo de aproximadamente 442 mil euros por comparação com o exercício de 2024.
- Comparticipação de Programas: Esta rubrica reflete a partilha de custos técnicos com outros operadores (SIC, TVI e Sport TV), decorrente da cobertura do Campeonato da Europa de Futebol 2024, evento sem replicação no exercício de 2025. ■

GASTOS E PERDAS

un: 1.000 €

Gastos e Perdas	2025	2024 Base Comparável	2024 Reportado	Variação 25/24 (Base Comp.)	
				Valor	%
CMVMC	(79.569)	(79.816)	(79.816)	248	-0,3%
Fornecimentos e Serviços Externos	(40.291)	(39.552)	(39.552)	(739)	1,9%
Gastos com Pessoal	(106.596)	(101.708)	(101.708)	(4.888)	4,8%
Outros gastos e perdas	(2.743)	(2.761)	(2.761)	19	-0,7%
Imparidade de div a rec (perdas/reversões)	(145)	(517)	-	373	-72,0%
Provisões (aumento/reduções)	(1.109)	(754)	-	(355)	47,1%
Total	(230.452)	(225.109)	(223.838)	(5.343)	2,4%

Os Gastos Operacionais atingiram os 230,5 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 2,4% face ao exercício anterior.

Os Custos de Grelha evidenciaram uma trajetória de estabilidade, permanecendo em linha com os valores de 2024 (-0,3%). Em contrapartida, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um incremento de 0,7 milhões de euros (1,9%), impulsionado pela pressão inflacionista e pelo agravamento generalizado dos preços de mercado.

Os gastos com pessoal registaram um incremento de 4,9 milhões de euros, evolução estritamente indexada aos seguintes vetores:

- Atualização salarial, aumentos decorrentes da aplicação do Acordo de Empresa e outros (2,6 milhões de euros): impacto da atualização salarial anual, acordado com base nos valores de referência aplicados à Função Pública, conjugado com o efeito da integração de 63 colaboradores ao longo do exercício decorrentes de ações da ARECT. Este montante já reflete parcialmente a poupança na massa salarial decorrente da saída dos trabalhadores que aderiram ao Plano de Saídas Voluntárias (PSV);
- Plano de Saídas Voluntárias (PSV) (2,3 milhões de euros): Encargos extraordinários afetos a processos de rescisão por mútuo acordo. ■

CENTROS REGIONAIS DOS AÇORES E MADEIRA

Apresenta-se, de seguida, a análise detalhada da exploração dos Centros Regionais dos Açores e da Madeira. O desempenho financeiro destas unidades reflete a especificidade da operação em cada Região Autónoma e o compromisso da Empresa com a coesão territorial e o serviço público de proximidade. ■

un: 1.000 €

Centro Regional dos Açores	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Rendimentos e Ganhos	3.905	3.983	(78)	-2,0%
Contribuição Audiovisual	3.775	3.777	(2)	-0,1%
Outros Rendimentos e Ganhos	130	206	(76)	-58,8%
Gastos e Perdas	(9.611)	(9.108)	(504)	5,2%
EBIT	(5.706)	(5.124)	(582)	-11,4%
Número Trabalhadores	121	134	(13)	-9,7%

Nota: os valores apresentados são apenas os imputados diretamente ao centro regional

un: 1.000 €

Centro Regional da Madeira	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Rendimentos e Ganhos	4.437	4.654	(217)	-4,7%
Contribuição Audiovisual	4.160	4.329	(170)	-3,9%
Outros Rendimentos e Ganhos	278	325	(47)	-14,5%
Gastos e Perdas	(8.451)	(8.170)	(280)	3,4%
EBIT	(4.013)	(3.516)	(497)	-14,1%
Número Trabalhadores	120	109	11	10,1%

Nota: os valores apresentados são apenas os imputados diretamente ao centro regional

FUNÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

un: 1.000 €

Dívida Bancária	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Financiamento obtidos	89.503	71.661	17.841	24,9%
Leasing MGC	42.229	44.117	(1.888)	-4,3%
MLP	27.833	10.444	17.389	166,5%
Linhas CP	19.441	17.100	2.341	13,7%
Total	89.503	71.661	17.841	24,9%

No exercício de 2025, a dívida bancária registou um acréscimo de 17,8 milhões de euros face ao período homólogo. Este incremento concentra-se no endividamento de Médio e Longo Prazo (MLP), que apresentou um crescimento de 17,4 milhões de euros, decorrente da estratégia de reestruturação financeira concluída em maio de 2025.

Importa assinalar que, no final de 2024, foi contratualizada uma nova linha de financiamento de Médio e Longo Prazo com um montante máximo de 40 milhões de euros, com prazo de utilização válido até 23 de dezembro de 2026 e uma maturidade de 6 anos, tendo sido a mesma aprovada pelo Acionista Estado.

Esta operação, com uma utilização de cerca de 30,4 milhões de euros decorrida em 2025 e os restantes 9,6 milhões previstos para 2026, visou a substituição de linhas de crédito pré-existentes por condições de mercado mais competitivas, através da obtenção de taxas de juro mais reduzidas e o financiamento para a execução parcial do Plano de Investimentos previstos no Plano de Atividade e Orçamento 2024-2026, bem como para a realização da primeira fase do Plano de Saídas Voluntárias. ■

RESULTADO LÍQUIDO

Não obstante o desempenho operacional positivo evidenciado pelo EBITDA, o Resultado Líquido do exercício fixou-se num valor negativo de 3,97 milhões de euros. Este desempenho é estritamente condicionado pelo impacto de componentes de natureza não operacional.

un: 1.000 €

Resultados	2025	2024 Base Comparável	2024 Reportado	Variação 25/24 (Base Comp.)	
				Valor	%
EBITDA	7.346	12.742	14.013	(5.395)	-42,3%
Gastos/reversões de deprec. e de amortiz.	(6.820)	(7.286)	-	466	-6,4%
EBIT	526	5.456	-	(4.929)	-90,4%
Resultado Financeiro	(3.877)	(4.432)	(4.432)	554	-12,5%
Imposto sobre o rendimento do período	(618)	(683)	-	65	-9,5%
Resultado líquido do período	(3.969)	341	341	(4.310)	-1263,1%

Neste âmbito, destacam-se os seguintes efeitos, que totalizam um encargo de 10,7 milhões de euros:

- Gastos/reversões de depreciação e de amortização (6,8 M€): Correspondem ao reconhecimento contabilístico do desgaste dos ativos fixos da empresa;
- Juros e Encargos Financeiros Suportados (3,9 M€): Referem-se aos juros e encargos financeiros suportados com o serviço da dívida. Estes custos refletem a estrutura de capital da RTP e o atual contexto de taxas de juro, exercendo uma pressão direta sobre o resultado líquido final.

O Resultado Líquido negativo de 3,97 milhões de € reflete a erosão da performance operacional verificada em 2025. Este desempenho não foi compensado pela evolução favorável das componentes de natureza não operacional, as quais, apesar do seu contributo positivo, revelaram-se insuficientes para anular a pressão exercida sobre as margens operacionais do exercício. ■

CAPITAIS PRÓPRIOS

No exercício de 2025, os Capitais Próprios da empresa permanecem em terreno negativo, fixando-se no montante negativo de 4,4 milhões de euros. Não obstante a manutenção deste saldo, importa sublinhar a estabilidade deste indicador face ao exercício precedente, refletindo o esforço de equilíbrio entre o desempenho operacional e os encargos financeiros e de investimento da estrutura.

Este valor considera a atribuição de 2,3 milhões de euros de dotação de capital em 2025 e a incorporação do resultado líquido do exercício de 2025, no montante negativo de 3,97 milhões de euros. —

un: 1.000 €

Capital Próprio	2025	2024	Variação 25/24 (Base Comp.)	
			Valor	%
Capital próprio	(4.438)	(3.721)	(716)	19,3%

2. Proposta de aplicação de resultados

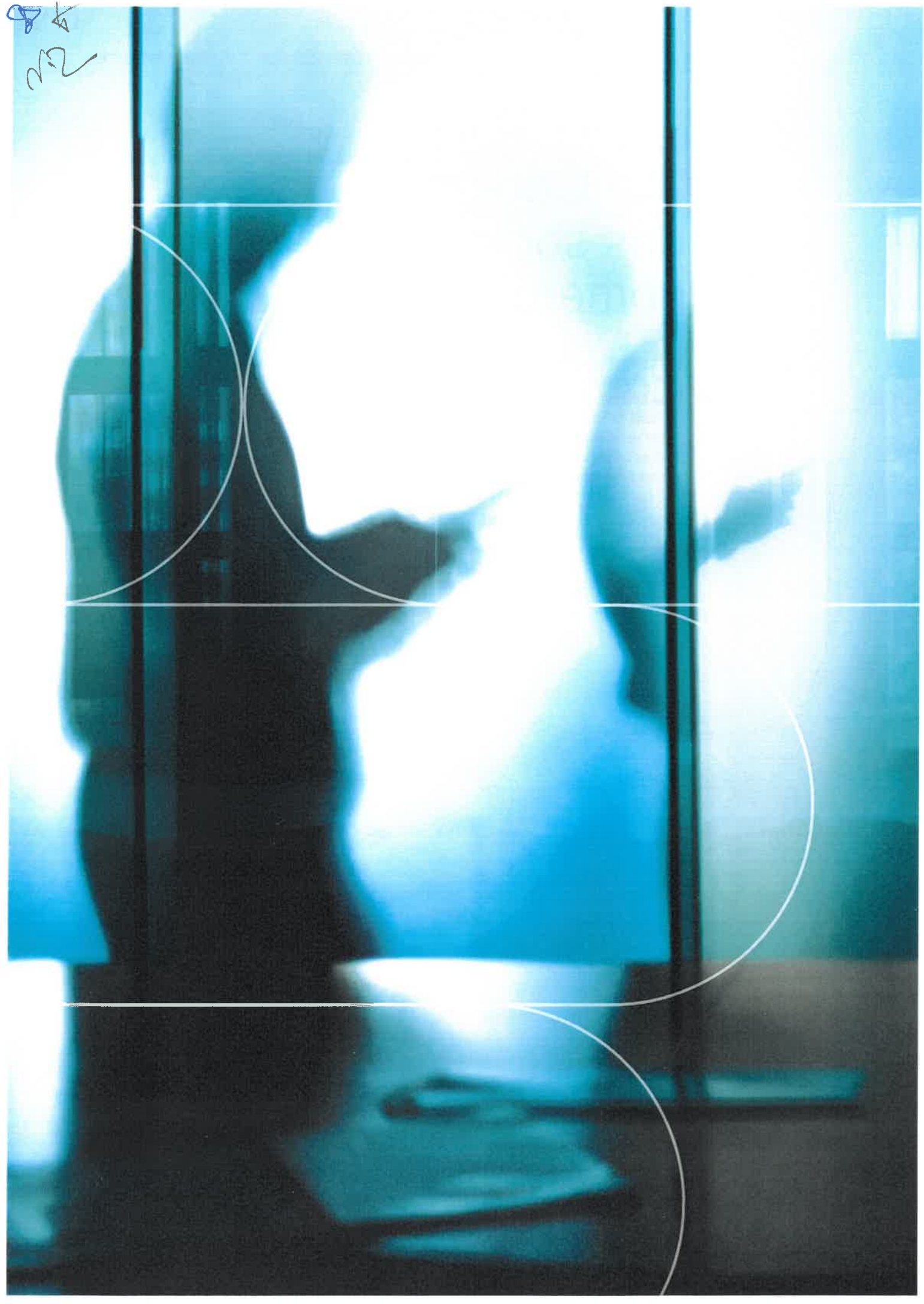
Considerando que o exercício de 2025 encerrou com um Resultado Líquido negativo de 3.968.763,60 euros, o Conselho de Administração propõe que o referido prejuízo seja integralmente transferido para a rúbrica de Resultados Transitados.

Neste contexto não há lugar a qualquer proposta de distribuição de dividendos ou de constituição de reservas, em conformidade com os preceitos legais vigentes. ■

3_ Código das sociedades comerciais – Artigo 35.º

Entende o Conselho de Administração que, uma vez regularizado pelo acionista por aumento de capital, o remanescente da dívida referida nas decisões da Comissão Europeia de 4/07/2006 e 20/12/2011, no valor de 11,99 milhões de euros, por conta do subfinanciamento do serviço público verificado até 2003 de 26,69 milhões de euros (valor sancionado pela Direção Geral de Concorrência da Comissão Europeia), e decidido pelo acionista uma redução de capital para cobertura de prejuízos acumulados ficam sanadas as preocupações que justificam o dispositivo legal. ■

8
20



20
125

**IV.
CUMPRIMENTO
das ORIENTAÇÕES
do ACIONISTA e
DISPOSIÇÕES LEGAIS**

2025

RTP

Rádio
e Televisão
de Portugal

**20
25**

**RELATÓRIO
e CONTAS**

1. Execução do plano de atividades e orçamento

a) Objetivos definidos pelo acionista para 2025

Os objetivos estratégicos e operacionais para o exercício de 2025 encontram-se integrados no Plano de Atividades e Orçamento (PAO), documento que mereceu a aprovação do Acionista Estado através de Deliberação Unânime por Escrito (DUE) de 12 de dezembro de 2025.

<https://media.rtp.pt/empresa/inf-financiera/plano-de-atividade-e-orcamento-relatorio-e-contas/>

b) Execução do plano de atividade e orçamento para 2025

Apresenta-se, de seguida, a análise comparativa entre os resultados alcançados e as metas fixadas no Plano de Atividades e Orçamento para 2025, incidindo sobre os principais indicadores económico-financeiros da Empresa:

un: €

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	(3.841.077)	(3.968.764)	(127.686)	O desvio verificado no EBITDA justifica-se pela inexistência de previsão orçamental para as rubricas de imparidades e provisões;
EBITDA	8.873.152	7.346.240	(1.526.913)	A variação orçamental no EBIT é pouco significativa, decorrendo primordialmente do menor volume de amortizações no exercício, reflexo direto de um nível de execução do investimento (Capex) aquém do previsto
Resultado Operacional ¹⁾ (EBIT)	1.123.153	526.436	(596.716)	
Volume de Negócios ²⁾	233.418.853	236.880.767	3.461.915	Desempenho acima do previsto na Publicidade : melhoria de audiências em targets comerciais e prime-time onde o preço é mais elevado; maior ocupação de espaço comercial
Gastos Operacionais ³⁾	(223.908.680)	(226.456.115)	(2.547.436)	Gastos com Pessoa: O Plano de Saídas Voluntárias (PSV), inicialmente previsto para dezembro de 2024, foi executado em duas fases (junho e dezembro de 2025), o que concentrou o impacto financeiro no exercício de 2025
Gastos Operacionais/ Volume de N.	-95,93%	-95,60%	0,33 p.p	
Endividamento ⁴⁾	80.729.168	89.502.647	8.773.479	O nível de endividamento em 2025 superou os valores orçamentados, fruto de uma maior recorrência a linhas de crédito de curto prazo. Em contrapartida, o endividamento de médio e longo prazo situou-se aquém do previsto, refletindo uma alteração na estrutura de financiamento face ao planeado
Dívida Financeira Líquida ⁵⁾ /EBITDA	887%	1201%	313,79 p.p	
<i>Disponibilidades⁶⁾</i>	2.000.000	1.269.476	(730.524)	

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4) Passivo remunerado

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

c) Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE (Sistema de Informação de Gestão Orçamental/ Sistema de Orçamento de Estado)

un: €

Orçamento SIGO/SOE	2025		Desvio	
	Executado	OE s/ Cativações	Valor	%
Receitas	293.143.878	303.376.455	(10.232.577)	-3%
CAV	203.771.578	221.057.263	(17.285.685)	-8%
Venda de bens e serviços	51.395.835	47.393.799	4.002.036	8%
Outras Receitas	80.738	-	80.738	-
Subs Fundo Ambiental PRR	1.451.282	1.802.060	(350.778)	-19%
Financiamento obtidos	34.144.444	18.833.333	15.311.111	81%
Dotação de Capital	2.300.000	14.290.000	(11.990.000)	-84%
Despesas	(293.891.808)	(303.376.455)	9.484.647	-3%
Outros bens	(101.525.157)	(102.725.101)	1.199.944	-1%
Outros serviços	(51.439.208)	(55.750.982)	4.311.774	-8%
Pessoal	(102.451.584)	(96.514.599)	(5.936.985)	6%
Juros	(4.030.634)	(4.501.230)	470.596	-10%
Impostos	(217.236)	(278.727)	61.491	-22%
Outas despesas	(2.984.878)	(1.095.389)	(1.889.489)	172%
Reserva	-	(2.261.861)	2.261.861	-100%
Investimento	(9.235.383)	(21.920.776)	12.685.393	-58%
Investimento PRR	(5.704.505)	(1.802.060)	(3.902.445)	217%
Locação financeira	(1.888.407)	(1.754.274)	(134.133)	8%
Financiamento obtidos	(14.414.815)	(14.771.456)	356.641	-2%
TOTAL	(747.930)	-	(747.930)	-

un: €

Descrição	Real
Saldo transitado do ano anterior	2.017.406
Receitas - Despesas 2025	(747.930)
Saldo final do ano 2025	1.269.476

d) Autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO 2025/2027 e/ou autorizações autónomas

Autorização Concedida	Despacho Autorizador	Indicar o limite/montante autorizado para 2025
Despesa total	Despacho n.º 360/2025, de 28 de março, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.	Valor superior em 1% ao inscrito no OE 2025
Gastos com pessoal	Despacho n.º 360/2025, de 28 de março, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.	Valor superior em 5% ao inscrito no OE 2025
Aquisição de bens e serviços	Despacho n.º 360/2025, de 28 de março, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.	Valor inferior ao inscrito no OE 2025
Investimentos	Despacho n.º 360/2025, de 28 de março, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.	Valor superior em 16% ao inscrito no OE 2025
Aumento de capital destinado integral e exclusivamente ao financiamento das indemnizações associadas às referidas 38 saídas adicionais, no valor de 2,3 milhões de euros.	Despacho n.º 450/2025-SETF, de 13 de outubro de 2025	Cumprimento da determinação relativa ao rácio de 4 saídas por cada entrada

Nota: Caso não tenham sido concedidas autorizações/excecioneamentos, indicar NÃO APLICÁVEL (em autorizações concedidas)

2. Eficiência operacional e gastos operacionais

Em conformidade com o disposto no artigo 52.º da Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE 2025) e no artigo 140.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO 2025), a eficiência operacional da Empresa é aferida pelo rácio entre os gastos operacionais (líquidos de impactos extraordinários decorrentes do cumprimento de disposições legais devidamente fundamentados) e o volume de negócios.

No exercício de 2025, este indicador fixou-se em -95,5%, o que representa uma variação de -1,99 pontos percentuais (pp) face aos -93,5% registados no período homólogo. Importa sublinhar que o rácio apurado se situou 0,39 (p.p.) abaixo do objetivo definido no orçamento (-95,9%), evidenciando um desempenho superior à meta de eficiência projetada.

Relativamente aos Gastos Operacionais Ajustados, registou-se um incremento de 2,4% face a 2024, evolução justificada, primordialmente, pela variação nos Gastos com Pessoal.

No âmbito da monitorização da eficiência operacional, salienta-se que a RTP atuou em estrita observância às orientações do Despacho n.º 360/2025-SETF. Os resultados demonstram o pleno cumprimento das metas de contenção de custos e de otimização de recursos consignadas para o Setor Público Empresarial no exercício de 2025.

un: €

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - artigo 140.º do DLEO 2025	2025 Exec.	2025 Orc.	2024 Exec.	2025/2024		2025/2025 (orc.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) CMVMC	(79.568.688)	(78.276.509)	(79.816.478)	247.790	-0,3%	(1.292.179)	1,7%
(2) FSE	(40.291.090)	(41.669.415)	(39.552.050)	(739.040)	1,9%	1.378.326	-3,3%
(3) Gastos com o pessoal	(106.596.337)	(103.962.755)	(101.708.004)	(4.888.333)	4,8%	(2.633.582)	2,5%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):							
Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais e/ou de imposições legais	(141.267)	-	(163.770)	22.503	-13,7%	-141.267	
Impactos decorrentes de obrigações legais	-	-	-	-	-	-	-
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	(226.314.848)	(223.908.680)	(220.912.763)	(5.402.086)	2,4%	(2.406.169)	1,1%
(6) Volume de negócios	236.880.767	233.418.853	236.149.825	730.942	0,3%	3.461.915	1,5%
Vendas							
Prestações de Serviços	236.880.767	233.418.853	236.149.825	730.942	0,3%	3.461.915	1,5%
(7) Impactos no VN decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):							
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	236.880.767	233.418.853	236.149.825	730.942	0,3%	3.461.915	1,5%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	-95,5%	-95,9%	-93,5%	-1,99 pp	n.a	0,39 pp	n.a.

IV. CUMPRIMENTO das ORIENTAÇÕES do ACIONISTA e DISPOSIÇÕES LEGAIS

un: €

Informação adicional	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024		2025/2025 (orc.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	(106.596.337)	(103.962.755)	(101.708.004)	(4.888.333)	4,8%	(2.633.582)	2,5%
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	(518.069)	(540.251)	(466.642)	(51.428)	11,0%	22.181	-4,1%
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais ^{a)} (discriminar, se aplicável)	-	-	-	-	-	-	-
iii. (-) Acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico ^{a)}	(2.369.625)	(2.654.075)	(2.759.935)	390.311	-14,1%	284.450	-10,7%
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	(1.184.077)	(1.168.272)	(1.057.488)	(126.590)	12,0%	-15.806	1,4%
v. (+) Efeito do Absentismo	(2.013.814)	-	(2.007.603)	(6.212)	0,3%	(2.013.814)	
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)	-	-	-	-	-	-	-
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	(104.538.381)	(99.600.158)	(99.431.542)	(5.106.838)	5,1%	(4.938.223)	5,0%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	(431.447)	(450.000)	(496.849)	65.402	-13,2%	18.553	-4,1%
(4) Gastos com ajudas de custo	(855.100)	(926.467)	(942.108)	87.008	-9,2%	71.367	-7,7%
(5) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	(2.024.109)	(1.682.981)	(1.696.938)	(327.172)	19,3%	(341.129)	20,3%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	(1.024.099)	(1.070.000)	(1.043.550)	19.451	-1,9%	45.901	-4,3%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	(4.334.755)	(4.129.448)	(4.179.445)	(155.310)	3,7%	(205.308)	5,0%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	203	203	201	2	1,0%	0	0,0%
(9) N.º de viaturas (não operacional)	31	31	33	-2	-6,1%	0	0,0%

a) Devem ser excluídos os gastos relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico,

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

NOTA: Os valores inscritos nas alíneas iii) e iv) correspondem ao montante total previsto no Plano de Atividades e Orçamento (PAO 2025), tendo sido redistribuídos para assegurar a conformidade com a estrutura de resposta solicitada.

Os gastos com a frota automóvel aumentaram 19,3% face a 2024. Este acréscimo justifica-se pela renovação da frota e pelo respetivo acerto de quilometragem, resultante da reconciliação entre a utilização efetiva e os valores contratados. Adicionalmente, o montante reflete os custos de acondicionamento obrigatórios na devolução das unidades às locadoras.

No que concerne às deslocações e ajudas de custo, verificou-se um decréscimo agregado de 152,4 mil euros face ao exercício anterior. Esta variação é indissociável da cobertura jornalística de eventos de elevada complexidade e relevância internacional, designadamente os conflitos no Médio Oriente e na Ucrânia, além de ciclos eleitorais e eventos desportivos de grande escala. Face ao orçamento, o desempenho seguiu a mesma tendência, registando-se uma poupança (desvio favorável) de 89,9 mil euros.

3. Recursos humanos e massa salarial

Em conformidade com o disposto nos artigos 138.º e 139.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2025 e com as orientações do Despacho n.º 1103-B/2025, de 23 de janeiro, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, apresenta-se de seguida a informação relativa a:

- Recursos Humanos: Evolução do número de recursos humanos de forma desagregada e o correspondente impacto nos gastos com pessoal;

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Movimentos de Pessoal em 2025					Situação a 31/12/2025
		Saídas (reformas/ outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/ cedência/ licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)**	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5)
Órgãos Sociais (OS)	12						12
Cargos de direção (s/ OS)	26	3					23
Trabalhadores							
Assist.Apoio aos Serviços	9	3					6
Assist.de Artes Visuais	10	4					6
Assist.de Documentalista	5						5
Assist.de Operações	23	3		2			22
Assist.de Programas/Informação	67	2		1		8	74
Assist.Manut.Infra-Estruturas	3	1					2
Documentalista	34	5		1			30
Editor de Imagem	63	2		4		4	69
Eletricista	11	1				2	12
Especialista	217	22		3		8	206
Jornalista - Realizador	1						1
Jornalista - Redator	382	22	(4)	4		13	373
Jornalista - Repórter	87	4				4	87
Locutor/Apresentador	16		1			3	20
Produtor	122	10	(1)			4	115
Quadro	67	8		3			62
Quadro Superior	75	10		2			67
Realizador	73	4					69
Responsável Operacional	15	3					12
Responsável Técnico	1	1					-
Sonorizador	15	1					14
Téc.de Gestão de Sistemas	28	3					25
Téc.de Plane. e Gestão de Meios	32	7					25
Téc.de Plataformas Multimédia	8	1		1			8
Téc.de Promoção de Programas	5	1					4
Téc.de Sistemas Audiovisuais	20					5	25
Téc.de Sistemas de Informação	14					1	15
Técnico Administrativo	122	29	1	10		2	106
Técnico de Artes Visuais	5						5
Técnico de Cenografia	4						4
Técnico de Comunicações	19					1	20
Técnico de Eletrónica	42	5		1		1	39
Técnico de Gestão de Emissão	33	6		4			31
Técnico de Grafismo	22					1	23
Técnico de Iluminação	15		(1)				14
Técnico de Imagem	68	2				3	69
Técnico de Som	64	3				3	64
Total (OS+CD+Trabalhadores)	1.835	166	(4)	36	-	63	1.764
Impacto nos gastos com pessoal (€)	-	2.617.600	-	735.688	-	1.412.330	(469.583)

*) Não aplicável

**) 63 admissões por ARECT

- Massa Salarial: Análise da evolução da massa salarial global no exercício de 2025. un: €

	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º de membros dos órgãos sociais (OS)	12	12	12	-	0,0%
N.º de membros cargos de direção (CD)	23	26	26	(3)	-11,5%
N.º dos restantes trabalhadores (sem OS e sem	1.729	1.761	1.797	(68)	-3,8%
TOTAL	1.764	1.799	1.835	(71)	-3,9%
N.º Trabalhadores/N.º CD	146	149	152	(6)	-3,9%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	(60.429)	(57.789)	(55.427)	(5.002)	9,0%
Massa Salarial Global	(93.817.073)	n.d.	(89.713.800)	(4.103.273)	4,6%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do n.º de trabalhadores) ^{a)}	(94.286.656)	n.d.	(89.676.684)	(4.609.972)	5,1%

a) Aferição do Despacho n.º 1103-B/2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

4. Plano de investimentos

Apresenta-se, de seguida, a análise comparativa entre o investimento realizado em 2025, desagregado por projetos estruturantes, e as dotações previstas no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o referido exercício. Note-se que o investimento realizado em 2025 corresponde ao valor executado durante o ano, sendo conciliável com os montantes reportados nas Notas 5 (Ativos Fixos Tangíveis) e 6 (Ativos Intangíveis) do anexo às demonstrações financeiras.

De salientar que o valor executado, de aproximadamente 12,2 milhões de euros, decompõe-se essencialmente em dois eixos:

- Infraestruturas, obras de conservação, mobiliário, frota e outros: 8 milhões de euros, dos quais cerca de 6 milhões de euros foram executados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
- Projetos de renovação de sistemas tecnológicos: 4,2 milhões de euros destinados à modernização de sistemas de Televisão, estúdios e sistemas de produção, emissão e distribuição de Rádio.

un: €

Plano de Investimento	PAO 2025	Fontes de financiamento							Desvio (PAO vs Executado)	Observações/medidas
		Executado 2025	Autofinanc. (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Projetos renovação e novas tecnologias sistemas TV	8.519.050	2.439.546	2.439.546	-	-	-	-	-	(6.079.504)	A reavaliação estratégica e a recalibração de prioridades ditas pela aprovação do Projeto Estratégico da RTP 2024-2026 resultaram no diferimento de investimentos anteriormente planeados.
Renovação dos meios de exterior	1.210.000	541.329	541.329	-	-	-	-	-	(668.671)	Adicionalmente, a litigiosidade associada a processos de impugnação judicial, a par de outros constrangimentos administrativos inerentes aos procedimentos de contratação pública, comprometeram os prazos de execução inicialmente previstos, motivando o adiamento de diversos projetos de investimento para exercícios subsequentes
Renovação dos estúdios e sistemas de produção, emissão e distribuição de Rádio	1.975.000	475.442	475.442	-	-	-	-	-	(1.499.558)	
Desenvolvimento de projetos de inovação e de lançamento de novos serviços de televisão, rádio e digital	720.000	153.509	153.509	-	-	-	-	-	(566.491)	
Otimização Técnica e Operacional	1.100.000	594.592	594.592	-	-	-	-	-	(505.408)	
Renovação das infraestruturas técnicas para eficiência energética	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Infraestruturas, obras de reparação, mobiliário, frota e outros	9.925.138	8.008.426	2.178.702	-	-	-	5.829.724	-	(1.916.712)	O desvio observado justifica-se pelo reprogramação temporal das empreitadas no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Embora os projetos tenham sido iniciados no exercício de 2024, o respetivo cronograma de execução estender-se-á até 2026, resultando num diferimento do investimento e na consequente reprogramação financeira dos fluxos previstos
Valor total do investimento	23.449.188	12.212.844	6.383.120	-	-	-	5.829.724	-	(11.236.343)	



IV. CUMPRIMENTO das ORIENTAÇÕES do AÇIONISTA e DISPOSIÇÕES LEGAIS

A taxa de execução do investimento da RTP fixou-se em 52% do montante orçamentado. Este desempenho é indissociável do diferimento de projetos estruturantes e da reprogramação temporal de diversas empreitadas, conforme detalhado na análise de desvios por projeto.

Face ao período homólogo, o investimento realizado registou um crescimento de 78,2%, ascendendo a 12,2 milhões de euros em 2025 (face aos 6,9 milhões de euros registados em 2024). Importa notar que, no exercício anterior, a execução face ao Plano de Atividades e Orçamento (PAO) tinha sido de 50%. ■

5. Contratação de serviço público

a) Indicadores e metas anuais

Em conformidade com o modelo de governo definido nos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (artigo 4.º), publicados em julho de 2014, o Conselho Geral Independente (CGI) apresentou as linhas de orientação estratégica que serviram de base ao Projeto Estratégico da empresa, da responsabilidade do Conselho de Administração nomeado a 1 de setembro de 2024.

A avaliação do cumprimento do projeto estratégico, bem como das obrigações de serviço público, é realizada semestral e anualmente, através do Relatório de Cumprimento das Obrigações de Serviço Público e do Projeto Estratégico, até 31 de maio do ano seguinte. No decurso de 2025, foi emitido o relatório referente ao exercício de 2024, acompanhado dos respetivos pareceres e relatórios de auditoria externa, conforme estipulado no Contrato de Concessão. Cabe ao Acionista Estado a celebração de Contratos de Gestão com os membros do Conselho de Administração, fixando objetivos de natureza económico-financeira e de atividade.

Ao abrigo do Contrato de Concessão do Serviço Público de Media (assinado a 7 de março de 2025, cuja Cláusula 28.ª mantém as obrigações de reporte previstas na Cláusula 29.ª do Contrato que estava em vigor à data), a RTP elabora anualmente um relatório detalhado sobre:

- O cumprimento do orçamento e das obrigações de serviço público impostas pela lei e pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Media;
- O cumprimento do projeto estratégico aprovado pelo Conselho Geral Independente;
- Indicadores e critérios que permitem aferir os princípios de rigor, proporcionalidade e transparência;
- Observância dos objetivos e das obrigações de serviço público.

Este relatório, para além de reportar as ações desenvolvidas na Rádio e Televisão, apresenta indicadores de desempenho (*KPIs*) estruturantes, tais como:

- Televisão e Rádio: N.º médio de programas e horas exibidos e respetiva comparação com o exigido no Contrato de Concessão do Serviço Público de Media;
- Receitas de publicidade;
- Audiência anual dos canais RTP;
- Análise de resultados por obrigação de serviço público – ótica financeira;
- Financiamento público-transparência e proporcionalidade

O Relatório de Cumprimento das Obrigações de Serviço Público e do Projeto Estratégico encontra-se disponível no sítio da Internet da RTP:

<https://www.rtp.pt/relatoriodeservicopublico>

b) Compensações recebidas pelas obrigações de serviço público

un: €

Compensação pelas Obrigações de Serviço Público	2025		2024		2023	
	Montante	Observações	Montante	Observações	Montante	Observações
Indemnizações Compensatórias / COSP	-		-		-	
Aumentos de Capital *	2.300.000	Valor recebido por conta do subfinanciamento do serviço público, verificado até 2003 de 26,69 milhões de euros. Valor sancionado pela Direção Geral de Concorrência da Comissão Europeia - decisões da Comissão Europeia de 4/07/2006 e 20/12/2011- valor remanescente por receber 11,99 milhões de euros	-	n.a.	-	n.a.
Empréstimos diretos do Estado*	-		-		-	
Total	2.300.000		-		-	

Nota:

* Considerar apenas aumentos de capital cuja utilização tenha sido para fazer face a défice operacional

6. Gestão do risco financeiro

A apresenta-se a evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado.

un: €

Ano	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos Financeiros (€)	3.390.745	4.297.753	4.138.235	2.247.594	1.962.968
Taxa Média de Financiamento (%)	4,19%	5,92%	5,21%	2,46%	2,12%

Considera-se que a exposição ao risco de taxa de juro é reduzida, registando-se que a política de financiamento é monitorizada pelo IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública. —

7. Limite de crescimento do endividamento

un: €

Ano	2025	2024
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	1.437.073.340	1.434.773.340
Financiamento remunerado	89.502.647	71.661.424
Novos investimentos com expressão material em 2025*	-	
Variação do Endividamento	1,34%	

* na parte não participada por fundos europeus a fundo perdido, que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior ao menor dos valores entre € 10 700 000 ou o resultante da aplicação de 10% do orçamento anual da empresa.

O endividamento total, no exercício de 2025, registou um crescimento de 1,34% face ao ano anterior. Este indicador situa-se abaixo do limite máximo autorizado de 2%, assegurando o cumprimento das metas de disciplina financeira estabelecidas.

Importa assinalar que, após a devida autorização do Acionista Estado, foi formalizado a 23 de dezembro de 2024 um novo contrato de financiamento de Médio e Longo Prazo (MLP), num montante até 40 milhões de euros. Esta operação teve como propósito a liquidação integral do contrato de 2015. Esta reestruturação visou não só a redução dos encargos financeiros e o alargamento da maturidade do MLP, como também viabilizou o financiamento parcial do plano de investimentos e do programa de saídas voluntárias. ■

8. Princípio da unidade de tesouraria do estado

À semelhança do verificado em exercícios anteriores, a Empresa manteve-se, em 2025, excecionada do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria. Esta derrogação fundamenta-se no Ofício n.º 2018/16869 do IGCP, E.P.E., e encontra-se em estrita conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 29.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE).

un: €

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	26.863	16.102	15.979.923	21.936
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Total	26.863	16.102	15.979.923	21.936

un: €

Banca Comercial*	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
NOVO BANCO, SA	52.499	570.168	211.408	52.163
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	545.840	592.265	531.822	480.192
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	305.832	6.633.542	49.654	341.170
BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO, SA	258.202	408.063	68.012	33.281
MONTEPIO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	16.894	143.112	299.340	57.821
BANCO BANKINTER, SA	61.729	73.651	53.347	14.442
Total	1.240.996	8.420.802	1.213.583	979.069
Juros auferidos**	-	-	-	-

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

9. Prazo médio de pagamento (PMP) e “Arrears”

PMP	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Prazo (dias)	49	43	6	13,79%

O Prazo Médio de Pagamento (PMP) registou um incremento de 6 dias face a 2024, situando-se em níveis idênticos aos reportados em 2023. Esta evolução reflete o desfasamento entre o aumento das compras realizadas no período e o acréscimo verificado nos saldos de fornecedores no encerramento do exercício.

Não obstante esta variação pontual, o PMP mantém-se dentro do limite legal de 60 dias, assegurando os níveis de eficiência financeira e o estrito cumprimento das normas aplicáveis ao Sector Público Empresarial.

un: €

Dívida Vencida (>90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO				
	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º do DL 127/2012				
	2025				2024
	90-180 dias	180-365 dias	> 365 dias	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	-	-	-	-	-
2 - Aq. de Capital	-	-	-	-	-
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)	-	-	-	-	-
4 - Situações excluídas (n.2 art.4 DL 127/2012)	-	-	-	-	-
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória	-	-	-	-	-
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	-	-	-	-	-
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	-	-	-	-	-
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	-	-	-	-	-

Nota: PAGAMENTOS EM ATRASO são representados pelas contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

Excluem-se deste conceito: as obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória; as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, e os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, conforme estabelece o n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho

un: €

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 55.º do DLOE 2025	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) ¹	-
2 - Pagamentos em atraso 2025 (>90 dias) ¹	-
3 - Pagamentos em atraso (2-1)	-
4 - Dotações orçamentais em 2025 ²	-
5 - Saldo (3+4)	-

1 - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011.

2 - Apenas aplicável às entidades públicas reclassificadas.



A RTP assegura o estrito cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, bem como do disposto no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril (conforme as sucessivas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 35-A/2016 e pelo Decreto-Lei n.º 25/2017).

Atendendo à inexistência de dívidas certas, líquidas e exigíveis com antiguidade superior a 30 dias, e verificando-se que o Prazo Médio de Pagamento (PMP) se mantém consistentemente abaixo do limite de 60 dias, a Sociedade encontra-se dispensada de divulgações adicionais sobre estas matérias, em conformidade com o quadro normativo aplicável ao Setor Público Empresarial. ■

10_ Estatuto do Gestor Público (EGP)

a) Objetivos de Gestão

Em estrito cumprimento do disposto nos artigos 18.º e 30.º do Estatuto do Gestor Público (EGP) e nos termos da Portaria n.º 317-A/2021, os objetivos de gestão para o exercício de 2025 estão integrados no Plano de Atividades e Orçamento (PAO 2025-2027), cuja aprovação pelo Acionista Estado ocorreu por Deliberação Unânime por Escrito (DUE) a 12 de dezembro de 2025.

Ressalva-se que, em conformidade com a Deliberação Unânime por Escrito (DUE) de 1 de setembro de 2024, os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer componente de remuneração variável (incentivo à gestão), pelo que a aferição do grau de cumprimento dos referidos objetivos visa, exclusivamente, o reporte de desempenho e o reforço da transparência pública.

b) Artigo 32.º e 33.º do EGP

Em cumprimento do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), informa-se que no exercício de 2025:

- i. Cartões de Crédito (Art.º 32.º): A Empresa não disponibiliza cartões para uso individual. Existe apenas um cartão institucional Tesouro-IGCP para aquisições *online* estritamente inerentes à atividade da Empresa;
- ii. Despesas de Representação (Art.º 33.º): O reembolso de encargos aos gestores circunscreveu-se a despesas de âmbito institucional ou empresarial, não se tendo verificado qualquer processamento de despesas de natureza pessoal;
- iii. Comunicações: Foram respeitados os limites legais aplicáveis aos encargos com comunicações (telefone móvel, fixo e internet).

un: €

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	80	784	
Hugo Graça Figueiredo	80	48	
Sónia Cristina Mourão Alegre	80	146	
		978	

- iv. Foram integralmente respeitados os limites mensais relativos a combustíveis e portagens atribuídos às viaturas de serviço, em estrito alinhamento com os plafonds definidos para o exercício de 2025.

RTP
★

un: €

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	628	3.399	1.551	4.950	
Hugo Graça Figueiredo	502	1.841	1.168	3.010	
Sónia Cristina Mourão Alegre	502	1.362	575	1.937	
				9.897	

c) Despesas não documentadas ou confidenciais

Em concordância com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e no artigo 11.º do EGP, informa-se que no exercício de 2025 a Empresa não registou qualquer encargo referente a despesas não documentadas ou confidenciais.

11. Contratação pública

- a) A atividade de contratação da RTP rege-se pelo estrito cumprimento das normas consignadas no Código dos Contratos Públicos (CCP), ao qual a Sociedade se encontra vinculada;
- b) Os procedimentos de contratação de bens e serviços encontram-se regulados por Ordem de Serviço interna. Este normativo estabelece as alçadas de competência e os princípios fundamentais de gestão, designadamente a análise custo-benefício, a racionalidade económica e a oportunidade temporal;
- c) No decurso de 2025, a RTP não celebrou qualquer contrato de estrutura ou investimento, sujeito ao Código dos Contratos Públicos (CCP), de montante superior a 5 milhões de euros.

12. Informação complementar

a) Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A RTP aderiu voluntariamente à Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP), no dia 23 de fevereiro de 2009.

b) As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas.

Recomendações do acionista

Na deliberação social unânime por escrito, emitida a 31 de julho de 2024, que aprova as contas de 2021 e 2022, o acionista faz menção às seguintes matérias:

- i. Preparar e apresentar as Demonstrações Financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), uma vez que a RTP é uma entidade pública reclassificada não enquadrada nas situações previstas no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, Diploma que aprovou o SNC-AP, conforme já havia sido recomendado/clarificado aquando da deliberação tomada em 17 de fevereiro de 2022;
Resposta da empresa: Encontram-se em curso as adaptações dos sistemas e procedimentos internos necessárias para assegurar a preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC-AP. Esta transição dá cumprimento ao Decreto-Lei n.º 192/2015 e reflete a deliberação de 17 de fevereiro de 2022, reiterando o estatuto da RTP como entidade pública reclassificada. A adoção plena deste normativo terá efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026, garantindo o rigor e a transparência exigidos ao Setor Público.
- ii. Preparar e divulgar as demonstrações orçamentais, e cumprir os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do SNC-AP;
Resposta da empresa: Encontram-se em curso as adaptações dos sistemas e procedimentos internos necessárias para assegurar a preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC-AP. Esta transição dá cumprimento ao Decreto-Lei n.º 192/2015 e reflete a deliberação de 17 de fevereiro de 2022, reiterando o estatuto da RTP como entidade pública reclassificada. A adoção plena deste normativo terá efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026, garantindo o rigor e a transparência exigidos ao Setor Público.
- iii. Preparar e divulgar os relatórios sobre a prevenção da corrupção, previstos no n.º 1 do artigo 46.º da Lei 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro;
Resposta da empresa: O relatório de prevenção da corrupção foi divulgado em abril de 2023.

- iv. Corrigir e melhorar os aspetos assinalados pelo Conselho Geral Independente nos relatórios anuais de avaliação do cumprimento do Projeto Estratégico para a RTP e da conformidade com o Contrato de Concessão, bem como os assinalados pelo Conselho de Opinião nos respetivos relatórios;

Resposta da empresa: O último relatório anual de avaliação do cumprimento do Projeto Estratégico e de conformidade com o Contrato de Concessão sublinha o elevado cumprimento, por parte da RTP. Todas as oportunidades de melhorias assinaladas pelo Conselho Geral Independente e pelo Conselho de Opinião foram já implementadas ou encontram-se em fase de implementação.

- v. Melhorar o relato das Demonstrações Não Financeiras, de acordo com as boas práticas do *Global Reporting Initiative (GRI)*;

Resposta da empresa: Tendo sido publicado o pacote *Omnibus*, a empresa tem como objetivo iniciar a preparação do reporte de sustentabilidade a partir do exercício de 2026, *ie*, um ano mais cedo do que o previsto nessa regulamentação, iniciando este ano a fase de diagnóstico e de preparação.

- vi. Incluir no Relatório de Gestão toda a informação sobre o cumprimento das orientações legais, de forma detalhada e fundamentada, conforme o modelo de instruções divulgado pelo acionista, designadamente no que respeita às diligências e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista;

Resposta da empresa: Nos relatórios de gestão, em capítulo próprio, é garantida a prestação de informação sobre o cumprimento das obrigações legais.

- vii. Assegurar o adequado processamento e pagamento das remunerações fixadas pelo acionista aos membros do Conselho Fiscal, tendo em consideração que o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, incide apenas sobre os gestores públicos e equiparados, não se enquadrando em quaisquer daqueles casos os membros do Conselho Fiscal;

Resposta da empresa: Foi regularizado em 2024 o adequado processamento das remunerações fixadas pelo acionista para os membros do Conselho Fiscal.

- viii. Cumprir com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE), na sua redação atual, tendo em consideração que a análise aos documentos de prestação de contas de 2022 (financiamento de curto prazo celebrado a 30 de novembro de 2022) evidencia o incumprimento do RJSPE;

Resposta da empresa: Foi dirigido ao acionista o pedido de ratificação das contratações de financiamentos de curto prazo.

À data de fecho do presente relatório, as contas relativas aos exercícios de 2023 e 2024 ainda não foram objeto de aprovação formal. Esta situação constitui um constrangimento relevante, na medida em que a ausência de contas aprovadas e depositadas inviabiliza o registo comercial dos aumentos de capital realizados, condicionando a plena regularização da situação líquida e da estrutura de capitais próprios da RTP.

c) Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas

Encontram-se em curso as adaptações dos sistemas e procedimentos internos necessárias para assegurar a preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC-AP. Esta transição dá cumprimento ao Decreto-Lei n.º 192/2015 e reflete a deliberação de 17 de fevereiro de 2022, reiterando o estatuto da RTP como entidade pública reclassificada. A adoção plena deste normativo terá efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026, garantindo o rigor e a transparência exigidos ao Setor Público.

No entanto desde 2018 que a empresa submete na plataforma SIRIEF/SISEE da ETF as demonstrações financeiras em SNC-AP. No presente relatório, incluímos capítulo V ponto 3 essas mesmas demonstrações financeiras da RTP de acordo com o referencial SNC-AP. De referir que a empresa testou a materialidade da diferente expressão nesses dois referenciais, SNC e SNC-AP, tendo concluído pela imaterialidade desse diferencial.

d) Recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou da IGF – Autoridade de Auditoria nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado;

Relativamente ao triénio 2023–2025, informa-se que não se registou a ocorrência de ações de auditoria ou fiscalização externa conduzidas pelo Tribunal de Contas (TdC) no âmbito da atividade da Empresa.

No decurso do exercício de 2024, a IGF – Autoridade de Auditoria levou a cabo uma auditoria financeira à execução do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão, abrangendo o período compreendido entre os anos de 2021 e 2023.

O Relatório Final com nº 97/2024 foi emitido em janeiro de 2025. De acordo com o exame efetuado e o exercício do procedimento de contraditório, as principais recomendações são, em síntese, as seguintes:

- i. Alteração do cálculo do investimento: Proceder à revisão do cálculo do investimento, por forma a refletir a capacidade de execução da empresa;
Resposta da Empresa: As atuais referências ao investimento constam da Lei do financiamento do serviço público e do CCSPRT em vigor, e a atual reserva para investimento futuro, apurada no quadro 18 do RCOSPPE, não responde às definições constantes daqueles diplomas, propõe-se que a reserva para investimento futuro seja limitada ao triénio do projeto estratégico em vigor.
- ii. Melhoria dos procedimentos de planeamento das compras: Adotar procedimentos apropriados no planeamento de compras, de modo a tornar o processo mais eficiente e oportuno e reforçar a fundamentação das necessidades nos procedimentos pré-contratuais, designadamente nas aquisições de serviços;
Resposta da Empresa: Reconhece a fragilidade ao nível do planeamento da contratação de serviços. No entanto, está a implementar medidas ao nível da segregação dos recursos dedicados aos diferentes tipos de concursos, aquisição de novas ferramentas de controlo e alteração de alguns processos no *software* de gestão documental de modo a permitir um acompanhamento por parte dos gestores dos contratos.

No decurso do exercício de 2025, a IGF – Autoridade de Auditoria realizou uma auditoria à gestão financeira e de recursos humanos abrangendo o período entre 2018 e 2024. O documento conclusivo deste processo de fiscalização não foi ainda rececionado pela Empresa.

e) Medidas implementadas no âmbito da adaptação progressiva dos sistemas de reporte e dos processos internos, de modo a assegurar que, caso a empresa ainda não se encontre sujeita à obrigação de apresentação do relato de sustentabilidade, venha a cumprir essa exigência nos prazos legalmente estabelecidos pela Diretiva comunitária Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD).

O Relatório de Governo Societário da RTP considera um capítulo específico: IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental, detalhando as ações desenvolvidas em matérias de sustentabilidade.

13. Quadro-síntese do cumprimento das orientações

Sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações.

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento	Indicar Pág. Relatório Gestão
		S/N/N.A.	
1	Execução do PAO		
	Metas a atingir constantes no PAO		
	Volume de Negócios	S	99
	Gastos Operacionais	N	99
	Rácio de Eficiência	S	99
	Variação de endividamento	S	99
	Outras metas de gestão relacionadas com a atividade da empresa	S	99
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	100
	Autorizações Concedidas	S	100
2	Eficiência operacional e gastos operacionais	S	101
3	Recursos humanos e Massa Salarial		
	Indicação da evolução dos RH	S	103
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH (se aplicável)	S	103
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	104
4	Plano de Investimentos	N	105
5	Contratualização de Serviço Público		
	Indicadores, metas e execução	S	107
	Compensações recebidas	S	108
6	Gestão do Risco Financeiro	S	109
7	Limites de Crescimento do Endividamento	S	110
8	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado		
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	N.A.	111
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	111
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado	N.A.	111
	Identificação do(s) Despacho(s) autorizador(es) do excecionamento (se aplicável)	S	111
9	PMP a fornecedores e arrears		
	Evolução do PMP	S	112
	Pagamentos em atraso	S	112
10	Estatuto do Gestor Público		
	Objetivos de gestão ^(a)	N.A.	114
	Artigos 32.º e 33.º do EGP		
	Não utilização de cartão de crédito	S	114
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	114
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	114
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	115
	Despesas não documentadas ou confidenciais	S	115
11	Contratação Pública		
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	116
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.	116
	Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços	S	116
	Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.	116
12	Informação Complementar		
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	117
	Diligências tomadas sobre as recomendações do acionista na última aprovação de contas		
	Recomendações do acionista na última aprovação de contas	S	117
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC		
	Reservas emitidas na última CLC:		
	Implementação da contabilização e relato na norma SNC-AP	N	118
	Auditorias do Tribunal de Contas / IGF – Autoridade de Auditoria (b)		
	Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.	119
	Auditorias da IGF – Autoridade de Auditoria		
	Alteração do cálculo do investimento	S	119
	Melhoria dos procedimentos de planeamento das compras	S	119
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSRD).	S	119
13	Sistematização Informação	S	120

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

Lisboa, 31 de março de 2026

O CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



Nicolau Santos
PRESIDENTE



Hugo Figueiredo
VOGAL



Sónia Alegre
VOGAL

Handwritten text in the top left corner, possibly a signature or initials.



RELATÓRIO
e CONTAS

RTP Rádio
e Televisão
de Portugal

20
125

V.
**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS e ANEXOS**

Handwritten initials and marks in blue ink.

RTP

Rádio
e Televisão
de Portugal

**20
25**

**RELATÓRIO
e CONTAS**

1. Demonstrações financeiras

BALANÇO

	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	128.961.554,37	123.695.506,56
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	6	110.356.071,61	110.236.413,15
Outros investimentos financeiros	7	187.248,29	187.248,29
Activos por impostos diferidos	34	1.178.487,97	1.281.343,51
		240.683.362,24	235.400.511,51
Ativo Corrente			
Inventários	8	22.867.277,84	21.147.191,56
Adiantamentos por conta de compras	8	10.576.869,45	10.234.008,63
Clientes	9	20.057.688,51	17.847.766,25
Outros créditos a receber	10	20.595.786,83	21.930.842,29
Estado e outros entes públicos	11	1.495.887,53	1.845.353,73
Diferimentos	12	1.622.690,56	1.121.088,53
Ativos não correntes detidos para venda	14	-	-
Caixa e depósitos bancários	4	1.269.475,57	2.017.405,71
		78.485.676,29	76.143.656,70
Total do ativo		319.169.038,53	311.544.168,21
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	1.437.073.340,00	1.434.773.340,00
Outros instrumentos de capital próprio	16	123.679.446,35	123.679.446,35
Reservas legais	17	9.268.920,29	9.234.798,27
Outras reservas	17	9.802.089,82	9.802.089,82
Resultados transitados	18	(1.583.400.060,63)	(1.583.260.392,21)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	19	3.107.196,97	1.708.093,43
Resultado líquido do período		(3.968.763,60)	341.220,18
Total do capital próprio		(4.437.830,80)	(3.721.404,16)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	20	7.244.670,43	7.065.269,14
Financiamentos obtidos	21	68.047.408,93	42.297.894,04
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	22	10.813.895,41	12.173.838,75
Outras dívidas a pagar	24	-	-
		86.105.974,77	61.537.001,93
Passivo corrente			
Fornecedores	23	20.628.687,94	23.536.875,08
Adiantamentos de clientes	9	150.279.258,34	150.287.629,92
Estado e outros entes públicos	11	4.171.118,76	3.415.345,53
Provisões	20	-	5.500.000,00
Financiamentos obtidos	21	21.455.237,74	29.363.530,27
Outras dívidas a pagar	24	40.708.846,52	41.402.995,99
Diferimentos	12	257.745,26	222.193,65
		237.500.894,56	253.728.570,44
Total do passivo		323.606.869,33	315.265.572,37
Total do capital próprio e do passivo		319.169.038,53	311.544.168,21

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A CONTABILISTA
CERTIFICADA



Cláudia Neves

O CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



Nicolau Santos
PRESIDENTE

Hugo Figueiredo
VOGAL



Sónia Alegre
VOGAL

O DIRETOR
FINANCEIRO



Hugo Rosado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	25	236.880.767,15	236.149.824,99
Subsídios à exploração	26	279.303,03	228.823,99
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	27	(79.568.688,05)	(79.816.478,44)
Fornecimentos e serviços externos	28	(40.291.089,98)	(39.552.049,92)
Gastos com o pessoal	29	(106.596.337,42)	(101.708.004,45)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	30	(144.650,10)	(517.179,43)
Provisões (aumentos/ reduções)	30	(1.108.660,85)	(753.905,74)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/ reversões)	30	1.729,03	-
Outros rendimentos	31	636.429,57	1.471.859,15
Outros gastos	32	(2.742.562,50)	(2.761.174,42)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.346.239,88	12.741.715,73
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	30	(6.819.803,71)	(7.286.113,94)
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	30	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		526.436,17	5.455.601,79
Juros e rendimentos similares obtidos	33	-	53.856,85
Juros e gastos similares suportados	33	(3.877.344,23)	(4.485.566,14)
Resultado antes de impostos		(3.350.908,06)	1.023.892,50
Imposto sobre o rendimento do período	34	(617.855,54)	(682.672,32)
Resultado líquido do período		(3.968.763,60)	341.220,18

O prejuízo por ação fixou-se em 0,0138 €, refletindo o desempenho líquido negativo do exercício de 2025. (Nota 13)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A CONTABILISTA
CERTIFICADA



Cláudia Neves

O CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



Nicolau Santos
PRESIDENTE

Hugo Figueiredo
VOGAL



Sónia Alegre
VOGAL

O DIRETOR
FINANCEIRO



Hugo Rosado

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Unid.: €

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmittidos	Ajustamentos /Outras variações Capital Próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2024	1.434.773.340,00	123.679.446,35	8.988.162,12	9.802.089,82	(1.584.871.460,28)	1.587.793,71	2.466.361,47	(3.574.266,81)
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital								
Aplicação de resultados do exercício anterior					2.219.725,32		(2.466.361,47)	-
Ganhos/(Perdas) actuariais			246.636,15		(608.657,25)			(608.657,25)
Outras operações						120.299,72		120.299,72
Resultado líquido do período								
A 31 de dezembro de 2024	1.434.773.340,00	123.679.446,35	9.234.798,27	9.802.089,82	(1.583.260.392,21)	1.708.093,43	341.220,18	341.220,18
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital (Nota 15)								
Aplicação de resultados do exercício anterior					307.098,16		(341.220,18)	2.300.000,00
Ganhos/(Perdas) actuariais (Nota 22)			34.122,02		(446.766,58)			(446.766,58)
Outras operações						1.398.103,54		1.398.103,54
Resultado líquido do período								
A 31 de dezembro de 2025	1.437.073.340,00	123.679.446,35	9.268.920,29	9.802.089,82	(1.583.400.060,63)	3.107.196,97	(3.968.763,60)	(4.437.830,80)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A CONTABILISTA
CERTIFICADA


Cláudia Neves

O CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO


Nicolau Santos
PRESIDENTE


Hugo Figueiredo
VOGAL

Sónia Alegre
VOGAL

O DIRETOR
FINANCEIRO


Luís Rosado

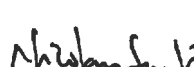
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unid: €

	PERÍODOS	
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	254.497.376,19	249.994.583,32
Pagamentos a fornecedores	(142.297.142,70)	(136.629.099,49)
Pagamentos ao pessoal	(102.451.584,11)	(89.928.428,32)
Caixa gerada pelas operações	9.748.649,38	23.437.055,51
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	(217.235,92)	(482.853,28)
Outros recebimentos/ pagamentos	(12.915.347,56)	(16.352.032,44)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(3.383.934,10)	6.602.169,79
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(14.687.411,29)	(7.460.469,45)
Ativos intangíveis	(252.477,18)	(102.043,13)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	12.293,00	2.020,24
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	1.729,03	-
Subsídios ao investimento	1.451.281,66	150.000,00
Juros e rendimentos similares	-	54.341,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(13.474.584,78)	(7.356.151,34)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	34.144.444,27	8.100.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	2.300.000,00	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(16.303.221,91)	(8.102.198,81)
Juros e gastos e similares	(4.030.633,62)	(4.551.996,00)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	16.110.588,74	(4.554.194,81)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(747.930,14)	(5.308.176,36)
Efeitos das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.017.405,71	7.325.582,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.269.475,57	2.017.405,71
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	268.469,90	270.329,38
Depósitos bancários	1.001.005,67	1.747.076,33
	1.269.475,57	2.017.405,71

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A CONTABILISTA
CERTIFICADA

Cláudia Neves
O CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

Nicolau Santos
PRESIDENTE


Hugo Figueiredo
VOGAL
O DIRETOR
FINANCEIRO

Sónia Alegre
VOGAL


Hugo Rosado

2. Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

A Rádio e Televisão de Portugal, SA. (referida neste documento como “RTP” ou “Empresa”), com sede em Lisboa, resulta da Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 39/2014, de 9 de julho, na qual foram publicados os estatutos e a forma de realização de capital.

A Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro veio consagrar a fusão de várias empresas do mesmo grupo numa única empresa, a RTP - Radio e Televisão de Portugal, S.A., que foi originalmente constituída em 1955 sob a designação RTP - Radiotelevisão Portuguesa, S.A.R.L., iniciando as suas emissões regulares em 7 de março de 1957, e a RDP - Radiodifusão Portuguesa, S.A.R.L., originalmente fundada em 1935, com a designação Emissora Nacional.

Sendo uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, o seu capital encontra-se dividido em ações com valor nominal de 5 euros cada. As ações são nominativas, não podendo ser convertidas em ações ao portador.

O capital social da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. tem sido reforçado através de dotações de capital, ao abrigo do Acordo de Reestruturação Financeira celebrado com o Estado Português em 22 de setembro de 2003. No âmbito deste compromisso, registaram-se aumentos de capital de 10,4 milhões de euros em 2017, 2 milhões de euros em 2022 e 2,3 milhões de euros em 2025.

A Empresa, tem como objeto principal a prestação do serviço público de rádio e de televisão, nos termos das Leis da Rádio e da Televisão e do contrato de concessão de serviço público, podendo desenvolver quaisquer atividades, industriais ou comerciais, relacionadas com a atividade de rádio e de televisão, desde que não comprometam ou afetem a prestação do serviço público de rádio e de televisão.

As atividades que se enquadram nesse âmbito são:

- a) Exploração da atividade publicitária, nos termos do referido contrato de concessão;
- b) Produção e disponibilização ao público de bens relacionados com a atividade de rádio ou de televisão, nomeadamente programas e publicações;
- c) Prestação de serviços de consultoria técnica, de formação profissional e cooperação com outras entidades, nacionais ou estrangeiras, especialmente com entidades congéneres dos países de expressão portuguesa;
- d) Participação na produção de obras cinematográficas e audiovisuais.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 31 de março de 2026. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a atividade da RTP, bem como a sua posição e desempenho financeiro e de fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou e republicou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos Avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de junho, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas foram também alterados, respetivamente, pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho e Declaração de Retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro e pela Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho e Declaração de Retificação n.º 41-A/2015, de 21 de setembro.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designada genericamente por “NCRF” ou “SNC”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela RTP, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência e nas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.21.

O prolongamento do conflito armado entre a Federação Russa e a Ucrânia, aliado à atual conjuntura internacional e às sucessivas intervenções de política monetária por parte dos bancos centrais, mantém um cenário de incerteza. Prevê-se a persistência de pressões inflacionistas e de volatilidade nos mercados financeiros, com particular incidência na evolução das taxas de juro, o que poderá condicionar os custos de financiamento da Empresa.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, e não obstante a Empresa apresentar capital próprio negativo, sendo-lhe aplicáveis as disposições dos Artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, nomeadamente o suporte do acionista, bem como linhas de crédito disponíveis e não utilizadas (Nota 21), não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Por força do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, a empresa teria de apresentar concomitantemente as contas expressas no referencial contabilístico SNC-AP. Por ter fundadas dúvidas sobre esta obrigação, suportadas também em pareceres externos, a RTP solicitou ao acionista esclarecimento sobre a aplicabilidade dessa disposição legal, o que veio a ser confirmado recentemente. No entanto, desde 2018 que a empresa submete na plataforma SIRIEF da DGTF as demonstrações financeiras em SNC-AP, razão pela qual se inclui no capítulo X essas mesmas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o referencial SNC-AP. De referir que a empresa avaliou a materialidade da diferente expressão nesses dois referenciais, SNC e SNC-AP, tendo concluído pela imaterialidade desse diferencial.

Encontram-se em curso as adaptações dos sistemas e procedimentos internos necessárias para assegurar a preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC-AP. A adoção plena deste normativo terá efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026, garantindo o rigor e a transparência exigidos ao Setor Público.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, que também são apresentados, para efeitos de comparação nas presentes demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

3.1 Conversão cambial

i) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de outros ganhos ou perdas operacionais.

ii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

COTAÇÕES DE MOEDA ESTRANGEIRA

Moeda	Sigla	2025	2024
Dólar Canadano	CAD	1,6088	1,4948
Franco Suíço	CHF	0,9314	0,9412
Escudo Cabo-Verdiano	CVE	110,2650	110,2650
Libra Esterlina	GBP	0,8726	0,8292
Rúpia - Indonésia	IDR	-	16,8209
Metical - Moçambique	MZN	74,3400	-
Coroa norueguesa	NOK	-	11,7950
Dobra de São Tomé e Príncipe	STN	24,5000	-
Dólar Americano	USD	1,1750	1,0389
Franco CFA Guiné	XOF	655,9570	655,9570

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo puder ser fiavelmente medido. A quantia escriturada da parte substituída não é reconhecida no Balanço.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de ativos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Ferramentas	5
Equipamento administrativo	8
Outras activos tangíveis	10

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos Ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

3.3 Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme os parágrafos abaixo:

RECONHECIMENTO INICIAL

i) Arquivo audiovisual

O montante reconhecido corresponde ao valor residual do Arquivo Audiovisual conforme divulgado na nota 6 do Anexo.

ii) Programas de computador e *software*

O *software* identificável e separável dos respetivos Ativos fixos tangíveis é registado como intangível na rubrica de programas de computador e *software*.

RECONHECIMENTO SUBSEQUENTE

A RTP valoriza os seus Ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, ao custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um Ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

AMORTIZAÇÃO

A RTP determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo.

ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL FINITA

Os Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são amortizados num período máximo de 10 anos, sendo sujeitos a testes de imparidade apenas quando existam indícios de imparidade.

O Arquivo audiovisual configura um ativo com vida útil indefinida, o qual detém um valor residual de 110 milhões de euros garantido pelo Estado conforme divulgado na Nota 6.

3.4 Propriedades de investimento

As Propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição líquido de perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

3.5 Imparidade de ativos não correntes

A RTP realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

3.6 Ativos financeiros

A Empresa determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/ mensurados:

- (a) ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A RTP classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem financiamentos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A RTP classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A RTP avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a RTP reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A Empresa cessa o reconhecimento de ativos financeiros assim que os direitos aos seus fluxos de caixa se extinguem. O mesmo ocorre quando os ativos são transferidos para terceiros, passando também para estes todos os riscos e benefícios associados à sua titularidade.

3.7 Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados, quando contratados, são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados e do seu enquadramento nas relações de cobertura tipificadas na NCRF 27. Outras relações de cobertura económica não previstas têm de ser registadas como instrumentos financeiros derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de custos ou proveitos financeiros.

Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo ("fair value hedge"), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade ("cash flow hedge"), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada diretamente em resultados no momento da sua ocorrência.

3.8 Inventários e direitos de transmissão de programas

Os inventários são valorizados ao menor de entre o custo de produção (ou de aquisição, conforme aplicável) e o valor líquido de realização. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O valor líquido de realização é determinado com base nas expectativas de benefícios futuros apurados de acordo com a experiência e melhores expectativas da Empresa. O custeio é determinado com base no método do custo específico.

A diferença entre o custo e o valor líquido de realização das existências ou dos direitos de transmissão, no caso deste último ser inferior ao primeiro, é considerada como uma perda de imparidade (Nota 8).

Os direitos de transmissão de programas são reconhecidos na data de início dos mesmos sempre que, cumulativamente, se verificarem as seguintes condições:

- Os custos associados à aquisição sejam conhecidos ou possam ser estimados com fiabilidade;
- Os programas tenham sido aceites pela RTP, de acordo com as condições contratuais; e
- Estejam disponíveis para exibição.

Entre a assinatura do contrato para a aquisição dos direitos de transmissão e encomendas de programas e o seu reconhecimento inicial em balanço, os mesmos são divulgados como compromissos assumidos não registados em balanço (Nota 35). Eventuais adiantamentos realizados durante este período são reconhecidos no balanço na rubrica de Adiantamentos por conta de compras.

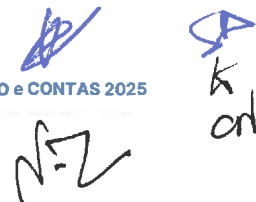
O custo dos direitos de transmissão ou de aquisição de programas é integralmente reconhecido na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas da demonstração dos resultados, aquando da primeira emissão.

3.9 Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade destes ativos são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação que originou. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Perdas por imparidade - Dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.10 Caixa e depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e na elaboração dos fluxos de caixas não são considerados como Caixa e equivalentes de caixa.



3.11 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.12 Passivos financeiros

A Empresa determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) ao custo menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A RTP classifica e mensura ao custo amortizado os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A RTP procede ao desreconhecimento de um passivo financeiro, ou de parte deste, apenas quando a respetiva obrigação contratual se extingue, nomeadamente quando esta é liquidada, cancelada ou caduca.

3.13 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a RTP possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por mais de doze meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.14 Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

3.15 Benefícios pós-emprego

A RTP concede através de uma apólice de seguro de capitalização, complementos de reforma/pensões, na forma de plano de contribuição definida aos seus empregados e ainda pensões de sobrevivência e complementos de reforma a um grupo fechado de ex-funcionários, assegurando aos seus empregados, pensionistas e reformados um plano de assistência médica.

RESPONSABILIDADES COM COMPLEMENTOS DE REFORMA/PENSÕES E SOBREVIVÊNCIA

Os complementos de reforma/pensões e sobrevivência atribuídos a um grupo fechado de reformados e pensionistas, constituem um plano de benefícios definidos que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica de acordo com os critérios aplicáveis.

As responsabilidades com o pagamento das prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço.

RESPONSABILIDADES COM ASSISTÊNCIA MÉDICA

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica para com reformados e pensionistas integrados no plano, constituem um plano de benefícios definidos que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica de acordo com os critérios aplicáveis.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades com o plano de assistência médica são idênticos ao referido para o plano de pensões acima referido.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Em 2005, a Empresa estabeleceu um seguro de capitalização de contribuições definidas em benefício dos seus empregados. Este plano, gerido por uma entidade seguradora

externa, é financiado através de contribuições mensais da RTP, calculadas com base numa percentagem da remuneração fixa dos trabalhadores.

RECONHECIMENTO DOS DESVIOS ATUARIAIS

Os desvios atuariais resultam de ajustamentos de experiência e alterações nos pressupostos atuariais.

A RTP reconhece todos os ganhos e perdas atuariais apurados, de todos os planos em vigor, diretamente nos resultados transitados em capitais próprios.

3.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a RTP tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) é provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

A cada data do balanço é avaliado o montante pelo qual a obrigação está registada, bem como a ocorrência de novos factos que possam levar a i) alterações nas obrigações passíveis de registo em balanço ou ii) nas divulgações constantes nas Notas.

3.17 Subsídios e apoios do Governo

A RTP reconhece os subsídios obtidos do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio - Outras variações de capital próprio, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.18 Locações

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais a RTP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise, de uma ou mais situações particulares do contrato, aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor valor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada

um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor período de vida útil do ativo ou período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato ou não pretende exercer a opção de compra, ou pelo período de vida útil estimado quando tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.19 Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, podendo haver lugar ao uso de estimativas.

3.20 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da RTP. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

O rédito da venda de produtos e serviços é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a RTP; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

As principais tipologias de rédito da RTP são:

- **Publicidade**

A venda de espaço para publicidade é composta na sua maioria pela emissão de spots publicitários de terceiros que contratam o espaço publicitário à RTP. De realçar também a publicidade institucional, os patrocínios de marcas a eventos televisivos ou o *soft sponsoring* como atividades geradoras de rédito nesta área.

Os montantes são reconhecidos na demonstração dos resultados, deduzidos dos respetivos descontos comerciais, após inserção do respetivo anúncio na grelha de programação e transmissão do mesmo.

- **Distribuição**

Este montante respeita à entrega do sinal dos canais da RTP a operadores de televisão por cabo ou satélite, tanto nacionais como internacionais. O montante do rédito é reconhecido no mês em que o sinal é disponibilizado aos operadores de televisão, sendo calculado com base nos montantes contratuais ou nas leituras recebidas referentes aos assinantes dos canais.

- **Contribuição para o audiovisual**

A Contribuição para o Audiovisual (CAV) trata-se do imposto consignado por Lei à RTP como contrapartida do serviço público prestado. A CAV é devida mensalmente pelos consumidores de eletricidade e é cobrada pelos distribuidores/comercializadores de energia elétrica aos seus consumidores em cada fatura emitida. O valor a receber pela

RTP corresponde ao valor da CAV cobrado pelas distribuidoras/comercializadoras reconhecido no período respetivo, de acordo com a melhor estimativa da Empresa, formulada com base na informação transmitida pelas distribuidoras/comercializadoras de energia elétrica.

- **Serviços de produção**

O valor dos serviços de produção refere-se aos serviços prestados pela Empresa na produção técnica de programas e cujas restantes componentes de produção são na sua maioria da responsabilidade de terceiros. O montante é reconhecido em proveitos após a prestação do serviço de produção de programas.

- **Comparticipação em programas**

Nesta rubrica encontram-se os valores relativos ao recebimento de verbas relativas à transmissão de programas, em que é acordado com entidades terceiras a repartição do respetivo custo de produção. O montante é reconhecido como rédito após ter sido concluída a produção e emissão dos respetivos programas.

3.21 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

- **Provisões**

A RTP analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- **Pressupostos atuariais**

A determinação das responsabilidades com complementos e pensões de reforma e assistência médica requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, à idade legal de reforma e às tabelas de mortalidade.

- **Ativos tangíveis e intangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os ativos em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

• **Imparidade de ativos**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da RTP, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

• **Justo valor de ativos e passivos financeiros**

Para determinar o justo valor de um ativo ou passivo financeiro para o qual exista um mercado ativo, a Empresa utiliza o respetivo valor de mercado. Nos casos em que não existe um mercado ativo, recorre-se a técnicas de avaliação geralmente utilizadas no mercado e com base em pressupostos de mercado.

A Empresa utiliza técnicas de avaliação para instrumentos financeiros não cotados, nomeadamente para os instrumentos financeiros derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos disponíveis para venda. Os modelos de avaliação que são utilizados com maior frequência são os de fluxos de caixa descontados e de opções, incorporando, por exemplo, taxas de juro, taxas de câmbio, preço de matérias-primas e as curvas de volatilidade de mercado.

• **Descontos de contas a pagar e a receber**

O cálculo do desconto de uma conta a pagar ou a receber implica a utilização de uma taxa de juro adequada à natureza do fluxo em causa bem como a assunção de que os prazos contratualizados serão cumpridos. Alterações em qualquer destes parâmetros poderão conduzir a valores diferentes dos apurados.

• **Rédito**

O registo do rédito é efetuado com base na informação contratual ou informação histórica ao nível dos ("fees") de distribuição, e no caso da Contribuição para o Audiovisual com base na melhor estimativa do valor a ser faturado e cobrado pelas distribuidoras/comercializadoras de eletricidade, suportada pela informação fornecida por essas mesmas empresas.

4. Fluxos de caixa

DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2025	2024
Caixa	268.469,90	270.329,38
Depósitos bancários à ordem	1.001.005,67	1.747.076,33
Caixa e equivalentes de caixa	1.269.475,57	2.017.405,71

Unid: €

5. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados em rubricas do Ativo fixo tangível foram como segue:

Unid: €

2024	Terrenos e recursos naturais	Ed e outras construções	Eq básico	Eq transporte	Eq administrativo	Ferramentas e outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso e adiantamentos	Total
Saldo Inicial	50.279.570,08	121.118.612,23	198.726.925,84	2.390.930,33	19.426.243,07	3.020.108,49	319.916,79	395.282.306,83
Aumentos	-	357.927,40	2.989.050,61	217.979,80	194.132,01	33.986,62	2.882.214,82	6.675.291,26
Reavaliações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(357.088,35)	-	(27.916,91)	(1.983,93)	-	(386.989,19)
Transferências	-	189.166,26	17.745,00	79.728,00	-	-	(286.639,26)	-
Abates	-	(77.741,79)	(3.834.500,67)	-	(263.931,03)	(6.815,12)	-	(4.182.988,61)
Transferências de/para ativos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de/para Propriedades Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra regularizações / transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	50.279.570,08	121.587.964,10	197.542.152,43	2.688.638,13	19.328.527,14	3.045.296,06	2.915.492,35	397.387.640,29
Amortizações e perdas por imparidade								
Saldo inicial	8.466.509,61	54.514.284,64	184.867.513,33	2.116.014,36	18.701.136,18	2.460.492,93	-	271.125.951,05
Aumentos	-	2.294.331,50	4.529.585,42	84.370,49	170.021,46	54.123,27	-	7.132.432,14
Reavaliações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(334.568,19)	-	(27.320,28)	(1.983,93)	-	(363.872,40)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(75.978,13)	(3.856.183,96)	-	(263.419,85)	(6.815,12)	-	(4.202.377,06)
Transferências de/para ativos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de/para Propriedades Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas/Ganhos por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	8.466.509,61	56.732.638,01	185.206.366,60	2.200.384,85	18.580.417,51	2.505.817,15	-	273.692.133,73
Em 1 de janeiro de 2024	41.813.060,47	66.604.327,59	13.859.412,51	274.915,97	725.106,89	559.615,56	319.916,79	124.156.355,78
Em 31 de dezembro de 2024	41.813.060,47	64.855.326,09	12.335.785,83	488.253,28	748.109,63	539.478,91	2.915.492,35	123.695.506,58

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os movimentos registados em rubricas do Ativo fixo tangível foram como segue:

Unid: €

2025	Terrenos e recursos naturais	Ed e outras construções	Eq básico	Eq transporte	Eq administrativo	Ferramentas e outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso e adiantamentos	Total
Saldo Inicial	50.279.570,08	121.587.964,10	197.542.152,43	2.688.638,13	19.328.527,14	3.045.296,06	2.915.492,35	397.387.640,29
Aumentos	-	5.459.320,72	4.175.675,48	355.923,25	122.420,27	42.737,25	1.834.900,62	11.990.977,59
Reavaliações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(30.127,42)	-	-	-	-	(30.127,42)
Transferências	-	204.288,22	1.515.620,18	460.710,88	-	-	(2.239.815,34)	(59.196,06)
Abates	-	(20.818,09)	(1.274.492,94)	-	(40.747,76)	-	-	(1.336.058,79)
Transferências de/para ativos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de/para Propriedades Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra regularizações / transferências	-	215.065,14	-	-	31.134,00	(28.384,00)	(217.815,14)	-
Saldo final	50.279.570,08	127.445.820,09	201.928.827,73	3.505.272,26	19.441.333,65	3.059.649,31	2.292.762,49	407.953.235,61
Amortizações e perdas por imparidade								
Saldo inicial	8.466.509,61	56.732.638,01	185.206.366,60	2.200.384,85	18.580.417,51	2.505.817,15	-	273.692.133,73
Aumentos	-	2.312.184,85	3.929.025,32	176.664,40	187.621,07	52.803,66	-	8.658.399,30
Reavaliações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(23.461,00)	-	-	-	-	(23.461,00)
Transferências	-	(55,00)	-	-	28.439,00	(28.384,00)	-	-
Abates	-	(20.818,09)	(1.274.074,57)	-	(40.498,13)	-	-	(1.335.390,79)
Transferências de/para ativos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de/para Propriedades Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas/Ganhos por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	8.466.509,61	59.023.949,77	187.837.856,35	2.377.049,25	18.755.979,45	2.530.336,81	-	278.981.681,24
Em 1 de janeiro de 2025	41.813.060,47	64.855.326,09	12.335.785,83	488.253,28	748.109,63	539.478,91	2.915.492,35	123.695.506,58
Em 31 de dezembro de 2025	41.813.060,47	68.421.870,32	14.090.971,38	1.128.223,01	685.354,20	529.312,50	2.292.762,49	128.961.554,37

Os valores incluídos na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis em Curso referem-se a:

	Unid: €	
	2025	2024
Diversos	2.292.762,49	2.915.492,35
	2.292.762,49	2.915.492,35

Os valores do ativo em curso em 2025 encontram-se distribuídos do seguinte modo:

- 48,22% - Ativos adquiridos ao abrigo do PRR para as instalações de Lisboa
- 26,50% - Ativos adquiridos ao abrigo do PRR para as instalações de Porto
- 13,60% - Projeto "Casa de Notícias"
- 6,20% - Sistema AVAC no CRM
- 5,48% - Outros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor líquido dos Ativos fixos tangíveis, adquiridos sobre o regime de locação financeira, é como segue:

	Unid: €	
	2025	2024
Valor inicial líquido	44.116.979,87	45.773.590,47
Amortizações de capital do período	(1.888.407,11)	(1.656.610,60)
	42.228.572,76	44.116.979,87

Bens adquiridos em regime de locação financeira

	Unid: €	
	2025	2024
Terrenos e recursos naturais	24.000.000,00	24.000.000,00
Edifícios e outras construções	30.677.625,00	31.582.125,00
	54.677.625,00	55.582.125,00

As depreciações dos Ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica gastos de depreciação e de amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

Relativamente a terrenos e edifícios, são de salientar, as seguintes situações, sobretudo pela existência de edifícios situados em terrenos que ainda não se encontram registados em nome da RTP.

CENTRO REGIONAL DA MADEIRA

A RTP é proprietária, de forma pública do edifício situado em Sítio da Madalena, Madeira, destinado ao Centro de Produção Regional, descrito na Conservatória do Registo Predial do Funchal sob o n.º 858 da freguesia de Santo António e inscrito na matriz urbana sob o artigo 8892 da mesma freguesia e concelho, a favor da Região Autónoma da Madeira.

A RTP na qualidade de proprietária do edifício continua a efetuar todas as diligências necessárias junto da Câmara Municipal do Funchal, para finalizar o processo de emissão da licença de utilização do edifício e simultaneamente a desenvolver todas as diligências legais por forma a concluir a regularização matricial e registar a seu favor e com a colaboração do Governo Regional da Madeira.

6. Ativos Intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se ao Arquivo audiovisual da RTP e ao *software* adquirido para suporte das atividades da Empresa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados em rubricas de Ativos intangíveis foram como segue:

Unid: €

2024	Progr computador software	Arquivo Audiovisual	Ativos fixos intangíveis em curso e adiantamentos	Outras imob. Incorporeas	Total
Saldo Inicial	9.507.514,71	110.000.000,00	-	52.098,00	119.559.612,71
Aumentos	177.786,00	-	-	-	177.786,00
Reavaliações	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Transferências de/para Ativos detidos p/venda	-	-	-	-	-
Transferências de/para Propriedades investimento	-	-	-	-	-
Outra regularizações/transferências	-	-	-	-	-
Saldo final	9.685.300,71	110.000.000,00	-	52.098,00	119.737.398,71
Amortizações e perdas por imparidade					
Saldo inicial	9.334.568,69	-	-	12.735,07	9.347.303,76
Aumentos	151.945,20	-	-	1.736,60	153.681,80
Reavaliações	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Transferências de/para Ativos detidos p/venda	-	-	-	-	-
Transferências de/para Propriedades investimento	-	-	-	-	-
Perdas/Ganhos por imparidade	-	-	-	-	-
Saldo final	9.486.513,89	-	-	14.471,67	9.500.985,56
Em 1 de janeiro de 2024	172.946,02	110.000.000,00	-	39.362,93	110.212.308,95
Em 31 de dezembro de 2024	198.786,82	110.000.000,00	-	37.626,33	110.236.413,15

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os movimentos registados em rubricas de Ativos intangíveis foram como segue:

Unid: €

2025	Progr computador software	Arquivo Audiovisual	Ativos fixos intangíveis em curso e adiantamentos	Outras Imob. Incorporadas	Total
Saldo Inicial	9.685.300,71	110.000.000,00	-	52.098,00	119.737.398,71
Aumentos	221.866,81	-	-	-	221.866,81
Reavaliações	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	59.196,06	-	-	-	59.196,06
Abates	(273.868,00)	-	-	-	(273.868,00)
Transferências de/para Ativos detidos p/venda	-	-	-	-	-
Transferências de/para Propriedades investimento	-	-	-	-	-
Outra regularizações/transferências	-	-	-	-	-
Saldo final	9.692.495,58	110.000.000,00	-	52.098,00	119.744.593,58
Amortizações e perdas por imparidade					
Saldo inicial	9.486.513,89	-	-	14.471,67	9.500.985,56
Aumentos	159.667,81	-	-	1.736,60	161.404,41
Reavaliações	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Abates	(273.868,00)	-	-	-	(273.868,00)
Transferências de/para Ativos detidos p/venda	-	-	-	-	-
Transferências de/para Propriedades investimento	-	-	-	-	-
Perdas/Ganhos por imparidade	-	-	-	-	-
Saldo final	9.372.313,70	-	-	16.208,27	9.388.521,97
Em 1 de janeiro de 2025	198.786,82	110.000.000,00	-	37.826,33	110.236.413,15
Em 31 de dezembro de 2025	320.181,88	110.000.000,00	-	35.889,73	110.356.071,61

No âmbito do Acordo de Reestruturação Financeira estabelecido entre a RTP e o Estado Português em 2003, foi atribuído um valor residual ao ativo intangível relacionado com o Arquivo Audiovisual de 110 milhões de euros. Neste enquadramento, a RTP não se encontra a reconhecer amortizações sobre o referido ativo na medida que o valor líquido contabilístico do mesmo é igual ao seu valor residual.

Foi estabelecido naquele Acordo que o Estado Português se comprometia a adquirir à RTP o Arquivo Audiovisual, por um valor entre 110 e 150 milhões de euros, tendo o Estado Português pago em 2011, como adiantamento por conta dessa venda, 150 milhões de euros. Face a este acordo de venda, o Conselho de Administração da RTP concluiu não existirem perdas por imparidade a registar, sendo que esta análise foi realizada tendo por base o valor de venda e não o valor de uso. A RTP já propôs ao Estado Português a conversão para resultados transitados deste valor, dado tal ter enquadramento legal nas decisões da Comissão Europeia de 2006 e 2011, ser a solução menos onerosa para o acionista e atendendo à enorme relevância deste arquivo para o cumprimento das obrigações de Serviço Público.

Caso se venha a verificar esta situação, a RTP volta a realizar uma análise de imparidade ao valor registado do arquivo audiovisual.

7. Outros investimentos financeiros

No final de 2025 e 2024, as participações financeiras detidas pela Empresa eram conforme descrito abaixo:

	% detida	2025	2024
			Unid: €
Cooperativa do pessoal da TAP	(a)	99,76	99,76
NP - Noticias de Portugal Coop. Inform.	8,00%	12.469,94	12.469,94
Euronews Editorial	0,62%	248.011,88	248.011,88
Europe News Operations	1 acção	12,67	12,67
LUSA - Agência de Notícias de Portugal, SA	0,00%	-	4.538,56
		260.594,25	265.132,81
Perdas por imparidade acumuladas		(260.594,25)	(265.132,81)
		-	-

(a) Não estão disponíveis dados

A empresa Cooperativa do pessoal da TAP encontra-se em processo de liquidação.

No decurso do exercício de 2025, procedeu-se à alienação integral da participação financeira detida pela RTP na Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., ao Estado Português.

A evolução das participações financeiras segue a disposição conforme descrito abaixo:

	Empresa A (a)	Empresa B (8%)	Empresa C (0,62%)	Empresa D (1 acção)	Empresa E (0,03%)	Total
						Unid: €
1 de janeiro de 2024	-	-	-	-	4.538,56	4.538,56
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	4.538,56	4.538,56
1 de janeiro de 2025	-	-	-	-	4.538,56	4.538,56
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	(2.809,53)	(2.809,53)
Alienações	-	-	-	-	(1.729,03)	(1.729,03)
31 de dezembro de 2025	-	-	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor dos outros investimentos financeiros é como segue:

	2025	2024
		Unid: €
Fundo de garantia compensação do trabalho	187.248,29	187.248,29
	187.248,29	187.248,29

8. Inventários e Adiantamentos por conta de compras

O detalhe de Inventários e Adiantamentos por conta de compras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	2025	2024
Unid: €		
<u>Valor bruto:</u>		
Direitos de transmissão e programas adquiridos	21.893.199,31	19.904.612,79
Outros	974.078,53	1.242.578,77
<u>Ajustamentos no valor de realização:</u>		
Direitos de transmissão	-	-
	22.867.277,84	21.147.191,56
Adiantamentos por conta de compras	10.576.869,45	10.234.008,63
	10.576.869,45	10.234.008,63
Valor líquido dos direitos de transmissão, programas adquiridos e adiantamentos por conta de compras	33.444.147,29	31.381.200,19

O detalhe do valor líquido dos direitos de transmissão e programas adquiridos a 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	RTP 1	RTP 2	RTP África	RTP Internacional	RTP Açores	RTP Madeira	RTP Notícias	RTP Memória	TOTAL
Recreativos	1.848.125,02	131.146,50	50.000,00	-	275,00	125,00	1.100,00	-	2.030.771,52
Ficção Nacional	9.382.111,24	2.206.470,00	-	-	-	-	-	-	11.588.581,26
Documentais e Divulgação Cultural	1.396.132,34	2.252.906,60	16.900,00	40.000,00	8.000,00	-	57.600,00	-	3.771.538,94
Infantis e Juvenis	-	529.495,51	-	-	-	-	-	-	529.495,51
Musicais	-	83.950,00	-	-	-	-	-	-	83.950,00
Ficção Estrangeira	309.919,00	1.131.943,61	-	-	-	-	-	458.412,95	1.900.275,56
	12.936.287,60	6.335.912,22	66.900,00	40.000,00	8.275,00	125,00	58.700,00	458.412,95	19.904.612,79

O detalhe do valor líquido dos direitos de transmissão e programas adquiridos a 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	RTP 1	RTP 2	RTP África	RTP Internacional	RTP Açores	RTP Madeira	RTP Notícias	RTP Memória	TOTAL
Recreativos	1.070.417,02	102.050,00	-	-	-	-	-	-	1.172.467,02
Ficção Nacional	11.516.392,30	2.509.966,66	-	-	-	-	-	-	14.026.358,96
Documentais e Divulgação Cultural	1.296.290,00	3.252.606,44	31.270,00	-	3.000,00	-	93.340,00	-	4.676.506,44
Infantis e Juvenis	-	150.712,21	-	-	-	-	-	-	150.712,21
Musicais	-	121.034,00	-	-	-	-	-	-	121.034,00
Ficção Estrangeira	508.880,87	1.099.671,81	-	-	-	-	-	137.568,00	1.746.120,68
	14.391.980,19	7.236.041,12	31.270,00	0,00	3.000,00	0,00	93.340,00	137.568,00	21.893.199,31

O detalhe dos adiantamentos por conta de compras a 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Unid: €							Total
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2039	
Desporto	3.596.454,96	139.473,69	1.052,62	-	165.263,17	13.815,78	-	3.916.060,22
Recreativos	462.207,58	-	-	-	-	-	-	462.207,58
Ficção Nacional	3.899.550,00	1.133.250,00	-	-	-	-	-	5.032.800,00
Documentais e Divulgação Cultural	126.050,00	20.000,00	200.000,00	-	-	-	-	346.050,00
Infantis e Juvenis	6.702,57	-	-	-	-	-	-	6.702,57
Musicais e Eruditos	16.582,01	5.140,67	-	-	-	-	-	21.722,68
Ficção Estrangeira	38.224,00	-	-	-	-	-	-	38.224,00
Informação Não Diária	11.167,87	-	-	-	-	-	-	11.167,87
Cenários	61.832,78	50.604,59	39.291,26	33.323,73	19.370,66	18.370,67	174.336,03	398.129,72
Rádio	943,99	-	-	-	-	-	-	943,99
Total	8.219.715,76	1.348.468,95	240.343,88	33.323,73	184.633,83	33.186,45	174.336,03	10.234.008,83

O detalhe dos adiantamentos por conta de compras a 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	Unid: €							Total
	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2039		
Desporto	1.746.891,00	60.090,73	368.421,05	228.421,06	17.499,99	-	-	2.421.323,83
Recreativos	420.880,96	-	-	-	-	-	-	420.880,96
Ficção Nacional	5.294.446,00	877.500,00	-	-	-	-	-	6.171.946,00
Documentais e Divulgação Cultural	249.914,54	84.480,00	0,00	0,00	0,00	-	-	334.394,54
Infantis e Juvenis	52.247,25	-	-	-	-	-	-	52.247,25
Musicais e Eruditos	25.702,13	270,56	-	-	-	-	-	25.972,69
Ficção Estrangeira	90.000,00	-	-	-	-	-	-	90.000,00
Cenários	170.051,85	115.252,13	109.284,60	60.412,16	60.412,16	543.709,53	-	1.059.122,44
Rádio	981,75	-	-	-	-	-	-	981,75
Total	8.051.115,48	1.137.593,42	477.705,65	288.833,22	77.912,15	543.709,53	-	10.576.869,46

IMPARIDADE DE INVENTÁRIOS

Não houve imparidades de inventários no decorrer do exercício de 2025.

9. Clientes e Adiantamentos de clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a decomposição da rubrica de Clientes e Adiantamentos de clientes é como se segue:

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes nacionais	19.297.771,67	-	19.297.771,67	16.595.679,16	-	16.595.679,16
Clientes intracomunitários	432.868,30	-	432.868,30	698.468,45	-	698.468,45
Clientes extracomunitários	327.048,54	-	327.048,54	553.618,64	-	553.618,64
Clientes de cobrança duvidosa	5.687.711,69	-	5.687.711,69	5.758.662,08	-	5.758.662,08
Imparidade clientes	(5.687.711,69)	-	(5.687.711,69)	(5.758.662,08)	-	(5.758.662,08)
Sub-total	20.057.688,51	-	20.057.688,51	17.847.766,25	-	17.847.766,25
Adiantamentos de clientes	(150.279.258,34)	-	(150.279.258,34)	(150.287.629,92)	-	(150.287.629,92)
Total Clientes	(130.221.569,83)	-	(130.221.569,83)	(132.439.863,67)	-	(132.439.863,67)

O valor refletido em Adiantamentos de clientes em 2025 e 2024 inclui o valor de 150 milhões de euros relativo ao adiantamento realizado em 2011 pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, por conta da alienação do Arquivo audiovisual (Nota 6).

MOVIMENTO DAS IMPARIDADES ACUMULADAS PARA CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Unid: €	
	2025	2024
A 1 de janeiro	(5.758.662,08)	(5.724.783,56)
Aumentos	(242.317,79)	(270.692,60)
Utilizações	100.611,38	-
Reduções	212.656,80	236.814,08
A 31 de dezembro	(5.687.711,69)	(5.758.662,08)

As Utilizações referem-se a saldos de clientes considerados como incobráveis.

10. Outros créditos a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	1.029.637,81	-	1.029.637,81	1.131.834,91	-	1.131.834,91
Contribuição audiovisual	18.948.727,32	-	18.948.727,32	20.015.715,73	-	20.015.715,73
Outros rendimentos	615.665,84	-	615.665,84	956.321,03	-	956.321,03
Pessoal	2.010.889,48	-	2.010.889,48	1.826.657,65	-	1.826.657,65
Imparidades	(2.132.151,42)	-	(2.132.151,42)	(2.062.157,17)	-	(2.062.157,17)
Adiantamentos a fornecedores	123.017,80	-	123.017,80	62.470,14	-	62.470,14
Outros créditos a receber	20.595.786,83	-	20.595.786,83	21.930.842,29	-	21.930.842,29

A rubrica de Contribuição para o Audiovisual respeita a montantes a receber das empresas de distribuição/comercialização de eletricidade ainda não faturados pela RTP à data do balanço.

	Unid: €	
	2025	2024
A 1 de janeiro	(2.062.157,17)	(1.583.002,18)
Aumentos	(239.437,03)	(535.042,62)
Utilizações	44.994,86	4.145,92
Reduções	124.447,92	51.741,71
A 31 de dezembro	(2.132.151,42)	(2.062.157,17)

11. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a RTP apresenta os seguintes saldos:

	2025		2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre rendimento coletivo - IRC	-	(494.428,62)	-	(217.742,77)
Impostos sobre rendimento singular - IRS	415.510,44	(1.396.915,17)	340.123,34	(1.339.009,24)
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	1.080.377,09	(326.345,70)	1.505.230,39	-
Contribuições para segurança social e CGA	-	(1.766.097,23)	-	(1.682.861,18)
Outros impostos	-	(187.332,04)	-	(175.732,34)
	1.495.887,53	(4.171.118,76)	1.845.353,73	(3.415.345,53)

Para os períodos apresentados os saldos devedores/credores de IRC têm a seguinte decomposição:

	Unid: €	
	2025	2024
Pagamentos adicionais por conta	-	52.539,39
Pagamentos por conta	-	227.898,00
Retenções na fonte	20.571,38	20.306,98
Estimativa de IRC - Nota 34	(515.000,00)	(518.487,14)
	(494.428,62)	(217.742,77)

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa tem registado na rubrica de Diferimentos os seguintes saldos:

	Unid: €	
	2025	2024
Seguros	403.527,56	383.838,44
Manutenção	606.717,81	540.052,78
Outros serviços	612.445,19	197.197,31
Gastos a reconhecer	1.622.690,56	1.121.088,53
Publicidade faturada a emitir futuramente	69.237,35	10.445,00
Outros rendimentos	188.507,91	211.748,65
Rendimentos a reconhecer	257.745,26	222.193,65

Os rendimentos a reconhecer referem-se a serviços faturados e ainda não prestados.

13. Resultado por ação

O resultado líquido por ação, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, apresenta a seguinte composição

	Unid: €	
	2025	2024
Resultado líquido do exercício	(3.968.763,60)	341.220,18
Número de ações	287.414.668	286.954.668
Resultado por ação	-0,0138	0,0012

14. Ativos não correntes detidos para venda

Às datas de 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam Ativos e Passivos financeiros detidos para venda.

15. Capital

CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2025, o capital da RTP, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 287.414.668 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital a 31 de dezembro de 2025:

	Unid: €	
	2025	
	Número de ações	Capital
	287.414.668	1.437.073.340,00
	287.414.668	1.437.073.340,00

Durante o exercício de 2025, o capital foi aumentado em 2.300.000,00 euros por forma a complementar o Plano de Saídas Voluntário (PSV).

16. Outros instrumentos de capital próprio

A rubrica de Outros instrumentos de capital próprio ascende a 123.679.446,35 euros e refere-se a prestações acessórias efetuadas pelo acionista, para as quais não existe prazo de reembolso ou remunerações definidas. As mencionadas prestações só podem ser reembolsadas de acordo com as condições previstas no art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais.

17. Reservas Legais e Outras reservas

A rubrica de Outras reservas diz respeito às Reservas Livres e Estatutárias.

	Unid: €	
	2025	2024
Legais	9.268.920,29	9.234.798,27
	9.268.920,29	9.234.798,27
Estatutárias gerais	1.523.369,11	1.523.369,11
Livres	8.278.720,71	8.278.720,71
	9.802.089,82	9.802.089,82

A reserva legal não está totalmente constituída nos termos da lei (20 por cento do capital) pelo que um mínimo de 10 por cento dos resultados realizados, de acordo com os Estatutos da RTP, é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou aumento de capital.

18. Resultados Transitados

A rubrica Resultados Transitados refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Unid: €
	Resultados transitados
1 de janeiro de 2024	(1.584.871.460,28)
Aplicação de resultados do exercício anterior	2.219.725,32
Perdas actuariais (Nota 22)	(608.657,25)
31 de dezembro de 2024	(1.583.260.392,21)
Aplicação de resultados do exercício anterior	307.098,16
Perdas actuariais (Nota 22)	(446.766,58)
31 de dezembro de 2025	(1.583.400.060,63)

19. Ajustamentos / outras variações no capital próprio

Esta rubrica refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Unid: €
	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio
1 de janeiro de 2024	1.587.793,71
Subsídios ao investimento	150.000,00
Regularização por resultados	(32.950,57)
Alienações	-
Outras operações	3.250,29
31 de dezembro de 2024	1.708.093,43
Subsídios ao investimento	1.451.281,66
Regularização por resultados	(52.178,12)
Alienações	-
Outras operações	-
31 de dezembro de 2025	3.107.196,97

O montante reconhecido em Subsídios ao Investimento no exercício de 2025 corresponde a 20% da dotação total de 7.256.408,30 euros, aprovada no âmbito da candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Este apoio destina-se especificamente ao projeto de Renovação Energética de Edifícios da Empresa.

20. Provisões

O movimento das provisões nos exercícios de 2024 e 2025 foi como segue:

	Unid: €			
	Prov. Processos Judiciais	Prov. Sidas Voluntárias	Prov. Outras	Total
A 1 de janeiro de 2025	6.069.580,91	5.500.000,00	995.688,23	12.565.269,14
Aumentos	2.369.100,30	-	444.528,75	2.813.629,05
Utilizações	(616.395,47)	(5.500.000,00)	(292.460,88)	(6.408.856,35)
Reduções	(1.384.328,30)	-	(341.043,11)	(1.725.371,41)
A 31 de dezembro de 2025	6.437.957,44	-	806.712,99	7.244.670,43
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	6.437.957,44	-	806.712,99	7.244.670,43
	6.437.957,44	-	806.712,99	7.244.670,43

Unid: €

	Prov. Processos Judiciais	Prov. Saídas Voluntárias	Prov. Outras	Total
A 1 de janeiro de 2024	5.710.141,38	5.000.000,00	1.473.309,53	12.183.450,91
Aumentos	2.466.030,06	500.000,00	561.358,40	3.527.388,46
Utilizações	(158.314,94)	-	(32.997,72)	(191.312,66)
Reduções	(1.948.275,59)	-	(1.005.981,98)	(2.954.257,57)
A 31 de dezembro de 2024	6.069.580,91	5.500.000,00	995.688,23	12.565.269,14
Saldo corrente	-	5.500.000,00	-	5.500.000,00
Saldo não corrente	6.069.580,91	-	995.688,23	7.065.269,14
	6.069.580,91	5.500.000,00	995.688,23	12.565.269,14

Em 2023, foi constituída uma provisão para reestruturação no montante de 5.000.000,00 euros, destinada a suportar os encargos com processos de rescisão por mútuo acordo. No exercício de 2024, esta provisão foi objeto de um reforço de 500.000,00 euros, face à revisão das estimativas de custos do plano. No decurso de 2025, procedeu-se à utilização integral do saldo desta provisão, em linha com a execução do Plano de Saídas Voluntárias (PSV) autorizado e realizado.

Em 2020, a Empresa procedeu à constituição de uma provisão de 1.480.588,42 euros, destinada a acautelar eventuais reclamações da Segurança Social relativas a contribuições de ex-prestadores de serviços. No âmbito da gestão desta contingência, o saldo da provisão tem sido objeto de utilizações e ajustamentos sucessivos, situando-se, à data do balanço, em 806.712,99 euros.

Adicionalmente, a RTP é parte em diversos processos judiciais de natureza distinta, para os quais se encontram constituídas as provisões adequadas, determinadas com base em pareceres e avaliações de risco dos seus advogados.

21. Financiamentos Obtidos

EMPRÉSTIMOS

O detalhe dos empréstimos quanto à sua classificação (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício e no exercício anterior, é como segue:

	2025		2024	
	Valor de Balanço		Valor de Balanço	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	19.440.740,71	27.833.333,20	27.544.444,44	-
	19.440.740,71	27.833.333,20	27.544.444,44	-
Locações financeiras	2.014.497,03	40.214.075,73	1.819.085,83	42.297.894,04
Total financiamentos obtidos	21.455.237,74	68.047.408,93	29.363.530,27	42.297.894,04
Passivos não correntes detidos para negociação	-	-	-	-
Total do passivo remunerado	21.455.237,74	68.047.408,93	29.363.530,27	42.297.894,04

A totalidade dos empréstimos encontra-se denominada em euros, com a remuneração indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* de mercado adequado à tipologia do financiamento obtido.

Relativamente ao exercício de 2024, a RTP obteve junto do sindicato bancário um *waiver* para a dispensa de cumprimento do *covenant* relativo ao rácio de alavancagem financeira.

Para o exercício de 2025, no seguimento do novo financiamento, o *covenant* relativo ao rácio de cobertura de serviço de dívida só será aplicável no exercício de 2026.

Adicionalmente, foi contratada junto do Banco Montepio uma nova linha de crédito de curto prazo, no montante de 5 milhões de euros, cujas condições se revelam mais competitivas face às linhas preexistentes.

A 23 de dezembro de 2024, foi contratualizada uma nova linha de financiamento de Médio e Longo Prazo (MLP) até ao montante de 40 milhões de euros. A operação, aprovada pelo Acionista Estado, apresenta uma maturidade de seis anos e um prazo de utilização até 23 de dezembro de 2026. Com uma utilização de cerca de 30,4 milhões de euros decorrida em 2025 e os restantes 9,6 milhões previstos para 2026, esta linha visou a substituição de crédito preexistente por condições de mercado mais competitivas, bem como o financiamento da primeira fase do Plano de Saídas Voluntárias e da execução parcial do Plano de Investimentos previsto no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2024-2026.

No final dos exercícios de 2025 e 2024, o endividamento da Empresa era o constante no quadro infra:

Utilização de linhas de crédito Curto Prazo

	Unid: €	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas Corrente Caucionadas		
BCP	2.700.000,00	3.100.000,00
Bankinter Portugal	15.000.000,00	9.000.000,00
Montepio	-	5.000.000,00
Outras Linhas de Crédito		
Consórcio -BPI,CGD,BK,NB- Parcela A - 2024	1.740.740,71	-
Total utilização de crédito CP	<u>19.440.740,71</u>	<u>17.100.000,00</u>

Utilização de linhas de crédito M/L Prazo

Outras Linhas de Crédito		
Consórcio -BPI,CGD,NB, MG Parcela A - Empréstimo de 2015	-	6.000.000,00
Consórcio -BPI,CGD,NB, MG Parcela B - Empréstimo de 2015	-	4.444.444,44
Consórcio -BPI,CGD,BK,NB- Parcela A - Empréstimo de 2024	7.833.333,20	-
Consórcio -BPI,CGD,BK,NB - Parcela B - Empréstimo de 2024	20.000.000,00	-
Total utilização de crédito MLP	<u>27.833.333,20</u>	<u>10.444.444,44</u>

Dos Empréstimo atualmente contratualizados ficaram por utilizar, no final do exercício de 2025, os seguintes montantes:

Em curto prazo, em contas correntes caucionadas, 12,3 milhões de euros no BCP e 5 milhões de euros no Montepio.

No médio/longo prazo, no empréstimo do consórcio BPI, CGD, BK, NB, 9.555.555,73 euros da parcela B.

LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Resumo dos pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação ativos nas datas apresentadas:

	Unid: €	
	2025	2024
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	2.014.497,03	1.819.085,83
Entre 1 e 5 anos	9.011.329,45	8.385.323,93
Mais de 5 anos	31.202.746,28	33.912.570,11
	42.228.572,76	44.116.979,87
Custos financeiros futuros das locações financeiras	12.827.728,87	18.769.725,23
Valor do passivo das locações financeiras	55.056.301,63	62.886.705,10

O valor das locações financeiras refere-se ao contrato de locação financeira imobiliária efetuado entre a RTP e a Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, SA, celebrado em 17 de dezembro de 2009, para a aquisição do prédio da sede da empresa, situado na Av. Marechal Gomes da Costa n.º 37.

O montante global do financiamento inicial foi de 69.225.000 euros, liquidado em 300 rendas mensais, tendo-se vencido a primeira renda na data de assinatura do contrato.

A RTP tem o direito de optar pela compra do imóvel, no termo do prazo de vigência, contra o pagamento do valor residual, no montante de 20.767.500 euros.

A taxa de juro do contrato é a Euribor Mensal Base 365 dias, apurada em função da média aritmética simples das cotações diárias do mês anterior ao período de contagem de juros, acrescida de um spread de 2,5 por cento.

22. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

	Unid: €	
	2025	2024
Obrigações no balanço		
Benefícios pós-emprego - reformados	9.586.889,91	10.800.972,19
Assistência médica - reformados	1.227.005,50	1.372.866,56
	10.813.895,41	12.173.838,75
Gastos e ganhos na demonstração dos resultados		
Benefícios pós-emprego - reformados	16.648,92	164.743,13
Assistência médica - reformados	3.754,29	16.031,72
	20.403,21	180.774,85

	Unid: €	
	2025	2024
Benefícios pós-emprego - Responsabilidades com complementos de reformas/pensões e sobrevivência		
Valor da responsabilidade no início do período	10.800.972,19	12.004.427,23
Valores pagos em 2025	(1.577.043,75)	(1.683.811,41)
Novas responsabilidades (Nota 30)	16.648,92	164.743,13
(Ganhos)/Perdas atuariais	346.312,55	315.613,24
Valor da responsabilidade no final do período	9.586.889,91	10.800.972,19
Benefícios pós-emprego - Responsabilidades com assistência médica		
Valor da responsabilidade no início do período	1.372.866,56	1.366.558,51
Cuidados médicos pagos em 2025	(250.069,38)	(302.767,68)
Novas responsabilidades	3.754,29	16.031,72
(Ganhos)/Perdas atuariais	100.454,03	293.044,01
Valor da responsabilidade no final do período	1.227.005,50	1.372.866,56

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial, são os abaixo indicados:

	2025	2024
Taxa anual de desconto	3,50%	3,30%
Taxa anual de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

Os pressupostos atuariais estão suportados por relatório de entidade externa, e foram efetuadas análises de sensibilidade nos pressupostos utilizados, tendo-se verificado em qualquer das simulações efetuadas, que o valor da responsabilidade se revela suficiente para fazer face ao nível mínimo de solvência.

23. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe de Fornecedores é como segue:

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores nacionais	15.516.497,50	-	15.516.497,50	17.675.512,63	-	17.675.512,63
Fornecedores intracomunitários	252.019,68	-	252.019,68	271.296,95	-	271.296,95
Fornecedores extracomunitários	1.931.119,68	-	1.931.119,68	2.928.978,22	-	2.928.978,22
Fornecedores - faturas em rec. e confer.	2.929.051,08	-	2.929.051,08	2.661.087,28	-	2.661.087,28
Total de Fornecedores	20.628.687,94	-	20.628.687,94	23.536.875,08	-	23.536.875,08

24. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	2025			2024			Unid: €
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total	
	Credores diversos	1.637.515,60	-	1.637.515,60	1.397.642,57	-	
Pessoal	4.000,15	-	4.000,15	-	-	-	
Fornecedores de investimentos, c/c	2.594.613,76	-	2.594.613,76	3.497.144,01	-	3.497.144,01	
Férias e subsídio de férias	12.155.558,73	-	12.155.558,73	12.523.138,85	-	12.523.138,85	
Programas exibidos	11.533.140,00	-	11.533.140,00	10.892.519,93	-	10.892.519,93	
Folgas e férias não gozadas	6.572.571,05	-	6.572.571,05	6.548.522,25	-	6.548.522,25	
Outros custos variáveis com pessoal	669.265,41	-	669.265,41	758.148,42	-	758.148,42	
Encargos com cobrança da CAV	439.945,99	-	439.945,99	425.999,04	-	425.999,04	
Outros	5.102.235,83	-	5.102.235,83	5.359.880,92	-	5.359.880,92	
	40.708.846,52	-	40.708.846,52	41.402.995,99	-	41.402.995,99	

A rubrica de Outros em 2025 integra, essencialmente, os seguintes montantes: 2.088 milhares de euros relativos a ("rappel") a emitir em 2026; 525 milhares de euros referentes a direitos conexos de produtos fonográficos; 210 milhares de euros de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI); 180 milhares de euros em trabalho suplementar e 606 milhares de euros respeitantes a acréscimos do seguro de saúde.

A rubrica 'Programas Exibidos' inclui um saldo com a GDA – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes (GDA), no montante de 9.831 milhares de euros, relacionado com um valor global solicitado por aquela entidade, calculado com base em critérios que a RTP considera não serem adequados e com os quais não concorda (ver Nota 36).

25. Vendas e serviços prestados

O montante de Vendas e serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	Unid: €	
	2025	2024
Publicidade (Nota 3.20)	26.704.464,23	26.410.404,52
Distribuição (Nota 3.20)	12.122.340,39	12.086.682,30
Contribuição Audiovisual (Nota 3.20)	195.684.357,22	193.393.709,35
Serviços de produção (Nota 3.20)	1.491.713,84	1.910.100,75
Comparticipação em programas (Nota 3.20)	796.083,70	1.243.304,10
Programas	78.911,05	259.196,58
Outras prestações de serviços	2.947.360,43	3.855.569,59
Descontos e abatimentos	(2.944.463,71)	(3.009.142,20)
	236.880.767,15	236.149.824,99

O valor da Contribuição para o Audiovisual (CAV) provem dos valores cobrados aos consumidores pelos comercializadores/distribuidores de eletricidade. No exercício de 2025, o valor mensal da contribuição manteve-se nos 2,85 euros ou para um conjunto de consumidores de energia elétrica definidos pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), uma taxa reduzida de 1 euro.

26. Subsídios à exploração

O montante de Subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	Unid: €	
	2025	2024
Fundos Europeus	200.294,00	74.309,07
Outros subsídios à exploração	79.009,03	154.514,92
Outras entidades	-	-
	279.303,03	228.823,99

27. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os custos dos programas emitidos e dos direitos adquiridos e licenciados a terceiros foram como segue:

	Unid: €	
	2025	2024
Subcontratos	62.247.788,27	60.112.910,96
Alugueres	2.612.773,13	3.613.036,10
Cachets e avenças	6.852.861,02	7.618.065,40
Trab. Especializados	2.547.275,92	3.461.360,88
Quotizações	470.441,73	415.070,93
Deslocações e estadas	1.365.092,62	1.592.383,12
Prémios	865.647,02	882.471,58
Outros custos de grelha	2.606.808,34	2.121.179,47
	79.568.688,05	79.816.478,44

A reconciliação do Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas para 2025 e 2024 é como segue:

	Unid: €	
	2025	2024
Existências iniciais	21.147.191,56	17.326.682,09
Compras	80.642.654,26	83.401.560,31
Regularização existências	646.120,07	235.427,60
Existências finais	22.867.277,84	21.147.191,56
CMVMC	79.568.688,05	79.816.478,44

28. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2025	2024
		Unid: €
Subcontratos	205.686,74	231.965,15
Trabalhos especializados	6.142.143,14	5.748.188,54
Publicidade e propaganda	372.068,24	258.866,26
Vigilância e segurança	1.995.723,19	1.871.916,05
Honorários	2.401.337,02	2.548.991,49
Conservação e reparação	3.908.798,24	3.422.555,90
Ferr. utensílios desg. rápido	139.640,47	166.101,14
Livros e documentação técnica	121.062,20	123.449,79
Material de escritório	49.266,40	68.425,83
Artigos para oferta	3.502,55	8.247,19
Premios Multimedia IVR	176.812,55	419.288,37
Electricidade	2.718.135,99	3.131.283,32
Combustíveis	481.311,49	482.389,63
Água	180.567,15	190.465,28
Outros fluidos	158.517,03	155.990,65
Deslocações e estadas	627.175,07	690.637,34
Transportes de mercadorias	69.351,87	69.125,36
Rendas e alugueres	11.657.606,79	11.508.557,08
Comunicação	648.075,66	305.626,74
Seguros	462.256,52	465.795,71
Royalties	2.955.532,55	2.926.825,21
Contencioso e notariado	50.264,76	68.575,03
Despesas de representação	36.590,09	44.764,87
Limpeza, higiene e conforto	1.317.393,61	1.208.836,52
Encargos com a contribuição do audiovisual	2.293.580,38	2.270.757,90
Outros fornecimentos e serviços	1.118.690,28	1.164.423,57
	40.291.089,98	39.552.049,92

TRABALHOS ESPECIALIZADOS

Os principais montantes que integram a rubrica de Trabalhos Especializados referem-se, essencialmente a: 3.553 milhares de euros decorrentes de serviços na área de informática; 888 milhares de euros afetos a estudos de audiências de rádio e televisão; 856 milhares de euros relativos a outros trabalhos especializados de apoio à produção; 539 milhares de euros em honorários de advocacia; 101 milhares de euros respeitantes a outros estudos e pareceres e 62 milhares de euros afetos a serviços de "outsourcing".

CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO

A rubrica de Conservação e Reparação é composta, essencialmente, por encargos com a manutenção de equipamento técnico (1.331 milhares de euros), edifícios (1.270 milhares de euros) e veículos (628 milhares de euros).

HONORÁRIOS

Refere-se, na sua componente principal, a avenças mensais pagas a prestadores de serviços externos para assegurar o apoio contínuo à atividade da Empresa.

RENDAS E ALUGUERES

Os principais montantes que integram esta rubrica referem-se a encargos com rendas e alugueres, destacando-se, por ordem de grandeza: 7.766 milhares de euros afetos ao aluguer da rede de emissão; 2.288 milhares de euros com o aluguer de circuitos e satélites; 661 milhares de euros relativos à locação operacional de viaturas; 530 milhares de euros com rendas de edifícios e 44 milhares de euros decorrentes de diversos alugueres de equipamentos.

ROYALTIES

Os principais montantes que integram esta rubrica referem-se, essencialmente a: 1.700 milhares de euros relativos ao licenciamento para a utilização de obras dos autores representados pela SPA – Sociedade Portuguesa de Autores; e 1.256 milhares de euros respeitantes a direitos conexos de produtores fonográficos, decorrentes da utilização de serviços de radiodifusão sonora e audiovisual.

ENCARGOS COM A CONTRIBUIÇÃO PARA O AUDIOVISUAL

Nesta rubrica estão incluídos os valores referentes aos encargos de cobrança da Contribuição para o Audiovisual, previstos na lei, a pagar aos comercializadores/distribuidores de eletricidade.

29. Gastos com o pessoal

Os Gastos com o pessoal, incorridos durante o exercício de 2025 e 2024, foram como segue:

	2025	2024
		Unid: €
Remunerações		
Orgãos sociais	422.160,33	380.807,93
Pessoal	79.342.399,57	77.273.732,19
Sub-total	79.764.559,90	77.654.540,12
Encargos sociais		
Prémios para benefícios reforma	2.018.220,54	1.922.147,39
Encargos sobre remunerações	17.838.658,08	17.289.413,19
Gastos de acção social	3.667.932,27	3.703.002,65
Indemnizações	2.261.510,52	-
Seguros acidentes de trabalho e doenças profissionais	813.396,37	938.938,05
Gastos com reestruturação	-	-
Outros gastos	232.059,74	199.963,05
Sub-total	26.831.777,52	24.053.464,33
TOTAL	106.596.337,42	101.708.004,45

O número de trabalhadores da Empresa no final de 2025 fixou-se em 1.752 (face aos 1.823 registados no final de 2024), não estando incluídos nestes totais os 12 membros dos órgãos sociais.

	2025	2024
Contratados sem termo	1.750	1.820
Contratados a termo certo	1	1
Contratados a termo incerto	-	-
Comissão de serviço	1	2
Total do quadro de pessoal	1.752	1.823

30. Gastos e reversões de depreciação e amortização, imparidades e provisões

O montante de Gastos e reversões de depreciação e amortização, imparidades e provisões reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2025	2024
Unid: €		
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		
Gastos de ativos fixos tangíveis (Nota 5)	(6.658.399,30)	(7.132.432,14)
Gastos de propriedades de investimento	-	-
Gastos de ativos intangíveis (Nota 6)	(161.404,41)	(153.681,80)
	(6.819.803,71)	(7.286.113,94)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Perdas em dívidas a receber	(481.754,82)	(805.735,22)
Reversões de perdas em dívidas a receber	337.104,72	288.555,79
	(144.650,10)	(517.179,43)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Perdas em participações financeiras (Nota 7)	(2.809,53)	-
Reversões de perdas em participações financeiras	4.538,56	-
	1.729,03	-
Provisões (aumentos/reduções)		
Aumentos processos judiciais em curso (Nota 20)	(2.369.100,30)	(2.466.030,06)
Aumentos Saídas Voluntárias (Nota 20)	-	(500.000,00)
Aumentos outras provisões (Nota 20)	(444.528,75)	(561.358,40)
Aumentos estudos atuariais (Nota 22)	(20.403,21)	(180.774,85)
Reduções processos judiciais em curso (Nota 20)	1.384.328,30	1.948.275,59
Reduções Saídas Voluntárias (Nota 20)	-	-
Reduções Outras provisões (Nota 20)	341.043,11	1.005.981,98
	(1.108.660,85)	(753.905,74)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Perdas em ativos intangíveis - arquivo audiovisual	-	-
Perdas em ativos tangíveis	-	-
Reversões de perdas em ativos intangíveis - arquivo audiovisual (Nota 6)	-	-

31. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

	Unid: €	
	2025	2024
Proveitos suplementares	442.827,39	496.394,15
Amortização de subsídios ao investimento	58.931,12	32.950,57
Ganhos na venda ativos tangíveis	12.642,55	8.873,95
Ganhos em sinistros ativos tangíveis	-	10.474,76
Diferenças de câmbio favoráveis	18.245,15	32.958,26
Outros rendimentos	103.783,36	890.207,46
	636.429,57	1.471.859,15

32. Outros gastos

O detalhe da rubrica de outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	Unid: €	
	2025	2024
Impostos	780.721,15	805.576,34
Descontos de pronto pagamento concedidos	870.102,52	858.667,61
Alienações ativos tangíveis	223,08	543,23
Abates ativos tangíveis	668,00	2.790,87
Diferenças cambiais desfavoráveis	116.316,20	73.091,37
Dívidas Incobráveis	-	-
Quotizações	674.898,41	722.554,61
Encargos Bancários	216.815,46	240.580,34
Outros	82.817,68	57.370,05
	2.742.562,50	2.781.174,42

33. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2025 e 2024 é como segue:

	Unid: €	
	2025	2024
Gastos financeiros		
Juros suportados	1.297.574,33	1.480.118,64
Aquisição do edifício sede em leasing financeiro	2.093.170,56	2.817.634,63
Outros gastos financeiros	486.599,34	187.812,87
	3.877.344,23	4.485.566,14
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	-	(53.856,85)
Outros rendimentos financeiros	-	-
	-	(53.856,85)

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including initials and a signature.

34. Impostos do exercício

A decomposição do montante de impostos do exercício reconhecidos nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	Unid: €	
	2025	2024
Imposto s/ rendimento diferido	102.855,54	164.185,18
imposto s/ rendimento corrente	515.000,00	518.487,14
Derrama	-	-
Derrama estadual	-	-
Imposto sobre o rendimento	617.855,54	682.672,32

Unid: €

Prejuízos fiscais acumulados reportáveis

2016	4.484.727,39
2017	1.626.855,76
2018	3.841.763,83
2021	1.800.230,48
2024	959.777,35

Considerando a avaliação que foi efetuada das situações em que a base contabilística é diferente da base fiscal e a ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes que assegurem a sua recuperabilidade, foi decidido manter a contabilização dos Ativos por Impostos Diferidos, os quais à data de 31 de dezembro de 2025 totalizam 1.178.487,97 euros.

A situação que foi considerada geradora de imposto diferido ativo foi a seguinte:

Impostos diferidos ativos	IMPOSTO DIFERIDO ATIVO		VARIAÇÃO DO ANO
	2025	2024	
Provisões para benefícios de reforma	1.178.487,97	1.281.343,51	(102.855,54)
Total da base	1.178.487,97	1.281.343,51	(102.855,54)

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	Unid: €	
	2025	2024
Resultado antes de Imposto	(3.350.908,06)	1.023.892,50
Variações patrimoniais positivas impactos da adoção das NCRF	-	-
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido	-	-
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	946.686,78	2.047.868,47
Realizações de utilidade social não dedutíveis	6.371,38	2.724,60
Impostos e outros encargos não dedutíveis	121.913,52	96.733,45
Outros gastos não dedutíveis	84.559,23	79.250,67
Variações patrimoniais negativas impactos da adoção das NCRF	-	-
Rendimentos não tributáveis	(8.315.409,80)	(4.210.908,45)
Prejuízos gerados s/ Imposto diferido	-	-
Efeito correção imposto diferido	-	-
Lucros / (Prejuízos) para efeitos fiscais	(10.506.786,95)	(960.438,76)
Dedução de Prejuízos Fiscais	-	-
Gastos com impostos sobre o rendimento	-	-
Gasto com Derramas	-	-
Benefício Fiscal (SIFIDE)	-	-
Tributação autónoma	515.000,00	518.487,14
Imposto s/ rendimento corrente	515.000,00	518.487,14
Imposto s/ rendimento diferido	102.855,54	164.185,18
Imposto s/ rendimento	617.855,54	682.672,32
Taxa efetiva de imposto	0,00%	66,67%

A variação na taxa efetiva de imposto é motivada pelo facto de a empresa apresentar Prejuízos Fiscais em 2025, e por essa razão não haver lugar a deduções fiscais.

O cálculo da estimativa de imposto no período, tem por base a taxa normal de IRC de 20 por cento, acrescida da derrama de 1,50 por cento.

35. Compromissos assumidos não incluídos no balanço

Os compromissos assumidos pela RTP, respeitam a contratos ou a acordos celebrados com terceiros para a compra de direitos, exibição de filmes e outros programas. À data do balanço do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as datas previsíveis em que estes programas estarão disponíveis são como segue:

	Unid: €						
	2026	2027	2028	2029	2030	2032	TOTAL
DOCUMENTAIS E DIVULGAÇÃO CULTURAL	4.633.328,37	598.480,00	-	-	-	-	5.231.808,37
FICÇÃO ESTRANGEIRA	137.250,00	-	-	-	-	-	137.250,00
FICÇÃO NACIONAL	11.385.918,78	6.235.000,00	1.410.000,00	100.000,00	125.000,00	-	19.255.918,78
INFANTIS E JUVENIS	462.972,47	-	-	-	-	-	462.972,47
INFORMAÇÃO DESPORTIVA	4.617.254,75	2.407.197,72	2.595.184,97	896.343,77	2.325.753,43	87.500,00	12.929.234,64
MUSICAIS E ERUDITOS	43.133,69	16.233,69	-	-	-	-	59.367,38
RECREATIVOS	8.999.500,35	1.671.297,00	-	-	-	-	10.670.797,35
TOTAL	30.279.358,41	10.928.208,41	4.005.184,97	996.343,77	2.450.753,43	87.500,00	48.747.348,99

36. Contingências

ATIVOS CONTINGENTES

A Decisão da Comissão Europeia NN 31/2006, de 4 de julho de 2006 — reconfirmada pela Decisão 2011/NN 33294, de 20 de dezembro de 2011 — quantificou em 1.040,5 milhões de euros o subfinanciamento das atividades de serviço público de rádio e televisão asseguradas pela RTP até 31 de dezembro de 2003. Deste montante, permanece pendente o remanescente de 18,38 milhões de euros (a preços de 2003).

A aplicação das taxas de atualização monetária preconizadas pela Comissão Europeia resulta num ativo contingente da RTP sobre o Estado Português no valor de 26,69 milhões de euros, reportado a 31 de dezembro de 2014. Desta verba, foram integralmente subscritos e realizados aumentos de capital nos montantes de 10,4 milhões de euros em 2017, 2 milhões de euros em 2022 e 2,3 milhões de euros em 2025. À data, encontra-se ainda pendente de realização o remanescente de 11,99 milhões de euros.

PASSIVOS CONTINGENTES

A Empresa mantém um litígio judicial com a GDA – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas Intérpretes ou Executantes (GDA), relativo à fixação da remuneração devida aos artistas pelos direitos conexos às suas prestações, nos termos da legislação em vigor. No âmbito deste diferendo, a GDA interpôs uma ação judicial contra a RTP no Tribunal Cível de Lisboa, peticionando o pagamento de uma remuneração equitativa retroativa a setembro de 2004, acrescida dos respetivos juros de mora desde a data da citação.

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, o referido processo encontra-se em curso. A RTP reitera que o valor peticionado pela GDA carece de razoabilidade, contestando tanto o montante como a metodologia de cálculo utilizada para a sua determinação (ver Nota 24).

GARANTIAS PRESTADAS EM FAVOR DE TERCEIROS:

A RTP tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objecto	Início	2025	2024
TRIBUNAL TRABALHO	Vários processos de natureza laboral	vários	650.684,70	650.684,70
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	Processo de natureza laboral	10-05-2024	34.510,00	34.510,00
INSTITUTO DAS COMUNICAÇÕES DE PORTUGAL	Licença para rede de difusão terrestre	29-05-2001	51.874,98	51.874,98
ERC	ERC/Direito resposta MEO	06-04-2023	90.500,00	90.500,00
CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA	Diversos concursos	vários	-	90.909,09
			827.569,68	918.478,77

37. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a RTP é controlada pelo Estado Português que detém 100 por cento do capital da Empresa através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

O principal saldo com a Direção Geral do Tesouro e Finanças diz respeito aos 150 milhões de euros registados em 2011 e mantidos em 2025 em Adiantamentos de clientes.

REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas da RTP ascenderam a:

	Unid: €	
	2025	2024
Remunerações e Subsídio de Despesas Representação do CA	333.746,49	281.431,01
Remunerações do Conselho Fiscal	56.251,16	68.776,43
Acerto à Provisão para Férias	62,68	2.800,49
Revisor Oficial de Contas	21.892,00	21.892,00
	411.952,33	374.899,93

38. Matérias ambientais

Não existem matérias ambientais relevantes que possam afetar o desempenho e a posição financeira da Empresa, não sendo do conhecimento da RTP a existência de qualquer contingência de natureza ambiental, assim como não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras quaisquer custos ou investimentos relevantes de carácter ambiental.

39. Eventos subsequentes

O cenário geopolítico internacional tem sido marcado por uma instabilidade persistente, com início em 24 de fevereiro de 2022, data em que deflagrou o conflito armado na Europa entre a Federação Russa e a Ucrânia. Esta conjuntura foi significativamente agravada em 28 de fevereiro de 2026 com a escalada das hostilidades diretas entre os Estados Unidos da América, Israel e o Irão, consolidando um quadro de incerteza global com repercussões diretas na economia portuguesa.

O envolvimento das principais potências mundiais e a instabilidade em rotas comerciais críticas introduzem variáveis de risco acrescidas. Embora as operações da RTP não apresentem uma exposição direta a estas geografias e não se antecipem impactos imediatos na sua performance financeira operacional, não é possível, à presente data, estimar com rigor a extensão total dos efeitos socioeconómicos que este conjunto de conflitos poderá vir a originar.

Estes riscos manifestam-se, primordialmente, através de:

- Volatilidade nos mercados energéticos: Oscilações acentuadas nos preços dos combustíveis e da eletricidade, influenciadas por sanções e pelo risco de interrupção de fornecimento em pontos estratégicos;
- Pressão Inflacionista: Manutenção de níveis elevados de inflação em bens e serviços, com impacto na estrutura de custos operacionais da empresa;
- Instabilidade nos Mercados Financeiros: Impactos nas taxas de juro e nos custos de financiamento, condicionados pelas políticas monetárias das grandes economias (Banco Central Europeu e Reserva Federal dos EUA).

A RTP mantém uma monitorização permanente da conjuntura, avaliando de forma contínua os possíveis impactos indiretos na sua atividade, com especial incidência na gestão dos seus custos de exploração e na estabilidade da sua estrutura operacional.

Lisboa, 31 de março de 2026

A CONTABILISTA
CERTIFICADA



Cláudia Neves

O CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



Nicolau Santos
PRESIDENTE



Hugo Figueiredo
VOGAL



Sónia Alegre
VOGAL

O DIRETOR
FINANCEIRO



Hugo Rosado

3_ Demonstrações financeiras em SNC-AP

Conforme referido no ponto 2.1 do Anexo às Demonstrações Financeiras, apresentamos neste capítulo as Demonstrações Financeiras em SNC-AP. ■

BALANÇO SNC-AP

Unid: €

ATIVO	2025	2024
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	128.961.554,37	123.695.506,56
Propriedades de investimento	-	-
Ativos intangíveis	110.356.071,61	110.236.413,15
Diferimentos	-	-
Outros ativos financeiros	187.248,29	187.248,29
Ativos por impostos diferidos	1.178.487,97	1.281.343,51
Outras contas a receber	-	-
Total do ativo não corrente	240.683.362,24	235.400.511,51
Ativo corrente		
Inventários	33.444.147,29	31.381.200,19
Clientes, contribuintes e utentes	20.057.688,51	17.847.766,25
Estado e outros entes públicos	1.495.887,53	1.845.353,73
Acionistas / Sócios / Associados	-	-
Outras contas a receber	20.595.786,83	21.930.842,29
Diferimentos	1.622.690,56	1.121.088,53
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros ativos financeiros	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	-	-
Caixa e depósitos	1.269.475,57	2.017.405,71
Total do ativo corrente	78.485.676,29	76.143.656,70
Total do ativo	319.169.038,53	311.544.168,21
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		
Património líquido		
Património / Capital	1.437.073.340,00	1.434.773.340,00
Ações (quotas) próprias	-	-
Outros instrumentos de património líquido	123.679.446,35	123.679.446,35
Prémios de emissão	-	-
Reservas	19.071.010,11	19.036.888,09
Resultados transitados	(1.583.400.060,63)	(1.583.260.392,21)
Ajustamentos em ativos financeiros	(29.455,83)	(29.455,83)
Excedentes de revalorização	-	-
Outras variações no património líquido	3.136.652,80	1.737.549,26
Resultado líquido do período	(3.968.763,60)	341.220,18
Total do património líquido	(4.437.830,80)	(3.721.404,16)
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	7.244.670,43	12.565.269,14
Financiamentos obtidos	68.047.408,93	42.297.894,04
Fornecedores de investimentos	-	-
Fornecedores	-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	10.813.895,41	12.173.838,75
Diferimentos	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-
Outras contas a pagar	-	-
Total do passivo não corrente	86.105.974,77	67.037.001,93
Passivo corrente		
Fornecedores	20.628.687,94	23.536.875,08
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	150.279.258,34	150.287.629,92
Estado e outros entes públicos	4.171.118,76	3.415.345,53
Financiamentos obtidos	21.455.237,74	29.363.530,27
Fornecedores de investimentos	-	-
Outras contas a pagar	40.708.846,52	41.402.995,99
Diferimentos	257.745,26	222.193,65
Outros passivos financeiros	-	-
Total do passivo corrente	237.500.894,56	248.228.570,44
Total do passivo	323.606.869,33	315.265.572,37
Total do património líquido e passivo	319.169.038,53	311.544.168,21

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A CONTABILISTA
CERTIFICADA



Cláudia Neves

O CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



Nicolau Santos
PRESIDENTE



Hugo Figueiredo
VOGAL



Sónia Alegre
VOGAL

O DIRETOR
FINANCEIRO



Hugo Rosado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS SNC-AP

Unid: €

	2025	2024
Vendas	-	-
Prestações de serviços e concessões	236.880.767,15	236.149.824,99
Transferências e subsídios correntes obtidos	279.303,03	228.823,99
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	(79.568.688,05)	(79.816.478,44)
Fornecimentos e serviços externos	(40.291.089,98)	(39.552.049,92)
Gastos com o pessoal	(106.596.337,42)	(101.708.004,45)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(144.650,10)	(517.179,43)
Provisões (aumentos / reduções)	(1.108.660,85)	(753.905,74)
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	1.729,03	-
Aumentos / reduções de justo valor	-	-
Outros rendimentos	636.429,57	1.471.859,15
Outros gastos	(2.742.562,50)	(2.761.174,42)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	7.346.239,88	12.741.715,73
Gastos / reversões de depreciação e amortização	(6.819.803,71)	(7.286.113,94)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	526.436,17	5.455.601,79
Juros e rendimentos similares obtidos	-	53.856,85
Juros e gastos similares suportados	(3.877.344,23)	(4.485.566,14)
Resultado antes de impostos	(3.350.908,06)	1.023.892,50
Imposto sobre o rendimento	(617.855,54)	(682.672,32)
Resultado líquido do período	(3.968.763,60)	341.220,18

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A CONTABILISTA
CERTIFICADA


Cláudia Neves

O CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO


Nicolau Santos
PRESIDENTE


Hugo Figueiredo
VOGAL


Sónia Alegre
VOGAL

O DIRETOR
FINANCEIRO


Hugo Rosado

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA SNC-AP

Unid: €

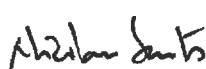
	2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	254.497.376,19	249.994.583,32
Pagamentos a fornecedores	(142.297.142,70)	(136.629.099,49)
Pagamentos ao pessoal	(102.451.584,11)	(89.928.428,32)
Caixa gerada pelas operações	9.748.649,38	23.437.055,51
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento	(217.235,92)	(482.853,28)
Outros recebimentos/pagamentos	(12.915.347,56)	(16.352.032,44)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (A)	(3.383.934,10)	6.602.169,79
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(14.687.411,29)	(7.460.469,45)
Activos intangíveis	(252.477,18)	(102.043,13)
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	12.293,00	2.020,24
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	1.729,03	-
Outros activos	-	-
Subsidios ao investimento	1.451.281,66	150.000,00
Juros e rendimentos similares	-	54.341,00
Dividendos	-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (B)	(13.474.584,78)	(7.356.151,34)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	34.144.444,27	8.100.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	2.300.000,00	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(16.303.221,91)	(8.102.198,81)
Juros e gastos similares	(4.030.633,62)	(4.551.996,00)
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (C)	16.110.588,74	(4.554.194,81)
Variação de caixa e seus equivalentes (A) + (B) + (C)	(747.930,14)	(5.308.176,36)
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.017.405,71	7.325.582,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.269.475,57	2.017.405,71
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldos de gerência		
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.017.405,71	7.325.582,07
Equivalentes a caixa no início do período	0,00	0,00
Variações cambiais de caixa no início do período	0,00	0,00
Saldo da gerência anterior	2.017.405,71	7.325.582,07
De execução orçamental	0,00	0,00
De operações de tesouraria	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.269.475,57	2.017.405,71
Equivalentes a caixa no fim do período	0,00	0,00
Variações cambiais de caixa no fim do período	0,00	0,00
Saldo para a gerência seguinte	1.269.475,57	2.017.405,71
De execução orçamental	0,00	0,00
De operações de tesouraria	0,00	0,00

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A CONTABILISTA
CERTIFICADA


Cláudia Neves

O CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO


Nicolau Santos
PRESIDENTE


Hugo Figueiredo
VOGAL


Sónia Alegre
VOGAL

O DIRETOR
FINANCEIRO


Hugo Rosado

4. Despachos/DUE'S

DUE E DESPACHO DE APROVAÇÃO DO PAO 2025

DELIBERAÇÃO SOCIAL UNÂNIME POR ESCRITO

Aos 12 dias do mês de dezembro de 2025, de acordo com a vontade expressa pelo acionista Estado Português, devidamente representado por Margarida Carla Campos Freitas Taborda, na qualidade de acionista único da RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (RTP, S.A.), com a sede na Avenida Marechal Gomes da Costa, n.º 37, Lisboa, com o N.I.P.C. 500225680, com o capital social de 1.434.773.340 euros, constituído por 286.954.668 ações, com o valor nominal de 5 euros cada, é tomada, a seguinte deliberação social unânime por escrito, aprovada por Despachos dos Senhores Ministro da Presidência e Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, de 11 de dezembro de 2025 e 1 de outubro de 2025, respetivamente, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais:

Considerando que:

- O n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), na sua redação atual, estabelece que as propostas de Plano de Atividades e Orçamento não produzem quaisquer efeitos até à respetiva aprovação pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e do setor de atividade;
- A RTP, S.A. apresentou o plano de atividades e o respetivo orçamento para o período 2025-2027, sobre o qual os órgãos de fiscalização emitiram parecer favorável;
- Nos termos dos n.º 7 e 8 do artigo 39.º do RJSPE, a então Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial elaborou o relatório de análise n.º 64/2025, de 18 de março;
- O relatório de análise referido no parágrafo anterior foi aprovado por Despacho n.º 360/2025, de 28 de março, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, no qual foram concedidas as autorizações legalmente necessárias;
- Nos termos e para os efeitos do n.º 9 do artigo 39.º do RJSPE, foram emitidos, a 1 de abril e 31 de março de 2025, os Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças e do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, respetivamente;
- Da alínea i) do artigo 19.º dos Estatutos da RTP, S.A. decorre que compete à Assembleia Geral deliberar sobre os Planos de Atividades e Orçamento;

Determina-se:

- Aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para 2025, circunscrito ao exercício de 2025, com as condicionantes enunciadas no referido Despacho n.º 360/2025, de 28 de março, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

A presente deliberação produz efeitos à data da sua assinatura e deverá ser rubricada e passada para o livro de atas da Assembleia Geral da Sociedade.

A representante do acionista Estado,

Assinado por: Margarida Carla Campos Freitas Taborda
 Num. de identificação: 09504700
 Data: 2025.12.12 08:54:05 +0000'

Handwritten signatures and initials: a large signature at the top right, and 'MZ' and 'CN' below it.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS | UTAM

*Visto. Concordo.
Submete-se o presente Relatório de Análise à consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças. Recomenda-se a aprovação apenas do plano anual para o ano 2025, dado que a Eficiência operacional se degrada em 2026 e 2027. Na proposta é considerado um aumento de capital e uma solução para a propriedade do Arquivo da RTP, operações que carecem de concordância e autorização do acionista.*

**JOSÉ
MANUEL DE
MATOS
PASSOS**

Assinado de forma digital por JOSÉ MANUEL DE MATOS PASSOS
Dados: 2025.03.28 12:23:58 Z

Despacho n.º 360/2025-SETF

Atento o exposto na presente Informação da UTAM, tratando-se de um ato estritamente necessário para assegurar a gestão dos negócios públicos, conforme indicado no ponto 18 e 2., aprova-se o presente Relatório de Análise da UTAM referente à proposta de PAO 2025 da RTP, conforme proposto no ponto 8. *infra*, sem prejuízo do cumprimento dos demais requisitos legais por parte da empresa e incluindo as condicionantes enunciadas à aprovação do Plano de Investimentos.

No que diz respeito ao aumento de capital, à solução para a propriedade do Arquivo da RTP e à contratação de 56 colaboradores no âmbito do Plano de Saídas Voluntárias, por carecerem de autorização específica do acionista, deverão ser analisadas através de propostas autónomas apresentadas pela RTP.

Adicionalmente, e em face da Revisão do Contrato de Concessão Serviço Público 2015-2031 recentemente assinada, deverá a RTP apresentar uma revisão do PAO 2025 em conformidade, bem como obter o Parecer (não vinculativo) do Conselho de Opinião.

Remeta-se à UTAM (a qual deverá comunicar ao proponente o teor do presente Despacho bem como do Despacho conjunto, após a aprovação do PAO 2025) e dê-se conhecimento à DGTF e, para aprovação, ao Senhor MAP.

**João
Silva
Lopes**

Assinado de forma digital por João Silva Lopes
Dados: 2025.03.28 18:00:36 Z

RELATÓRIO DE ANÁLISE 64/2025 de 18 de março

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2025-27 (PAO2025-27) da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (RTP) (SISEE, 2024-10-31|SISEE, 2024-11-28)

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

Rua da República, 3 1100-026 Lisboa PORTUGAL Tel: +351 218 346 907 Email: utasep@rtp.pt www.rtp.pt NIF 600 086 923

DUE AUMENTO DE CAPITAL 2025

Deliberação Social Unânime Por Escrito

Aos 12 dias do mês de dezembro de 2025, de acordo com a vontade expressa pelo acionista Estado Português, devidamente representado por Ricardo Gil Dias Lopes da Cunha, nomeado por Despacho do Senhor Ministro da Presidência e do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças datado de 11/12/2025, na qualidade de acionista único da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (RTP), sociedade com sede na Avenida Marechal Fomes da Costa, n.º 37, em Lisboa, NIPC 500 225 680, é tomada a seguinte deliberação social unânime por escrito:

Considerando que:

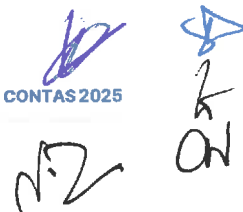
Na sequência da carta RTP CA 004/25, remetida pela Empresa à Sua Excelência o Ministro da Presidência em 13 de janeiro de 2025, e do subsequente Despacho n.º 216/2025-SETF do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, emitido após a análise da então UTAM às condições e pressupostos do plano apresentado, a RTP procedeu à abertura de um Plano de Saídas Voluntárias (PSV) dirigido aos trabalhadores abrangidos pelos critérios aplicáveis.

Findo o período de adesão ao PSV, verificou-se uma adesão significativamente superior à prevista, cujos encargos excediam a dotação autorizada no PAO 2025, tendo o Conselho de Administração aprovado 97 candidaturas, até ao limite da dotação disponível, permanecendo 38 candidaturas adicionais correspondente a 6 trabalhadores pertencentes ao grupo A e 32 trabalhadores pertencentes ao grupo B, cujo custo estimado ascende a 2,3 milhões de euros.

Ao abrigo do Despacho da Sua Excelência o Ministro da Presidência datado de 10 de outubro de 2025, com a concordância do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças nos termos do Despacho n.º 450/2025-SETF, de 13 de outubro de 2025, foi aprovado um aumento de capital destinado integral e exclusivamente ao financiamento das indemnizações associadas às referidas 38 saídas adicionais, no valor de 2,3 milhões de euros, ficando a Empresa vinculada ao cumprimento da determinação relativa ao rácio de 4 saídas por cada entrada.

Determina-se o seguinte:

1. É aprovado o aumento do capital social da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A, no montante de 2.300.000,00 euros (dois milhões e trezentos mil euros), através da emissão de 460.000



ações nominativas de 5,00 euros cada, a subscrever e realizar integralmente em numerário pelo acionista Estado;

2. O montante referido é destinado exclusiva e integralmente para financiar as indemnizações correspondentes às 38 saídas adicionais autorizadas no âmbito do alargamento do PSV 2025, em conformidade com os Despachos das Suas Excelências o Ministro da Presidência e do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças datados do dia 10 e 13 de outubro de 2025, respetivamente, ficando a Sociedade vinculada ao cumprimento da determinação relativa ao rácio de 4 saídas por cada entrada;
3. Mandatar o Conselho de Administração para proceder à alteração dos estatutos em conformidade com a presente deliberação e à promoção dos competentes registos, devendo ainda reportar às tutelas setorial e financeira a execução do PSV 2025 no âmbito dos mecanismos regulares de reporte e de monitorização.

A presente deliberação produz efeitos à data da sua assinatura e deverá ser passada para o livro de atas da Assembleia Geral da Sociedade.

O representante do acionista Estado,

Assinado por: Ricardo Sá Dias Lopes de Carvalh
Num. de identificação: 9910003113
Data: 12.10.2025 15:31:11 -08:00



5. Declaração de conformidade da informação reportada no SISEE

Declaração de Conformidade da Informação Reportada no SISEE

No âmbito da preparação e submissão dos documentos da prestação de contas referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, reunido para o efeito, declara que:

1. Foi verificada a consistência entre a informação financeira reportada no SISEE ao longo do exercício e os elementos constantes da prestação de contas agora submetida ao acionista Estado;
2. Não foram identificadas divergências materiais entre os dados comunicados nas diferentes fases de reporte que comprometam a fiabilidade ou a comparabilidade da informação financeira final;
3. O Conselho de Administração assegura que as informações prestadas obedecem aos princípios de veracidade, transparência e rigor exigidos às empresas do Setor Empresarial do Estado.


Mais se declara que a presente declaração de conformidade é emitida para os efeitos tidos por convenientes e integra os anexos ao Relatório de Gestão.

Lisboa, 31 de março de 2026



Nicolau Fernando Ramos dos Santos

(Presidente do Conselho de Administração)



Hugo Graça Figueiredo

(Vogal)



Sónia Cristina Mourão Alegre

(Vogal)

6_ Certificação legal de contas



Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 108, 1.º
1070-067 Lisboa, Portugal

T: +351 210 988 710

www.uhy.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Audítamos as demonstrações financeiras anexas da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 319.169.039 Euros a um total de capital próprio negativo de 4.437.831 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.968.764 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA"), demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

- Em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras da Entidade evidenciam um capital próprio negativo de 4.437.831 Euros, sendo-lhe aplicáveis as disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. Adicionalmente, naquela data o ativo intangível e o passivo corrente incluem saldos de 110.000.000 Euros e 150.000.000 Euros, respetivamente, relacionados com um arquivo audiovisual, os quais resultaram de um Acordo de Reestruturação Financeira celebrado com o acionista em 2003 (que considerava uma promessa de compra daquele ativo, pelo montante mínimo de 110.000.000 Euros), sendo que até à data deste relatório aquela promessa de compra ainda não se concretizou. Uma vez que a regularização contabilística desta situação e daqueles saldos, carece de decisões e deliberações do acionista, o Conselho de Administração apresentou propostas de regularização e pedidos de esclarecimento ao acionista, às quais não obteve resposta, sendo seu entendimento que o desfecho desta situação não afetará negativamente o capital próprio da Entidade. É também de referir que, ainda que o PAO 2026-2028 estime a continuação de resultados líquidos negativos, o Conselho de Administração entende que as ações de reestruturação concretizadas em 2025 e outras a implementar nos próximos exercícios, bem como a continuação do suporte do acionista, permitirão inverter esta situação, bem como assegurar a continuidade das suas operações, considerando adequado que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, sejam preparadas no pressuposto da continuidade das operações.
- Em 2022, seguindo orientações do acionista (Deliberação Social Unânime por Escrito de 17 de fevereiro de 2022), a Entidade avaliou o impacto das diferenças entre o SNC Geral e o SNC-AP, tendo concluído pela imaterialidade das mesmas, no que respeita ao subsistema da contabilidade financeira. Em 2025, a Entidade decidiu preparar e apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP, a partir do exercício de 2027. Adicionalmente, e tal como referido no Relatório e Contas de 31 de dezembro de 2025, ainda que os documentos de prestação de contas da Entidade de 2023 e 2024, não tenham sido ainda formalmente aprovados pelo Acionista em Assembleia Geral, o Conselho de Administração entende que os mesmos serão aprovados sem alterações.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

André, Gêça & Associados, SROC, Lda. | Inscrição na CMVM n.º 20161528 e na OROC n.º 235 | Capital Social 50.000 Euros | NIPC 509 224 547

A André, Gêça & Associados, SROC, Lda, usa o logótipo e a marca UHY, é um membro do rede global UHY International. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independentemente legalizada.



Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização da Entidade pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relatório Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde consta a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando existia. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, a obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

1 de Abril de 2026

Paulo Jorge Duarte Gil Carlos André

André, Graça & Associados, SROO, Lda.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Carlos André, ROC n.º 979
Registado na CMVM com o n.º 20220041

Handwritten initials and signatures in blue ink.

7. Relatório do auditor externo



Deloitte & Associados, SROC S.A.
 Registo na OROC nº 43
 Registo na CMVM nº 20161369
 Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
 1070-100 Lisboa
 Portugal

Tel: +351 210 427 500
 www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (a "Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um ativo total de 319.169.039 Euros e um total de capital próprio negativo de 4.437.831 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.968.764 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



"Deloitte", "nós" e "nossa" referem-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL também refere-se como "Deloitte Global" e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas e as entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não possuem ou vinculam-se através. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respectivas entidades relacionadas são independentemente responsáveis pela sua própria ação e omissões não podendo ser responsabilizadas pelas atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, visite www.deloitte.com/global.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions e possui 80m de fortuna global 500 entre milhares de empresas privadas. De nossas profissões somos a segunda mais rentável do mundo e a mais rentável a que entrega a maior margem pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso das nossas clientes e o crescimento de uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 160 países e territórios. Sabemos que as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em 2025. Obrigado.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula na CRC: 501776311 | Capital social: € 861.805,00
 Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
 Escritório no Porto: Rua Duquesa Tilde Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 1.º, 4150-140 Porto

© 2026. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

Ênfases

Tal como referido na Nota 2 do anexo, a Entidade preparou as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. Contudo, em 31 de dezembro de 2025, a Entidade apresenta capitais próprios negativos, situação que determina a aplicação das disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais, os quais estipulam, entre outras, a obrigação do acionista da Entidade, mediante proposta do Conselho de Administração, tomar as medidas julgadas convenientes para sanar a referida situação. Adicionalmente, o passivo corrente, o qual inclui um adiantamento recebido pelo acionista no montante de, aproximadamente, 150.000.000 Euros (Nota 9), excede o ativo corrente. Atenta a manutenção do suporte financeiro do acionista e as linhas de crédito contratadas e disponíveis referidas nas Notas 2 e 21, o Conselho de Administração concluiu que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades e considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontram-se pendentes de aprovação em sede da Assembleia Geral de Acionistas. Contudo, a Administração entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, e o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
 Registo na OROC nº 43
 Registo na CMVM nº 20161369

Página 3 de 3

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo com o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 2 de abril de 2026

Deloitte & Associados, SROC S.A.
 Representada por Miguel Cabaço da Silva, ROC
 Registo na OROC nº 1462
 Registo na CMVM nº 20161072

8. Relatório e parecer do conselho fiscal



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025

I - INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. ("RTP") apresenta o relatório da sua atividade fiscalizadora relativa ao exercício de 2025, bem como o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade.

II – ATIVIDADE FISCALIZADORA

Durante o exercício económico de 2025 o Conselho Fiscal realizou 17 reuniões, com a participação, sempre que adequado, de membros do Conselho de Administração, do Conselho Geral Independente, do Revisor Oficial de Contas ("ROC"), do Auditor Externo e de responsáveis de áreas do centro corporativo.

No âmbito das suas competências legais e estatutárias, acompanhou a atividade da sociedade, tendo tomado conhecimento das principais iniciativas desenvolvidas, da regularidade dos registos contabilísticos e do cumprimento do normativo legal e estatutário aplicável. O Conselho Fiscal obteve os esclarecimentos solicitados e acedeu à documentação considerada necessária ao desempenho das suas funções, não tendo identificado factos suscetíveis de configurar irregularidades materiais por parte da sociedade.

O Conselho Fiscal emitiu parecer sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental relativos aos três primeiros trimestres de 2025, bem como sobre o Plano de Atividades, Investimento e Orçamento ("PAO") para 2026. Em cumprimento do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão, subscrito em 6 de março de 2015, o Conselho Fiscal procedeu ainda à análise e emissão de parecer sobre o Relatório de Cumprimento das Obrigações de Serviço Público e do Projeto Estratégico do ano 2024, designadamente quanto à conformidade da informação financeira.

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício económico de 2025, o Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas da RTP, cuja responsabilidade de preparação é do Conselho de Administração. Os documentos de prestação de contas incluem o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras compostas pelo Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, preparados em conformidade com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

A responsabilidade do Conselho Fiscal reside na supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira. Neste contexto, acompanhou a preparação da informação financeira, bem como os trabalhos do ROC, a

**Conselho Fiscal**

sociedade André, Graça & Associados, SROC, Lda. (SROC n.º 235)¹, desde a fase de planeamento das atividades às conclusões finais de revisão às contas anuais. Acompanhou igualmente os trabalhos de auditoria realizados pelo Auditor Externo, a Deloitte & Associados, SROC, S.A. (SROC n.º 43).

O Conselho Fiscal tomou conhecimento das conclusões de auditoria do ROC e do relatório elaborado pelo Auditor Externo, com os quais analisou as matérias relevantes de auditoria. Apreciou ainda a competência e independência de ambas as entidades, não tendo identificado eventuais riscos que possam constituir ameaça à sua independência.

III – CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA

Conforme referido na nota 2.1 do Anexo às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da RTP tinha dúvidas quanto à obrigatoriedade de preparação e apresentação de demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas ("SNC-AP") desde 1 de janeiro de 2018, conforme aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Em linha com a DUE de 17 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da RTP analisou os impactos das diferenças existentes nos dois normativos, tendo concluído pela imaterialidade desse diferencial. Recentemente, a tutela veio confirmar a necessidade de implementação do normativo SNC-AP. Conforme detalhado na nota 2.1 do Anexo, o Conselho de Administração tem expectativa de apresentar as contas expressas nos dois referenciais contabilísticos a partir de 2027.

O Conselho Fiscal não emitiu qualquer parecer prévio à realização de operações de financiamento ou celebração de atos ou negócios jurídicos dos quais resultem obrigações para a empresa superiores a 5% do ativo líquido.

Em cumprimento dos Estatutos da RTP, o Conselho Fiscal promoveu a auditoria anual sobre a aplicação dos empréstimos contraídos pela sociedade nos exercícios económicos de 2024 e 2025.

Salientamos ainda que o Conselho Fiscal não teve conhecimento de quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal considera que a informação prestada pela empresa no Relatório de Gestão cumpre, na generalidade, os requisitos de divulgação estabelecidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, bem como o enquadramento normativo aplicável às entidades que integram o Setor Empresarial do Estado ("SEE"). Destaca-se ainda a inclusão de um capítulo específico relativo ao cumprimento das orientações do acionista e de disposições legais (Capítulo IV), em conformidade com as instruções da Entidade do Tesouro e Finanças ("ETF") no âmbito do processo de prestação de contas de 2025.

No referido capítulo é apresentada informação, designadamente em matérias de execução do PAO, ao nível da eficiência operacional e gastos operacionais, evolução dos recursos humanos e da massa salarial, bem como de componentes de investimento, financiamentos e outras matérias complementares associadas às orientações do acionista. De salientar que apesar do cumprimento generalizado das orientações do acionista no exercício económico

¹ A sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, Lda (SROC n.º 235), representada por Paulo Jorge Duarte Gil Geivão André (ROC n.º 979), foi nomeada para exercer as funções de ROC da RTP, no mandato 2023-2025. Com efeitos a partir de 22 de outubro de 2025, esta sociedade alterou a sua denominação social para André, Graça & Associados, SROC, Lda. (SROC n.º 235), passando a integrar a rede UHY.



de 2025, a perspetiva subjacente ao PAO para 2026-2028 aponta para a continuidade de resultados líquidos negativos, com potenciais implicações adversas na sustentabilidade financeira da RTP no médio prazo.

IV – ANÁLISE DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Governo Societário, elaborado nos termos do n.º 1 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013 (RJSPE) e das orientações emanadas pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial, tendo concluído que o mesmo cumpre, na generalidade, as disposições aplicáveis.

V – ANÁLISE DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da RTP evidenciavam em 31 de dezembro de 2025 um montante total de Ativo de 319.169.039 euros, Passivo total de 323.606.869 euros, e um Resultado Líquido do Período negativo de 3.968.763 euros. Consequentemente, a sociedade apresentava uma situação de insuficiência de capital, com um Capital Próprio negativo no montante de 4.437.831 euros.

Neste contexto, o Conselho de Administração endereçou ao acionista único uma proposta de conversão, para resultados transitados, do adiantamento de 150 milhões de euros realizado pela DGTF (atualmente EFT), por conta da alienação do Arquivo Audiovisual, conforme divulgado na Nota 6 do Anexo. Para a melhoria do capital próprio o Conselho de Administração solicitou ainda ao acionista a realização do aumento de capital de 12,0 milhões de euros justificada por conta do subfinanciamento do serviço público até 2003, sancionado pela Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia nas suas decisões de 2006 e 2011. O Conselho Fiscal reforça que estes temas carecem de regularização.

O Conselho Fiscal salienta que à data deste relatório de atividades e parecer não haviam sido aprovados os documentos de prestação de contas relativos aos exercícios económicos de 2023 e 2024.

A Certificação Legal das Contas emitida pelo ROC inclui uma ênfase associada à aplicação das disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais, estando ainda conexo os saldos de 110 milhões de euros de ativo intangível e 150 milhões de euros de passivo corrente, relativos ao adiantamento realizado pela DGTF, por conta da alienação do Arquivo Audiovisual. O ROC destaca ainda, em parágrafo de ênfase, que as ações de reestruturação planeadas e em curso, bem como, em particular, a perspetiva de continuação de suporte por parte do acionista, consubstanciam condições suscetíveis de assegurar a continuidade das operações, pelo que o Conselho de Administração considera adequado o pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, é também incluída uma ênfase relativamente à preparação de demonstrações financeiras de acordo com o normativo SNC-AP, bem como ao facto dos documentos de prestação de contas relativos aos exercícios económicos de 2023 e 2024 ainda não terem sido formalmente aprovados pelo acionista em Assembleia Geral.

O Relatório de Auditoria do Auditor Externo também inclui uma ênfase associada à apresentação de capitais próprios negativos, que determinam a aplicação dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais, estando também



destacado em ênfase que as demonstrações financeiras relativas aos exercícios económicos de 2023 e 2024 ainda se encontram pendentes de aprovação.

O Conselho Fiscal acompanha e concorda com as matérias objeto de ênfase identificadas pelo ROC e pelo Auditor Externo.

VI - PARECER

O Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, bem como o respetivo Anexo, elaboradas de acordo com as NCRF adotadas em Portugal através do SNC.

O Conselho Fiscal examinou a Certificação Legal das Contas sobre a informação financeira, emitidos pelo ROC, bem como o Relatório de Auditoria preparado pelo Auditor Externo, ambos contendo ênfases. Sem prejuízo da relevância das matérias objeto de ênfase, as mesmas não determinam modificações à opinião emitida. Em face do exposto, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras e seus anexos, bem como o Relatório de Governo Societário referentes ao exercício económico de 2025 da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., se encontram, em termos gerais, em conformidade com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias. Nestes termos, é emitido parecer favorável à aprovação dos referidos documentos em Assembleia Geral, bem como à proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração e constante no Relatório de Gestão.

Lisboa, 2 de abril de 2026

O Conselho Fiscal

Assinado por: Victor Maurílio Silva Barros
Num. de identificação: 13002831
Data: 2026-04-02 18:35:14+01'00'



LÍDIA MARTINS GONÇALVES
VASCO ANTUNES
2026.04.02 18:51:25 +01'00'

Assinado por: José Carlos Rebelo Simões
Num. de identificação: 10539663
Data: 2026-04-02 18:47:19+01'00'

Victor Maurílio Silva Barros
(Presidente)

Lídia Martins Gonçalves Vasco Antunes
(Vogal)

José Carlos Rebelo Simões
(Vogal)

ABREVIATURAS

ABU	Asia-Pacific Broadcasting Union
AICEP	Fórum Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa
ANCP	Agência Nacional de Compras Públicas
ANTF	Associação Nacional dos Treinadores de Futebol
APDC	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações
APIFARMA	Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica
APSI	Associação para a Promoção da Segurança Infantil
AVAC	Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado
AVC	Acidente Vascular Cerebral
BMS	Broadcast Management System
BPM	Business Process Management
CST	Companhia Santomense de Telecomunicações
C2PA	Coalition for Content Provenance and Authenticity
CA	Conselho de Administração
CAPEX	Capital Expenditure (plano de investimentos)
CAV	Contribuição para o Audiovisual
CCB	Centro Cultural de Belém
CCP	Código dos Contratos Públicos
CCSPRT	Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão
CD	Cargos de Direção
CGI	Conselho Geral Independente
CIRCOM	Associação Europeia de Televisões Regionais
CMVMC	Custo das Mercadorias Consumidas e Matérias Consumidas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNID	Clube Nacional de Imprensa Desportiva
CNU	Comissão Nacional da UNESCO
COPEAM	Conferência Anual da Conferência Permanente do Audiovisual Mediterrânico
COSP	Compensação pelas Obrigações de Serviço Público
CP	Curto Prazo
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPN	Centro de Produção do Norte
CRA	Centro Regional dos Açores
CRM	Centro Regional da Madeira
CSRD	Corporate Sustainability Reporting Directive
DGE	Direção Geral da Educação
DL	Decreto-Lei
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
DSNG	Digital Satellite News Gathering
DUE	Deliberação Unânime por Escrito
EBIT	Earnings Before Interest and Taxes
EBITDA	Earnings before interest, taxes, depreciation and amortizations
EGP	Estatuto do Gestor Público
EPE	Entidade Pública Empresarial
EPNR	Empresa Pública Não Reclassificada
EPR	Empresa Pública Reclassificada
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
ESCS	Escola Superior de Comunicação Social
ESG	Environment, Sustainability & Governance
ETF	Entidade do Tesouro e Finanças
FM	Modulação em Frequência
FR	Financiamento Remunerado
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
GILM	Grupo Informal sobre Literacia Mediática
GRI	Global Reporting Initiative
GSM	Global System for Mobile Communications
HBO	Home Box Office
HD	High Definition
HEC	Escola de Altos Estudos Comerciais de Montréal

NZ
B
AN

IA	Inteligência Artificial
ICA	Instituto do Cinema e do Audiovisual
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
IP	Internet Protocol
IPMA	International Portuguese Music Awards
ISCTE	Instituto Universitário de Lisboa
KPI	Key Performance Indicator
LED	Light Emitting Diode
LGP	Língua Gestual Portuguesa
LOE	Lei do Orçamento do Estado
LOPTC	Lei de Empresa e Processo do Tribunal de Contas
MAAT	Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia
MLP	Médio e Longo Prazo
MOJO	Mobile Journalism
NCP	Norma de Contabilidade Pública
NIS2	Network and Information Security Directive 2
OBERCOM	Observatório da Comunicação
OE	Orçamento de Estado
OS	Órgãos Sociais
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAM	Production Asset Management
PAO	Plano de Atividades e Orçamentos
PDO	Plano de Desenvolvimento Organizacional
PMP	Prazo Médio de Pagamentos
PNC	Plano Nacional do Cinema
PNL	Plano Nacional de Leitura
PP	Pontos Percentuais
PPR	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PSV	Plano de Saídas Voluntárias
PTZ	Pan Tilt Zoom
RAI	Radiotelevisione Italiana
RBE	Rede de Bibliotecas Escolares
RENARC	Rede Nacional das Rádios e Televisões Comunitárias
RCOSPPE	Relatório de Cumprimento de Obrigações de Serviço Público e Projeto Estratégico
RGPD	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
RJSPE	Regime Jurídico do Setor Público Empresarial
RNA	Rádio Nacional de Angola
RTP	Rádio e Televisão de Portugal, S.A.
SA	Sociedade Anónima
SEE	Setor Empresarial do Estado
SETF	Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças
SIGO	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SISEE	Sistema de Informação do Setor Público Empresarial
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
SNCP	Sistema Nacional Central de Compras Públicas
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SOE	Sistema de Orçamento de Estado
TAL	Televisión América Latina
TdC	Tribunal de Contas
UEFA	União das Associações Europeias de Futebol
UER/EBU	União Europeia de Radiodifusão/European Broadcasting Union
UEFA	União das Associações Europeias de Futebol
UER/EBU	União Europeia de Radiodifusão/European Broadcasting Union
URTI	International Radio and Television Union
WCAG	Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web
W3C	World Wide Web Consórcio

RELATÓRIO e CONTAS

RTP
20
25